

II Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América



Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB)
Paseo Recoletos, 8
28008-Madri

Copyright SEGIB

Outubro de 2008

Autora do Relatório:
Cristina Xalma, investigadora da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB)

Direção e coordenação:
Jose María Vera, Diretor de Planeamento da Secretaria para a Cooperação da
Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB)

Desenho e realização:
Inventa Comunicação

Impressão:
Pentacrom

Depósito Legal: M-46771-2008

II Relatório da cooperação Sul-Sul na Ibero-América

Estudos SEGIB nº3



Secretaría General Iberoamericana Secretaria-Geral Ibero-Americana

ÍNDICE

ÍNDICE DE MATÉRIAS

APRESENTAÇÃO _____	1
SUMÁRIO EXECUTIVO _____	5
CAPÍTULO I. A COOPERAÇÃO SUL-SUL: APROXIMAÇÃO HISTÓRICA E CONCEITUAL _____	9
Resenha histórica	
Princípios e modalidades da <i>Cooperação Sul-Sul</i>	
<i>Cooperação Triangular</i> : alavanca de apoio à <i>Cooperação Sul-Sul</i>	
Estado atual do debate sobre a <i>Cooperação Sul-Sul</i> e a Triangular	
Modalidades SEGIB: a Horizontalidade como princípio reitor da cooperação	
CAPÍTULO II. IBERO-AMÉRICA E A COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL BILATERAL _____	25
Introdução metodológica	
Os fluxos de <i>Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral na Ibero-América</i>	
Medição da <i>Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral</i>	
Uma primeira tentativa de medição: quantas ações?	
Ações e mapas de distribuição geográfica	
Padrões de cooperação: renda, solidariedade ou outros?	
A Ibero-América e a mobilização de recursos financeiros para a cooperação.	
Uma forma alternativa para medir-se a cooperação: quem e quantos se beneficiam?	
Identificação dos setores nos quais concentra-se a <i>Cooperação Horizontal SUL-SUL</i>	
Perfil regional de necessidades e capacidades	
CAPÍTULO III. A IBERO-AMÉRICA E A COOPERAÇÃO TRIANGULAR _____	73
<i>Cooperação Triangular</i> na Ibero-América: principais países e setores	
Participação dos Organismos Intergovernamentais na <i>Cooperação Triangular</i>	
CAPÍTULO IV. COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL REGIONAL: ANÁLISE DE CASOS _____	87
Introdução	
Comunidade Andina (CAN)	
Sistema de Integração Centro-Americana (SICA)	
Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)	
Alternativa Bolivariana Para os Povos de Nossa América (ALBA)	
Conferência Ibero-Americana	
Avanços e desafios da <i>Cooperação Horizontal Regional</i> na Ibero-América	
CAPÍTULO V. BOAS PRÁTICAS NA COOPERAÇÃO HORIZONTAL E TRIANGULAR _____	103
Para um Banco de Boas Práticas?	
Boas Práticas de <i>Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral</i>	
Boas Práticas de <i>Cooperação Triangular</i>	
Avanços e desafios para um Banco Ibero-Americano de Boas Práticas	



CAPÍTULO VI. A IBERO-AMÉRICA NA AJUDA OFICIAL AO DESENVOLVIMENTO (AOD) MUNDIAL _____ 113

Cooperação Internacional e Ajuda ao Desenvolvimento
Evolução dos fluxos internacionais de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD)
A Ibero-América e seu deslocamento como receptora da Ajuda ao Desenvolvimento
Destino e origem da Ajuda ao Desenvolvimento dirigida à Ibero-América
Evolução da AOD da Espanha e Portugal para o resto da Ibero-América

BIBLIOGRAFIA _____ 127

ANEXO _____ 131



ÍNDICE DE QUADROS

CAPÍTULO I

- Quadro I.1. Cronologia de eventos que impulsionam e conceitualizam a Cooperação Sul-Sul
- Quadro I.2. O Plano de Ação de Buenos Aires (1978)
- Quadro I.3. Cooperação Energética na Ibero-América: o caso da Petroamérica
- Quadro I.4. A AOD dos países que não são membros do CAD: Cooperação Sul-Sul?
- Quadro I.5. Que modificações incorpora o presente relatório em relação ao anterior?

CAPÍTULO II

- Quadro II.1. II Relatório sobre a Cooperação Sul-Sul na Ibero-América: mais informação e de melhor qualidade
- Quadro II.2. Projetos ou ações de cooperação: o que medir?
- Quadro II.3. Matizes para a quantificação por ações: o caso da cooperação Cuba-Venezuela
- Quadro II.4. A *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* do Brasil. Cifras para o ano 2006
- Quadro II.5. Os casos do Panamá e Uruguai: ações de cooperação e custo econômico
- Quadro II.6. A Venezuela e a Ajuda de Emergência frente aos desastres naturais
- Quadro II.7. Cooperação no âmbito da saúde infantil: os Bancos de Leite Materno
- Quadro II.8. As múltiplas dimensões da cooperação econômica: o caso da agricultura
- Quadro II.9. As questões de gênero na luta contra a pobreza e a desigualdade
- Quadro II.10. O papel emergente dos indígenas na agenda de Cooperação Horizontal Sul-Sul

CAPÍTULO III

- Quadro III.1. A Espanha e sua aposta na *Cooperação Triangular* na Ibero-América
- Quadro III.2. O financiamento da *Cooperação Triangular*: algumas cifras
- Quadro III.3. *Cooperação Triangular* e pagamento de serviços ambientais: a extensão dos compromissos contra a mudança climática. O caso do projeto Alemanha-Costa Rica-Bolívia
- Quadro III.4. *Cooperação Triangular* e melhora da sanidade animal: entre a soberania alimentícia e a inserção nos mercados externos. O caso do projeto Japão-Argentina-Peru

CAPÍTULO IV

- Quadro IV.1. a Rede dos Mecanismos Andinos da Mulher
- Quadro IV.2. O Foro de Tuxla e os Programas Mesoamericanos
- Quadro IV.3. O Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM)
- Quadro IV.4. O ALBA e o Programa de Alfabetização " Eu Sim Posso"

CAPÍTULO V

- Quadro V.1. A Colômbia e seu "Catálogo de Experiências de Êxito para a Cooperação Sul-Sul"
- Quadro V.2. A Costa Rica e seu "Programa de Transferência de Boas Práticas"



ÍNDICE DE ESQUEMAS

CAPÍTULO I

Esquema I.1. Caracterização das modalidades de Cooperação Sul-Sul. Relatório 2008

CAPÍTULO II

Esquema II.1. Relação entre os principais *sócios ofertantes* e os principais *sócios receptores*

Esquema II.2. Os fortes laços de cooperação entre Cuba e Venezuela

CAPÍTULO IV

Esquema IV.1. Estrutura típica de um Programa Ibero-Americano

ÍNDICE DE GRÁFICOS

CAPÍTULO II

Gráfico II.1. Relação entre níveis de renda e quantidade de ações participadas por cada país

Gráfico II.2. Distribuição da contribuição financeira do Chile, México e Colômbia, segundo países. 2007

CAPÍTULO VI

Gráfico VI.1. Total de AOD líquida destinada a países em desenvolvimento. 2000-2007

Gráfico VI.2. Participação dos Países de Renda Média sobre a AOD líquida destinada aos países em desenvolvimento. 2000-2006

Gráfico VI.3. Mudanças na distribuição da AOD líquida, segundo o nível de renda. 2005-2006

Gráfico VI.4. Total de AOD líquida destinada a países Ibero-Americanos. 2000-2006

Gráfico VI.5. Comparação entre AOD líquida destinada a países Ibero-Americanos e países em desenvolvimento. 2000-2006

Gráfico VI.6. Participação da Ibero-América como receptora da AOD líquida mundial. 2000-2006

Gráfico VI.7. Contribuição de cada país para a mudança na AOD recebida pela região. 2000-2006

Gráfico VI.8. Distribuição da AOD líquida destinada aos países Ibero-Americanos, segundo o doador. 2000-2006

Gráfico VI.9. AOD líquida bilateral que a Espanha destina a outros países da Ibero-América. 2000-2007

Gráfico VI.10. Porcentagem da AOD bilateral espanhola que se destina à Ibero-América. 2000-2007

Gráfico VI.11. Contribuição de cada país à mudança registrada na AOD que a Espanha destina à região. 2000-2007

Gráfico VI.12. AOD bilateral líquida que Portugal destina a outros países da Ibero-América. 2000-2007



ÍNDICE DE MAPAS

CAPÍTULO II

- Mapa II.1. Distribuição geográfica das ações de cooperação, segundo *sócio ofertante*
- Mapa II.2. Distribuição geográfica das ações de cooperação, segundo *sócio receptor*
- Mapa II.3. Distribuição geográfica das ações de cooperação ofertadas pelo México
- Mapa II.4. Distribuição geográfica das ações de cooperação ofertadas pela Venezuela
- Mapa II.5. Distribuição geográfica das ações de cooperação ofertadas pelo Chile

ÍNDICE DE MATRIZES

CAPÍTULO II

- Matriz II.1. *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral*, entre Países Ibero-Americanos. 2007
- Matrizes II.2. Ações de *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral*, entre Países Ibero-Americanos. 2007
- Matriz II.3. *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral*, em sua dimensão social. 2007
- Matriz II.4. *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral*, em sua dimensão econômica. 2007
- Matriz II.5. *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral*, outras dimensões. 2007

ÍNDICE DE TABELAS

CAPÍTULO II

- Tabela II.1. Financiamento assumido na participação em ações de *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral*. Os casos de Chile, México e Colômbia. 2007
- Tabela II.2. Beneficiários de ações de *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral*. 2007
- Tabela II.3. Grupo setorial em que se situam as ações ofertadas pela Argentina. 2007
- Tabela II.4. Grupo setorial em que se situam as ações recebidas pela Costa Rica. 2007
- Tabela II.5. Lista de ações recebidas pela Costa Rica no setor da energia. 2007

CAPÍTULO III

- Tabela III.1. *Cooperação Triangular* na Ibero-América, com a Argentina como segundo sócio ofertante. 2007
- Tabela III.2. *Cooperação Triangular* na Ibero-América, com o Chile como segundo sócio ofertante. 2007
- Tabela III.3. *Cooperação Triangular* na Ibero-América, com o México como segundo sócio ofertante. 2007
- Tabela III.4. *Cooperação Triangular* na Ibero-América, segundo sócios ofertantes. 2007
- Tabela III.5. *Cooperação Triangular*, organismos intergovernamentais e Ibero-América. 2007

CAPÍTULO IV

- Tabela IV.1. Programas, Iniciativas e Projetos adscritos à Cúpula Ibero-Americana. 2008



CAPÍTULO V

Tabela V.1. Boas Práticas de *Cooperação Horizontal Bilateral*, segundo sócio receptor

Tabela V.2. Boas Práticas de *Cooperação Horizontal Bilateral*, com a Colômbia como sócio receptor

Tabela V.3. Boas Práticas de *Cooperação Triangular*, segundo sócio receptor

Tabela V.2. Boa Prática de *Cooperação Triangular*, com o Peru como sócio receptor

CAPÍTULO VI

Tabela VI.1. AOD líquida destinada aos países Ibero-Americanos, por nível de renda. 2000-2006

Tabela VI.2. AOD líquida destinada aos países Ibero-Americanos, segundo doador. 2000-2006

Tabela VI.3. AOD líquida destinada pela Espanha aos países Ibero-Americanos. 2000-2007

ANEXO

Tabela A.1. A Cooperação ao Desenvolvimento e seus distintos Setores de Atividade

Tabela A.2. Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) líquida mundial destinada à Ibero-América. 2000-2006

Tabela A.3. Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) líquida destinada pela Espanha à Ibero-América. 2000-2007



APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

No transcurso destes últimos anos, a Ibero-América tem consolidado-se como um dos maiores artífices do renovado auge que experimentou a Cooperação Sul-Sul. O impulso que os países ibero-americanos têm dado a esta modalidade de cooperação insere-se em uma estratégia que aposta pela melhora do desenvolvimento regional em todas as suas dimensões.

Conscientes da importância deste processo, os países da região aproveitaram a XVII Cúpula Ibero-Americana celebrada em Santiago do Chile entre os dias 8 e 10 de novembro de 2007 para ratificar seu apoio explícito à *Cooperação Sul-Sul*. Conforme isto, o ponto 38 do Programa de Ação da dita Cúpula encomendou à Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) a preparação de um relatório anual sobre a Cooperação Sul-Sul.

Cumprindo com dito mandato, a Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB) leva à XVIII Cúpula (San Salvador, 28 a 30 de outubro de 2008) o II Relatório da *Cooperação Sul-Sul na Ibero-América*. Este relatório supõe um avanço em relação ao seu precedente, pois permite conhecer com maior profundidade o que acontece em torno de suas principais modalidades (*Cooperação Horizontal e Triangular*), assim como parte de suas melhores práticas. Através da recopilación e análise da informação disponibilizada pelos países, o presente informe converte-se em uma ferramenta de dupla utilidade: serve para documentar e difundir a Cooperação Sul-Sul que se realiza na Ibero-América, mas, também, para fortalecer as estratégias e programas de cooperação aplicados por todos os países membros da Conferência.

A Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB) quer agradecer a colaboração de todos os que têm tornado possível a elaboração deste relatório, especialmente aos Responsáveis pela Cooperação da Conferência Ibero-Americana, vinte e dois altos funcionários da região com tarefas diretivas sobre a atividade de cooperação, assim como às suas respectivas equipes de profissionais.

Esperamos que este seja o segundo de uma série de relatórios que contribuam para consolidar a *Cooperação Sul-Sul* como ferramenta de desenvolvimento para os países ibero-americanos.

Enrique V. Iglesias
Secretário-Geral Ibero-Americano

Miguel Hakim
Secretário para a Cooperação Ibero-Americana

Responsáveis da Cooperação Ibero-Americana, na data de 2 de outubro de 2008

PAÍS	ORGANISMO	TITULAR RESPONSÁVEL
ANDORRA	<i>Ministério de Assuntos Exteriores, Cultura e Cooperação</i>	<i>Sra. Cristina Mota</i>
ARGENTINA	<i>Direção-Geral de Cooperação Internacional</i>	<i>Sra. Julia Levi</i>
BOLÍVIA	<i>Secretaria das Relações Exteriores</i>	<i>Sra. Guadalupe Palomeque</i>
BRASIL	<i>Agência Brasileira de Cooperação Ministério das Relações Exteriores</i>	<i>Sr. Luiz Henrique P. da Fonseca</i>
COLÔMBIA	<i>Direção de Cooperação Internacional Ministério das Relações Exteriores</i>	<i>Sr. Enrique Maruri</i>
COSTA RICA	<i>Direção de Cooperação Internacional Ministério das Relações Exteriores e Culto</i>	<i>Sra. Circe Villanueva Monje</i>
CUBA	<i>Ministério para a Inversão Estrangeira e a Colaboração Econômica</i>	<i>Sr. Orlando Requeijo Gual</i>
CHILE	<i>Agência de Cooperação Internacional do Chile Ministério das Relações Exteriores</i>	<i>Sra. María Cristina Lazo</i>
EQUADOR	<i>Agência Equatoriana de Cooperação Internacional (AGECI)</i>	<i>Sra. Ana Albán Mora</i>
EL SALVADOR	<i>Direção-Geral de Cooperação Externa Ministério das Relações Exteriores</i>	<i>Sr. Jorge Alberto Morales</i>
ESPAÑA	<i>Agência Espanhola para a Cooperação Internacional e o Desenvolvimento (AECID)</i>	<i>Sra. Consuelo Femenía Guardiola</i>
GUATEMALA	<i>Secretaria de Planejamento e Programação da Presidência</i>	<i>Sr. Carlos Morataya</i>
HONDURAS	<i>Secretaria das Relações Exteriores</i>	<i>Sra. Guadalupe Hung Pacheco</i>
MÉXICO	<i>Direção-Geral de Cooperação Técnica e Científica Secretaria das Relações Exteriores</i>	<i>Sr. Máximo Romero Jiménez</i>
NICARÁGUA	<i>Ministério das Relações Exteriores</i>	<i>Sr. Vladrack Jaentsche</i>
PANAMÁ	<i>Ministério das Relações Exteriores</i>	<i>Sr. Francisco Matos</i>
PARAGUAI	<i>Direção de Cooperação Internacional Ministério das Relações Exteriores</i>	<i>Sra. Nimia Da Silva Boschert</i>
PERU	<i>Agência Peruana de Cooperação Internacional (APCI)</i>	<i>Sr. Carlos Hely Pando Sánchez</i>
PORTUGAL	<i>IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento</i>	<i>Sr. Manuel Augusto Correia</i>
R. DOMINICANA	<i>Subsecretaria Técnica da Presidência</i>	<i>Sra. América Bastidas</i>
URUGUAI	<i>Ministério das Relações Exteriores</i>	<i>Sr. Bernardo Greiver</i>
VENEZUELA	<i>Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores</i>	<i>Sra. Ilenia Merino</i>

RESUMO EXECUTIVO

Durante as últimas cinco décadas, a Cooperação Sul-Sul tem-se consolidado como modalidade dentro da Cooperação Internacional. As ações realizadas passaram de serem meras experiências testemunhais para formar parte da estratégia de cooperação que muitos países têm adotado para avançar em seu processo de desenvolvimento.

Seu impulso definitivo produziu-se a partir do ano 2000, coincidindo com uma etapa na qual os denominados Países de Renda Média têm perdido peso como receptores de Ajuda ao Desenvolvimento. Os avanços que alguns destes países têm alcançado em determinadas áreas econômicas, sociais, mas também políticas, explica que sejam estas mesmas nações as principais Responsáveis por este renovado impulso à Cooperação Sul-Sul.

Neste contexto internacional, a Ibero-América é um ator chave. Realmente, os países ibero-americanos de rendas médias (países que hoje, e apesar do incremento da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento espanhola, apenas captam um 5% do total da AOD mundial) desempenham um papel importante nesta cada vez mais ativa, transferência de capacidades setoriais entre países em desenvolvimento. Assim o confirma o fato de que, durante o ano 2007, os dezenove países ibero-americanos que se classificam como de Renda Média tenham intercambiado 1.480 ações de *Cooperação Horizontal Bilateral*, uma das modalidades sob as quais executa-se a Cooperação Sul-Sul. Em sua participação em ditas ações, os países têm exercido com distinta freqüência o papel preferente de *sócio ofertante* ou de *sócio receptor*. Concretamente:

- Os países que mais ativamente têm transferido capacidades a seus outros sócios ibero-americanos têm sido: Cuba (que por si só explica praticamente os 45% das ações registradas); México (15%); Argentina, Chile e Venezuela (um terço do total entre os três); e Colômbia e Brasil (que conjuntamente explicam mais de uns 10% das ações finais). Outros países (Uruguai, Panamá, Peru, Costa Rica, Equador e Honduras) ofertam alguma ação de cooperação em pelo menos uma ocasião.
- Por sua parte, todos os países exercem em algum momento o papel de *sócio receptor*. Conseqüentemente, as ações estão muito mais dispersas geograficamente. Ainda assim, destacam-se os casos dos países centro-americanos e andinos: Venezuela (cuja especial relação com Cuba explica que concentre um terço do total das ações registradas, assim como recebidas); El Salvador, Nicarágua, Guatemala e Honduras (mais de 20%); e Equador, Bolívia, Peru e Colômbia (cerca de outros 20%).

As localizações em que estes intercâmbios se estabelecem respondem a distintos padrões de comportamento. Assim, por exemplo, e de modo preferente, o México concentra sua oferta de cooperação em seus vizinhos centro-americanos; a Venezuela, nos países com os quais integra a Alternativa Bolivariana para a América Latina e Caribe (Alba); e o Chile, nos países centro-americanos e andinos com menores níveis de rendas relativas da região.

Em termos econômicos, e salvo algumas exceções, os países ibero-americanos ainda não dispõem de sistemas que lhes permitam medir a quanto ascendem os recursos financeiros mobilizados para apoiar essas 1.480 ações. Neste sentido, somente se conhece a contribuição de três dos países mais ativos da região, Chile, México e Colômbia, os quais têm destinado, conjuntamente e para o ano 2007, uns dois milhões de dólares para custear a cooperação na qual têm participado. Sabe-se também que no ano 2006 o Brasil mobilizou quatro milhões de dólares para financiar ações de *Cooperação Horizontal Bilateral* na Ibero-América.

As cifras anteriores contrastam, no entanto, com as mobilizadas pontualmente por alguns países. É o caso, por exemplo, da Venezuela. Ainda que não se conheça o global do Financiamento com o qual contribuiu este país andino, sim dispõe-se de informação relativa ao que se destina a algumas ações de Ajuda Humanitária (15 milhões para fazer frente às inun-

dações na Bolívia) ou de Cooperação Energética (quase 15.000 milhões de dólares somente para fortalecer a capacidade de refinamento dos países membros do Petrocaribe).

A Ibero-América mostra, além disso, um *perfil de necessidades e capacidades setoriais* cada vez mais completo. De fato, as ações de *Cooperação Horizontal Bilateral* têm-se repartido de um modo praticamente proporcional entre as três grandes áreas de atividade: *Social, Econômica e Outras*, aglutinando esta última rubrica àquelas que não são classificáveis dentro do estritamente socioeconômico. Mais especificamente, pode-se afirmar que a maioria das ações concentra-se nas áreas de educação e saúde; agricultura; geração e fornecimento de energia; fortalecimento institucional; e preservação do meio ambiente.

Por países, a distribuição setorial das ações sugere que os principais *sócios ofertantes* (Argentina, Brasil, Colômbia, Cuba, Chile, México e Venezuela) têm desenvolvido uma ampla gama de capacidades. De fato, estes países têm alcançado importantes níveis de desenvolvimento em todas as áreas anteriormente mencionadas. Enquanto isso, o perfil de necessidades cobertas pelos principais *sócios receptores* através da cooperação difere segundo seu nível relativo de rendas. Neste sentido, os sócios de Renda Média Baixa (Bolívia, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Paraguai, Peru e República Dominicana) cobrem carências em quase todos os setores de atividade, desde a educação e a saúde até a preservação do meio ambiente. Por sua parte, o perfil das necessidades cobertas pelos *sócios* de Renda Média Alta (Costa Rica, Panamá e Uruguai) está mais relacionado com a aplicação de avanços científico-tecnológicos à economia; assim como ao fortalecimento de suas instituições tanto públicas quanto não-governamentais.

Assim mesmo, a Ibero-América também tem-se mantido muito ativa no âmbito da *Cooperação Triangular*, uma modalidade de cooperação que, embora não sendo estritamente Sul-Sul, serve de impulso a esta. As ações registradas sob esta modalidade têm se servido, fundamentalmente, do apoio financeiro do Japão e da Alemanha e, em menor medida, da França, Suécia, Bélgica ou da própria Espanha. A execução dos projetos, enquanto isso, tem estado a cargo do México, Chile e Argentina; e, pontualmente, do Brasil, Costa Rica, Cuba e El Salvador. Finalmente, todos os países ibero-americanos de Renda Média (incluindo os anteriores) foram, em pelo menos uma ocasião, beneficiários desta *Cooperação Triangular*.

Cabe assinalar que o fato de contar com importantes recursos financeiros de fora da região explica que o perfil setorial das ações que têm tido lugar sob esta modalidade de cooperação seja de uma maior complexidade científico-tecnológica. Quando a isto soma-se a particular estrutura econômica dos principais sócios executores, entende-se que uma grande parte das ações tenham concentrado-se em projetos fitossanitários; de pesca; luta contra a Mudança Climática; e prevenção de desastres.

O Relatório reúne uma primeira aproximação à *Cooperação Horizontal* que se está impulsionando através dos Organismos Regionais. Mais além das especificidades próprias de cada sistema, uma revisão dos mecanismos e programas de cooperação desenvolvidos pela Comunidade Andina (CAN), o Sistema de Integração Centro-Americana (SICA), o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA) e a Conferência Ibero-Americana, sugere que, nos últimos anos, estes organismos têm desenvolvido de maneira notável as iniciativas de caráter horizontal. No entanto, no âmbito destes sistemas de integração e acordo regional, fica pendente um fortalecimento maior e mais explícito desta modalidade de cooperação.

Como desafio importante para uma *Cooperação Horizontal e Triangular* mais efetiva na Ibero-América, assinalar a necessidade de construir um Banco Ibero-Americano de Boas Práticas. Ainda que se esteja longe deste objetivo, o estudo de algumas experiências consideradas como Boas Práticas por parte dos países contribuem com algumas chaves importantes sobre as bases sobre as quais se deve construir tal Banco. Concretamente, as nações ibero-americanas optam a que a seleção daquelas experiências consideradas "melhor sucedidas" baseie-se em uma valoração que combine dois tipos de

critérios: o referente aos resultados obtidos, e o concernente aos procedimentos que afetam a gênese e execução da ação de cooperação. Destacam, ademais, que a valoração emane, preferentemente, dos *receptores*.

Em síntese, a Ibero-América participa da Cooperação Internacional superando a mera recepção de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento. Com uma atitude muito mais ativa, sua participação na Cooperação Internacional passou a concentrar-se no intercâmbio cada vez mais intenso de *Cooperação Horizontal e Triangular*. Um intercâmbio que, tal como tem-se observado, não limita-se a uma política de complementação de uma AOD em franco estancamento: muito pelo contrário, trata-se de uma firme aposta por uma estratégia de cooperação que permita avançar na melhora do bem-estar dos povos ibero-americanos.

CAPÍTULO I
A COOPERAÇÃO SUL-SUL:
APROXIMAÇÃO HISTÓRICA E CONCEITUAL

Resenha histórica

Se devemos datar o nascimento da Cooperação Sul-Sul, distintos especialistas (entre estes a Unidade Especial de Cooperação Sul-Sul do Programa de Nações Unidas Para o Desenvolvimento -PNUD-) situariam como data de referência 1954, o ano em que se registrou a primeira ação de cooperação situada em um intercâmbio entre países em desenvolvimento. Efetivamente, durante o transcurso do referido ano a Tailândia (atualmente a segunda economia mais importante do Sudeste Asiático) executou ações pontuais de cooperação em outros países da região.

Logo a Coreia, Índia e Cingapura (entre outros) imitaram e reproduziram seus passos. Todos estes países começaram assim a desempenhar um papel duplo no âmbito da cooperação internacional. Mais especificamente, estes países passaram a oferecer cooperação a outras nações em desenvolvimento sem que isto impedisse que continuassem recebendo importantes quantidades de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD). Casos relevantes foram os da Coreia e da Índia que, em princípios dos anos sessenta, combinaram a oferta de cooperação com a captação de uma décima parte e uma terceira parte, respectivamente, do total da AOD destinada à Ásia¹.

A localização destas ações no âmbito da Cooperação Sul-Sul produziu-se, contudo, posteriormente. Neste sentido, os fatos têm antecedido às palavras e foram as ações que vêm sucedendo as que foram empurrando os debates que ajudaram a identificar o que é e o que não é Cooperação Sul-Sul. Debates que, em âmbitos de discussão fundamentalmente multilaterais, têm delimitado os princípios, traços e modalidades sobre os quais se construiu e impulsionou este tipo de Cooperação.

Assim, desde a primeira metade dos anos sessenta até a atualidade, ocorreram uma série de eventos e reuniões que permitem ir delimitando conceitualmente a Cooperação Sul-Sul. O Quadro I.1 reúne os acontecimentos que, cronologicamente e de maneira mais destacada, têm contribuído para tal conceitualização. Trata-se de eventos celebrados no âmbito do sistema das Nações Unidas (Assembléia Geral, Unidade Especial de Cooperação Sul-Sul, CNUCD ou UNCTAD – por suas siglas em inglês-, CEPAL ou o Grupo dos 77, entre outros); mas também de outras alianças e organismos intergovernamentais como são o Movimento dos Países Não Alinhados (MNOAL) ou o Sistema Econômico Latino-Americano e do Caribe (SELA). A observação do mencionado quadro mostra, adicionalmente, as etapas pelas quais tem transitado a Cooperação Sul-Sul.

Na década de sessenta, o debate sobre a Cooperação Sul-Sul vem marcado pelo nascimento, em 1964 e em Genebra, da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (a UNCTAD), assim como do Grupo dos 77 (G77). A partir de ambos impulsionam-se a Cooperação Técnica e a Cooperação Econômica entre Países em Desenvolvimento (CTPD e CEPD, respectivamente), duas modalidades de Cooperação Sul-Sul ainda pouco integradas entre si.

Quadro I.1. Cronologia de eventos que impulsionam e conceitualizam a Cooperação Sul-Sul

Ano	Evento	Âmbito	Contribuições
1954	A Tailândia oferece ações de cooperação a países em desenvolvimento do sudeste asiático	Bilateral	Registro de uma primeira ação sob a modalidade Sul-Sul. No transcurso dos anos seguintes, lhe seguem a Coreia, Singapura e a Índia, entre outros.
1964	Primeira reunião da UNCTAD, a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento. Genebra (Suíça)	Multilateral (Nações Unidas/ UNCTAD/ Grupo dos 77)	Nasce a UNCTAD e em seu seio o G77. - A UNCTAD nasce para integrar o comércio e o desenvolvimento. Realiza ações de Cooperação Técnica que impulsionam por sua vez a Cooperação Econômica entre os Países em Desenvolvimento (CEPD), especialmente nas áreas do comércio, da finança e da tecnologia. - O G77 é a maior coalizção de países em desenvolvimento integrada no sistema das Nações Unidas. Atualmente o integram 133 países (incluindo 18 ibero-americanos – quer dizer, todos exceto os peninsulares e o México-). Entre suas funções está promover tanto a Cooperação Técnica entre os Países em Desenvolvimento (CTPD) como a Econômica (CEPD).
1974	29º Período de Sessões da Assembléia-Geral das Nações Unidas. Nova Iorque (Estados Unidos)	Multilateral (Nações Unidas)	Nasce, como dependência especial do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Unidade Especial de Cooperação Sul-Sul (SUSSC, por suas siglas em inglês). Seu precedente é o Grupo de Trabalho sobre CTPD criado no 27º período de sessões. Entre suas funções destacam: - A promoção e defesa da Cooperação Sul-Sul. - A canalização e inovação dos mecanismos que permitam que os países membros do PNUD possam participar de iniciativas trilaterais e sul-sul dentro do sistema das Nações Unidas.
1975	Criação do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA) (Panamá)	Regional intergovernamental	Integrado por 27 países da América Latina e do Caribe, sua sede se estabelece em Caracas (Venezuela). Nasce para atuar como ponto focal das atividades regionais de CTPD.
1976	V Conferência de Chefes de Estado e de Governo dos Países Não Alinhados. Colombo (Sri Lanka)	Multilateral (Movimento dos Não Alinhados) (MNOAL)	O MNOAL nasce formalmente em Belgrado (antiga Jugoslávia) em 1961. Integrado originalmente por 25 países, em 1976 os países membros já ascendem a 86. Na atualidade formam parte deste Movimento 116 países (entre eles os 18 Ibero-Americanos que também integram o G77). Durante a Conferência de 1976, aprova um primeiro Programa de Ação para a CEPD.
1976	Conferência sobre Cooperação Econômica entre os Países em Desenvolvimento. Cidade do México (México)	Multilateral (Nações Unidas/ G77)	Acordam-se medidas para facilitar a implementação dos Programas de Ação para a Cooperação Econômica surgidos nos marcos do MNOAL e do Grupo dos 77.
1976	31º Período de Sessões da Assembléia-Geral das Nações Unidas. Nova Iorque (Estados Unidos)	Multilateral (Nações Unidas)	Chamado à Unidade Especial de Cooperação Sul-Sul para que comece a preparar a Conferência de Buenos Aires.
1977	32º Período de Sessões da Assembléia-Geral das Nações Unidas. Nova Iorque (Estados Unidos)	Multilateral (Nações Unidas)	Emana a resolução que fixa como objetivos da CTPD: - A promoção da capacidade nacional e coletiva dos países em desenvolvimento para valer-se de meios próprios. - O aumento da capacidade criadora desses países para resolver esses problemas de desenvolvimento.
1978	Conferência das Nações Unidas sobre CTPD em Buenos Aires (Argentina)	Multilateral (Nações Unidas)	138 países adotam por consenso o Plano de Ação de Buenos Aires ou Plano para Promover e Realizar a CTPD.
1979	1ª Sessão do Comitê de Alto Nível das Nações Unidas para a Revisão da CTPD. Nova Iorque (Estados Unidos)	Multilateral (Nações Unidas)	Primeira das reuniões participadas por representantes de alto nível de todos os países que formam o PNUD. Nestas abordam-se todas as questões intergovernamentais que afetam à CTPD. Celebram-se bianualmente.
1979	XVIII Período de Sessões da Comissão Econômica Para a América Latina (CEPAL)	Multilateral/Regional	Cria-se o Comitê de Cooperação Técnica entre os Países e Regiões em Desenvolvimento da CEPAL. Impulsiona iniciativas de Cooperação Sul-Sul nos setores econômico, social e meio ambiental.

Quadro I.1. Cronologia de eventos que impulsionam e conceitualizam a Cooperação Sul-Sul (continuação)

Ano	Evento	Âmbito	Contribuições
1981	Conferência de Alto Nível sobre Cooperação Econômica entre Países em Desenvolvimento (CEPD). Caracas (Venezuela)	Multilateral (Nações Unidas)	Aprova-se o Programa de Ação de Caracas para a Cooperação Econômica entre Países em Desenvolvimento
1995	9ª Sessão do Comitê de Alto Nível das Nações Unidas para a Revisão da CTPD. Nova Iorque (Estados Unidos)	Multilateral (Nações Unidas)	Elaboram-se os "novos alinhamentos da CTPD". Incluem: - O conceito Países Pivôs ou países em desenvolvimento que, em virtude de suas capacidades e experiência em promover a Cooperação Sul-Sul, jogam o papel de líderes na promoção e aplicação da CTPD. Entre os 22 que inicialmente assumem esse papel, destacam sete países ibero-americanos: Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, México e Peru. Posteriormente acrescenta-se a Argentina. - A promoção de uma maior integração entre CTPD e CEPD.
1996	Reunião de Diretores de Cooperação Técnica Internacional da América Latina e do Caribe. Cidade do México (México)	Multilateral/ Regional (Unidade Técnica de CSS/SELA)	Celebra-se o seminário "Cooperação Técnica e Econômica: Uma vinculação indispensável para o desenvolvimento e integração da América Latina". Impulsiona a complementaridade entre CTPD e CEPD.
1997	Reunião de Países Pivôs (Chile)	Multilateral/ Bilateral (PNUD/ Governo de Chile)	Permite conhecer experiências da Ásia, África, Europa e América Latina, tanto em CTPD como em CEPD. Legitima o avanço em cooperação horizontalna América-Latina.
1998	Foro sobre Experiências de Cooperação. Okinawa (Japão)	Bilateral	Espaço de reflexão sobre experiências de CTPD e sobre perspectivas da cooperação triangular, especialmente das participadas pelo país anfitrião.
2000	Reunião de Chefes de Estado e de Governo do G77. Habana (Cuba)	Multilateral (Nações Unidas/ G77)	Acorda-se convocar, para o ano 2003, a Primeira Conferência de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul. Persegue identificar formas de fortalecer e expandir a cooperação entre países em desenvolvimento.
2002	Primeira Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento. Monterrey (México)	Multilateral/ Bilateral	Nasce para dar cumprimento financeiro aos compromissos contraídos pelos doadores tradicionais com as Metas da Declaração do Milênio de 2000. Entre suas conseqüências está o aumento da AOD mundial, mas também a concentração desta AOD nos países mais pobres. O deslocamento dos países de Renda Média como receptores de AOD, contribui a impulsionar sua participação na Cooperação Sul-Sul
2002	XV Reunião de Diretores de Cooperação Internacional da América Latina e do Caribe. Montevidéu (Uruguai)	Regional intergovernamental (SELA)	Debate-se sobre os novos paradigmas da cooperação internacional (novos atores e novas modalidades), em um marco de assunção da Cooperação Sul-Sul como complemento à Norte-Sul.
2003	Conferência de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul ou Primeira Cúpula do Sul. Marrakesh (Marrocos)	Multilateral (Nações Unidas/ G77)	Examina a Cooperação Sul-Sul no âmbito do acontecido na Cooperação Internacional. Estabelece novos alinhamentos para estreitar a cooperação econômica e social entre países em desenvolvimento.
2004	XVII Reunião do Comitê de Cooperação Técnica entre Países e Regiões em Desenvolvimento da CEPAL (30º Período de Sessões)	Multilateral/ Regional	De acordo com os Novos Alinhamentos da Assembléia-Geral das Nações Unidas, o Comitê passa a denominar-se Comitê de Cooperação Sul-Sul.
2005	Conferência de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul. Segunda Cúpula do Sul. Doha (Qatar)	Multilateral (Nações Unidas/ G77)	Impulsiona-se o Plano de Doha, através do qual detalham-se as iniciativas que deveriam permitir estimular um aumento da Cooperação Sul-Sul em todas as regiões do mundo e em todas suas modalidades.
2006	XIV Cúpula de Movimento dos Não Alinhados (MNOAL). Habana (Cuba)	Multilateral (MNOAL)	A Declaração final considera insuficiente a AOD mundial e insta a aproveitar ao máximo o potencial da Cooperação Sul-Sul.

Quadro I.1. Cronologia de eventos que impulsionam e conceitualizam a Cooperação Sul-Sul (continuação)

Ano	Evento	Âmbito	Contribuições
2007	62º Período de Sessões da Assembléia-Geral das Nações Unidas. 15º Período de Sessões do Comitê de Alto Nível para a Cooperação Sul-Sul. Nova Iorque (Estados Unidos)	Multilateral (Nações Unidas)	Revisão mais recente e exaustiva da Cooperação Sul-Sul no âmbito da Cooperação Internacional. Insta-se a uma maior integração entre a CTPD e a CEPD.
2007	XVII Cúpula Ibero-Americana. Santiago do Chile (Chile)	Multilateral	O ponto 38 de seu Programa de Ação encomenda à Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) a que <i>"apóie a preparação de Iniciativas de Cooperação Ibero-Americana para a promoção da Cooperação Sul-Sul e Triangular, sobre a base do relatório anual sobre esta cooperação realizado por dita Secretaria e orientada a fortalecer os programas binacionais, Sistematizar e documentar boas práticas e casos de êxito"</i> .

Fonte: Abarca (2001), Assembléia-Geral das Nações Unidas (www.un.org/spanish/aboutun/organs/ga), CEPAL (Cooperação Sul-Sul) (www.eclac.cl/cgi-bin/), Declaração de Habana (2000) (www.g77.org/doc/docs/), Declaração de Marrakech (2003) (www.g77.org/marrakech), Grupo dos 77 (www.g77.org), Movimento dos Não Alinhados (www.cubanoal.cu), Unidade Especial de Cooperação Sul-Sul das Nações Unidas (<http://tcdc.undp.org/>)

A década dos setenta é, sem dúvida alguma, a mais ativa em termos de definição e impulso à Cooperação Sul-Sul. Trata-se de uma década muito marcada pelo empurrão que as recém independentizadas ex-colônias desejam conferir a uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI). Neste contexto, os novos países têm a percepção de que os fluxos de AOD mundial são insuficientes para satisfazer suas necessidades de desenvolvimento. Assim mesmo, tomam consciência de suas capacidades nacionais e coletivas. A conjunção destes elementos favorece que os novos Estados apostem pela Cooperação Sul-Sul como opção para promover seu desenvolvimento. Atores como o Movimento dos Não Alinhados (MNOAL) e o G77 jogam um papel importante. Vale para ilustrar o anterior, as celebrações, no ano 1976, da V Conferência de Chefes de Estados do MNOAL (Colombo, Sri Lanka) e da Conferência sobre Cooperação Econômica entre Países em Desenvolvimento (CEPD) organizada pelo G77 na Cidade do México (México). Da primeira nasce, sob o consenso dos 86 países que então constituem o MNOAL, o primeiro Programa de Ação para a CEPD. Da segunda emanam as medidas que apóiam a implementação desse Programa de Ação.

Mas os avanços mais relevantes da década estabelecem-se, também, no âmbito da ONU. Assim, as Nações Unidas faz uso da celebração anual de sua Assembléia-Geral para buscar fórmulas que permitam complementar a incipiente Cooperação Sul-Sul com a tradicional Cooperação Norte-Sul. Na busca da estratégia adequada para alcançar este objetivo aposta pela localização desta nova modalidade de cooperação em um marco multilateral. Fruto deste trabalho emanam dois resultados importantes para o impulso da cooperação que nos ocupa: o nascimento, em 1974 e como dependência do PNUD, da Unidade Especial de Cooperação Sul-Sul (SUSSC, por suas siglas em inglês); e a adoção, em 1978 e com o consenso de 138 países, do Plano para Promover e Realizar a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD), também conhecido como Plano de Ação de Buenos Aires pelo nome da cidade em que teve lugar a convocatória.

Quadro 1.2. O Plano de Ação de Buenos Aires (1978)

Em 1976, a Assembléia Geral das Nações Unidas faz um chamado à Unidade Especial de Cooperação Sul-Sul do PNUD para que prepare uma Conferência sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD). Em 12 de setembro de 1978, em Buenos Aires (Argentina), essa Conferência já é uma realidade. Fruto de sua celebração, as delegações dos 138 países participantes adotam por consenso um Plano de Ação para Promover e Realizar a Cooperação Técnica entre os Países em Desenvolvimento, ou Plano de Ação de Buenos Aires.

A partir desse momento a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento adquire uma maior relevância, pois os países passam a considerá-la como um elemento cada vez mais importante para a promoção do desenvolvimento. Concretamente, a CTPD passa a entender-se como uma dimensão mais dentro da Cooperação Internacional, uma modalidade de cooperação ao desenvolvimento que complementa a Cooperação Técnica tradicional.

Deste modo, o Plano de Ação de Buenos Aires estabelece os princípios e objetivos sobre os quais se estabelece a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento. Segundo este Plano, e em um contexto de crescente interdependência entre os países do Sul, a CTPD:

- Exige uma participação igual e soberana na condução das relações internacionais, assim como uma distribuição equitativa dos benefícios derivados de dita participação.
- Deve basear-se no estrito respeito pela soberania nacional, pela independência econômica, pela igualdade de direitos e pela não ingerência nos assuntos internos das nações, qualquer que seja sua dimensão, seu nível de desenvolvimento e seu sistema social e econômico.
- Oferece aos países em desenvolvimento a possibilidade de transferir e compartilhar conhecimentos e experiências, tudo isso no âmbito de uma estratégia que beneficie a todos os participantes através da geração de uma maior auto-suficiência nacional e coletiva, imprescindível em seu desenvolvimento social e econômico.
- Deve estar organizada pelos governos entre si, os quais podem promover com tal fim a participação de organizações públicas e, no âmbito das políticas estabelecidas pelos governos, a de organizações privadas e de particulares.
- Pode basear-se em enfoques, métodos e tecnologias inovadoras, particularmente adaptados às necessidades locais e, ao mesmo tempo, utilizar as modalidades de cooperação técnica previstas para acontecer entre dois ou mais países em desenvolvimento. Neste âmbito, assume-se que o apoio dos países desenvolvidos e de instituições regionais e inter-regionais pode ser necessário.

Em seu impulso participa de novo a Assembléia Geral das Nações Unidas que, após tornar seu o Plano, insta a todos os governos e organismos membros do sistema das Nações Unidas a aplicar suas recomendações.

Fonte: Plano de Ação de Buenos Aires (1978) (http://tcdc.undp.org/knowledge_base/bapa_spanish1.html)

Após uma década tão frutífera, os anos oitenta marcam um novo ponto de inflexão. A crise econômica (especialmente notável na América Latina) afeta a cooperação internacional em todas as suas modalidades. Neste sentido, não registram-se ações de cooperação importantes entre países em desenvolvimento, nem eventos de especial relevância (Abarca, 2001). A única exceção está ligada ao continente americano e tem a ver com a celebração, em 1981, da Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre CEPD que tem lugar em Caracas (Venezuela) e da qual nasce um Programa de Ação para o fomento desta cooperação.

Deve-se esperar até a metade dos anos noventa para que a Cooperação Sul-Sul recupere seu impulso e inicie um novo período de expansão, uma etapa de renovado auge que se estende até a atualidade. Efetivamente, durante a década dos noventa o crescimento econômico experimentado por alguns países em desenvolvimento contribui para fortalecer algumas de suas capacidades internas (Naslusky, 2002). Este fortalecimento melhora as opções destes mesmos países como ofertantes de cooperação. A coincidência deste fato com seu progressivo deslocamento como receptores de uma AOD mundial em franca tendência à redução (Abarca, 2001), converte a Cooperação Sul-Sul em uma boa ferramenta de avanço na direção do desenvolvimento.

Assim, em 1995, o Comitê de Alto Nível das Nações Unidas para a Revisão da CTPD elabora os "Novos Delineamentos para a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento". Dentro deste novo âmbito de ação destaca o impulso aos denominados Países Pivôs, identificados como tais tanto por sua trajetória na Cooperação Sul-Sul, como por suas possibilidades de impulso a esta modalidade. Algumas das experiências protagonizadas por estes países (entre estas as dos ibero-americanos Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, México e Peru) recolhem-se na reunião que em 1997 convocam o PNUD e o Governo chileno, na cidade de Santiago. Também, em 1996, a Unidade Técnica de Cooperação Sul-Sul do Sistema Econômico América Latina (SELA) convoca uma reunião regional para Diretores de Cooperação Técnica que serve para avançar em um debate também aberto desde as Nações Unidas: o do avanço na complementariedade entre a Cooperação Técnica e a Cooperação Econômica entre Países em Desenvolvimento.

Iniciada já a presente década, a Declaração do Milênio do ano 2000 e a Conferência de Monterrey sobre Financiamento ao Desenvolvimento de 2002 representam o compromisso das fontes tradicionais de cooperação tanto com o aumento dos fluxos de AOD mundial como com sua concentração nos países com menores níveis de desenvolvimento relativo. Neste contexto reforçam-se as dificuldades dos países com rendas médias em seguir optando à AOD mundial, o que age de novo à favor de uma potencialização do intercâmbio de capacidades entre estes países em desenvolvimento. A partir do ano 2000 ocorrem uma série de eventos cujo objetivo principal é explorar ao máximo as possibilidades que a Cooperação Sul-Sul oferece no âmbito da cooperação internacional. Destaca a Conferência de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul (também conhecida como Segunda Cúpula do Sul) celebrada no Qatar, no ano 2005. Nessa Cúpula aprova-se o denominado Plano de Doha, um Plano cuja adoção deveria permitir tal qual assinala explicitamente, *"um impulso definitivo para a Cooperação Sul-Sul em todas as regiões do mundo e em todas as suas modalidades"*.

Na atualidade, o debate aberto em torno da Cooperação Sul-Sul não deixa de coincidir com um auge significativo desta nova forma de cooperar. O Relatório do Comitê de Alto Nível apresentado durante a última Assembléia Geral das Nações Unidas (Nova York, 2007) confirma que a Cooperação Sul-Sul, em todas as suas modalidades, se encontra em estado de constante expansão. Tal qual assinalam Das, De Silva e Zhou (2007) o acontecido em nível internacional em termos de um aumento dos fluxos comerciais e financeiros entre os países do Sul, estaria refletindo o importante nível de desenvolvimento que estes países têm conseguido imprimir a algumas de suas capacidades técnicas e financeiras, assim como suas cada vez maiores possibilidades de transferência a outros países. Esta nova etapa de auge da Cooperação Sul-Sul estaria protagonizada por um nutrido grupo de países², entre os quais destacariam Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba e México (isto é, seis dos oito países ibero-americanos que atualmente são também Países Pivôs da Cooperação Sul-Sul), mais a Venezuela, cuja atividade teria intensificado-se muito especialmente nos últimos anos.

Princípios e modalidades da Cooperação Sul-Sul

A Cooperação Sul-Sul é um conceito de difícil delimitação. Segundo afirma a Unidade Especial do PNUD responsável pelo seu impulso e seguimento, o problema reside em que esta forma de cooperação engloba um espectro muito amplo de colaborações entre países em desenvolvimento. Assim, dentro desta podem ser incluídas todas as colaborações abordadas a partir de uma destas três dimensões: Política, Econômica e Técnica (Das, De Silva, Zhou, 2007).

De fato, e tal e como se deduz das linhas desenvolvidas anteriormente, a evolução da Cooperação Sul-Sul não pode desligar-se da trajetória que têm seguido dois de seus componentes: a Cooperação Técnica e a Cooperação Econômica entre Países em Desenvolvimento (CTPD e CEPD, respectivamente). A fronteira entre ambas, no entanto, é difusa.

Efetivamente, a definição mais completa sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento volta a proceder da Unidade Especial de Cooperação Sul-Sul do PNUD. Segundo esta, a CTPD refere-se a todo *"processo"* pelo qual *"dois ou mais países em desenvolvimento adquirem capacidades individuais ou coletivas através de intercâmbios cooperativos em conhecimento, qualificação, recursos e know how tecnológico"*.³ Conforme isto, a CTPD tende a instrumentalizar-se sobre assistências técnicas (consultorias, assessorias e cursos de formação, entre outros). Seu resultado mais imediato é a potencialização mútua de determinadas capacidades setoriais (por exemplo, em educação, saúde, infra-estrutura e turismo) com impactos sobre algum aspecto do desenvolvimento econômico e social dos países implicados.

Por sua parte e também segundo o PNUD, a Cooperação Econômica entre Países em Desenvolvimento *"refere-se, fundamentalmente, à Cooperação Sul-Sul que se estabelece nos âmbitos do comércio e das finanças"* (Das, De Silva, Zhou, 2007). Através da CEPD se pretende *"racionalizar, diversificar e dinamizar"* as correntes econômicas entre países em desenvolvimento (Declaração de Colombo, 1976) (CEPAL e SEGIB, 2007) para com isto *"alcançar um crescimento e um desenvolvimento sustentável"*.⁴ Conforme isto, a CEPD tende a combinar o uso de assistências técnicas com instrumentos de natureza bem distinta como são, por exemplo, a coordenação de políticas econômicas. Em sua tentativa de alcançar um impulso do intercâmbio comercial e financeiro que favoreça o desenvolvimento, esta modalidade de cooperação acaba afetando outros setores estratégicos da economia, como podem ser os transportes ou a energia (ver Quadro I.3.). Por suas características, a CEPD tende a aparecer associada tanto a estratégias de desenvolvimento como à construção de esquemas de integração regional.

Em qualquer caso, aquilo que permite que ambas modalidades respondam a uma Cooperação Sul-Sul excede o simples fato de que a colaboração se estabeleça entre países em desenvolvimento. Neste sentido, o que efetivamente identifica e diferencia a Cooperação Sul-Sul é sua associação a alguns princípios de funcionamento básicos. Estes são:

- **A HORIZONTALIDADE.** A Cooperação Sul-Sul exige que os países colaborem entre si em termos de sócios. Isto significa que, muito além das diferenças nos níveis de desenvolvimento relativo entre eles, a colaboração se estabelece de maneira voluntária e sem que nenhuma das partes ligue sua participação ao estabelecimento de condições.
- **O CONSENSO.** A execução de uma ação de Cooperação Sul-Sul deve ter sido submetida a consenso pelos Responsáveis de cada país, e isto em âmbitos de negociação comum, como podem ser as comissões mistas ou seus equivalentes.
- **A EQUIDADE.** A Cooperação Sul-Sul deve ser exercida de um modo tal que seus benefícios (sempre consistentes na potencialização mútua de capacidades críticas para o desenvolvimento) distribuam-se de maneira equitativa entre todos os participantes. Este mesmo critério deve ser aplicado à distribuição de custos, que devem assumir-se de maneira compartilhada e proporcional às possibilidades reais de cada contraparte.

Quadro I.3. Cooperação Energética na Ibero-América: o caso da Petroamérica

As particulares características do setor da energia estimulam a cooperação entre países em desenvolvimento. Sobre isto influi, por um lado, o fato de que os projetos energéticos necessitem um enorme volume de investimento inicial; um investimento, ademais, cujos períodos de amortização são especialmente longos. A imperativa necessidade de compartilhar os custos do projeto conflui, por outro lado, com um interesse compartilhado em garantir uma oferta energética estável (UNCTAD, 2007). Neste contexto não é portanto de se estranhar que o setor energético seja um setor emblemático para a CEPD. Também não estranha, sua estreita vinculação com a construção de processos de integração regional (Mayobre, 2006).

Tal qual assinala a UNCTAD (2007; p.171) em um de seus últimos relatórios, *"a América Latina é, talvez, a região que mais ativamente tem promovido soluções regionais para o problema energético"*. Assim, os projetos de cooperação energética mais importantes da região remontam a princípios dos anos setenta. Desde então e até hoje se têm colocado em andamento na região projetos de todo tipo. A própria UNCTAD cita, entre as principais iniciativas latino-americanas, as relacionadas com projetos de geração de potência elétrica; melhora do transporte regional de gás através de gasodutos que conectam distintos países; os acordos para a exploração conjunta de hidrocarbonetos; e os esquemas de financiamento preferencial para o acesso da região ao petróleo.

Entre os projetos de cooperação energética regional mais recentes se destaca, contudo, um, a Petroamérica, cujo nascimento data da assinatura da Declaração de Caracas de 27 de setembro de 2005. Segundo Mayobre (2006; p.171) a Petroamérica constitui-se em torno de um *"conjunto de projetos de cooperação, adaptados às características das diferentes sub-regiões, que têm como traço comum o objetivo de contribuir para a integração energética do continente"*. Um conjunto de projetos cuja base de atuação é *"o aproveitamento das complementaridades"* de um modo que claramente *"(resulte) benéfico para todos os participantes"*. Neste sentido, e tal como destaca a PDVSA (a empresa de hidrocarbonetos estatal da Venezuela) trata-se de uma *"proposta energética (...) fundamentada nos princípios de solidariedade e complementaridade."*

A Petroamérica baseia-se em três mecanismos de cooperação energética de caráter sub-regional:

- 1. PETROCARIBE.** Trata-se de uma Iniciativa de Cooperação Energética solidária cujo objetivo é resolver as assimetrias que existem no acesso aos recursos energéticos. Concretiza-se em um acordo de fornecimento estável de petróleo financiado em termos de concessão. O fornecedor é a Venezuela e os países receptores são 14 estados caribenhos mais os ibero-americanos Cuba e R. Dominicana, e Guatemala (aderiu recentemente). Praticamente substitui seus precedentes, os Acordos de San José (1978) (do qual também participa como fornecedor o México) e o de Caracas (2000). Segundo cálculos do Ministério de Energia e Minas da República Bolivariana de Venezuela, assim como da Comissão de Energia da Assembléia Nacional do mesmo país, entre 2005 e 2007, a ativação da Petrocaribe havia possibilitado que os países caribenhos economizassem cerca de 40% de sua fatura petroleira, cifra equivalente a uma economia conjunta de 437 milhões de dólares. Um ano depois, em 2008, a cifra anterior duplicava-se e a economia acumulada já beirava os mil milhões de dólares (concretamente, 921).

Quadro I.3. Cooperação Energética na Ibero-América: o caso da Petroamérica (continuação)

Cabe acrescentar que este mecanismo de cooperação energética concentrou-se também na constituição de empresas mistas para o desenvolvimento de infra-estrutura energética, assim como na promoção do intercâmbio tecnológico entre seus sócios. Dentro desta estratégia, podem incluir-se os projetos destinados ao fortalecimento da capacidade de refinamento dos distintos países. Hoje existem 7 projetos em execução, cujo valor total de inversão ascende a aproximadamente 15.000 milhões de dólares.

Inversões para fortalecer a capacidade de refinamento dos países membros.

Números, em unidades; valores econômicos, em milhões de dólares

Projetos (em execução)	País receptor					Total
	Cuba	Nicarágua	Jamaica	Haiti	Dominica	
Número	3	1	1	1	1	7
Inversão econômica	8.945	4.419	706	340	220	14.630

Fonte: Comissão Econômica da Assembléia Nacional da República Bolivariana da Venezuela

2. PETROSUR. Forma-se em torno a um pacote de acordos bilaterais entre as empresas estatais dos países ibero-americanos do Cone Sul (em concreto, da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela). Entre estes acordos destacam, a modo de exemplo, um acordo entre a Venezuela e o Brasil para construir conjuntamente uma refinaria petroleira. Seu principal projeto é, no entanto, a construção do Gasoduto do Sul, um gasoduto que levaria gás desde a Venezuela até o Brasil, Uruguai e a Argentina, com a possibilidade de interconectar-se com os gasodutos procedentes da Bolívia e do Peru. Seu custo ascenderia aos 20.000 milhões de dólares e cobriria aproximadamente 8.000 quilômetros de longitude.

3. PETROANDINA. Em uma idéia similar à do Petrosur, Petroandina nasce como plataforma de impulso à associação estratégica de companhias públicas de hidrocarbonetos dos países andinos (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela). Seu resultado tangível mais importante, no entanto, se limita à criação, a finais de 2006, de uma empresa do mesmo nome, fruto de uma aliança estratégica entre Petróleos da Venezuela S.A. (PDVSA) e Poços Petrolíferos Fiscais Bolivianos (YPFB).

Fonte: Mayobre (2006), Ruiz-Caro (2006), UNCTAD (2007) e Ministério da Energia e Minas (www.mem.gov.ve)

Quadro I.4. A AOD dos países que não são membros do CAD: Cooperação Sul-Sul?

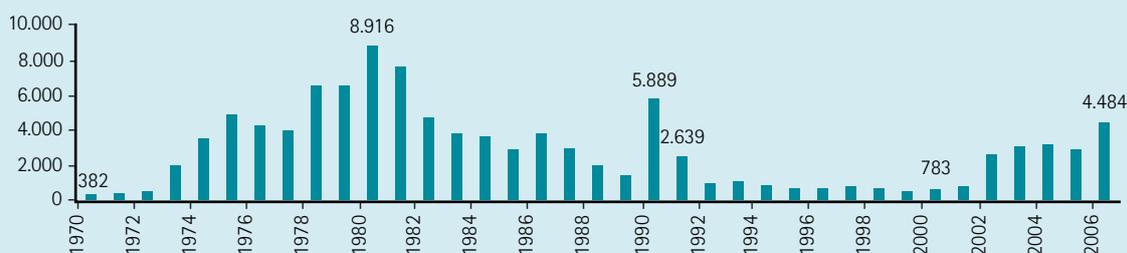
No transcurso dos últimos anos, o Comitê de Ajuda do Desenvolvimento (CAD) da OCDE recopilou dados sobre os fluxos de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) que alguns novos doadores destinam a outros países em desenvolvimento. Trata-se, fundamentalmente, de uma AOD que, respondendo a estândaes mais ou menos tradicionais, procede de países que não são membros do CAD (principalmente nações árabes e outras pertencentes à antiga Europa do Leste, mais a Coréia, México ou Turquia, entre outros). Parte desta cooperação se produz, efetivamente, em um âmbito Sul-Sul.

Não pode assumir-se, no entanto, que o registro destes fluxos reflete plenamente o que está ocorrendo com a Cooperação Sul-Sul no âmbito mundial. Efetivamente, e tal e como destacam Dan, De Silva e Zhou (2007), a Cooperação Sul-Sul é um fenômeno mais amplo e complexo, um fenômeno que não fica confinado aos fluxos de AOD que posma estar intercambiando-se entre países em desenvolvimento.

Resulta interessante, não obstante, realizar um seguimento da evolução destes fluxos emergentes de AOD. Isso equivale a seguir, por um lado, os fluxos de AOD que, entre os 1970 (primeira data na qual existem registros) e 1992, alguns países árabes (fundamental, ainda que não exclusivamente, Arábia Saudita, Kuwait e Emirados Árabes), destinam a outros países da região; e, por outro lado, os fluxos que, a partir de 1992 e até a atualidade, acrescentam países da OCDE como a Coréia, Eslováquia, Hungria, Islândia, México, Polônia, República Checa e Turquia.

AOD líquida que os países não CAD destinam a países em desenvolvimento. 1970–2006

Valor absoluto, em milhões de dólares americanos



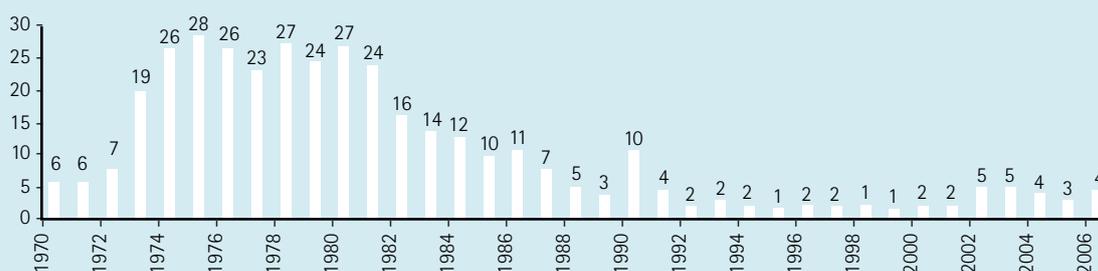
Fonte: Elaborado pela SEGIB a partir de www.oecd.org/dataoecd

Como observa-se no gráfico superior, a evolução da AOD procedente deste grupo de países foi irregular. De fato, registrou três etapas bem diferenciadas. Na primeira (1970-1980) o aumento da AOD desde os menos de 400 milhões do primeiro ano até o pico máximo de praticamente nove mil milhões de dólares do último, está estreitamente relacionado com o boom petrolífero da metade e finais dos setenta, assim como à conseqüentemente grande quantidade de dólares da qual dispunham os países árabes. Durante a segunda, desde princípios dos oitenta até o ano 2000 e com a excepcionalidade do dado de 1990, a AOD procedente de países não CAD foi em franca redução. Deve esperar-se, pois, à terceira etapa, compreendida entre princípios da presente década até 2006, para registrar um novo auge, um período de renovada expansão que permite situar a cifra de 2006 nos quase 4.500 milhões de dólares.

Quadro I.4. A AOD dos países que não são membros do CAD: Cooperação Sul-Sul? (continuação)

Participação dos países não CAD sobre a AOD líquida destinada aos países em desenvolvimento. 1970–2006

Participação, em porcentagem



Fonte: Elaborado pela SEGIB a partir www.oecd.org/dataoecd

Do mesmo modo, a participação relativa sobre a AOD mundial oscilou desde máximos superiores ao 25% da metade-finais dos setenta aos mínimos de 1% do ano 2000. A tendência ascendente, praticamente exponencial, dos últimos anos permitiu, no entanto, que a cifra de participação do ano 2006 situe-se em torno ao 5%. Segundo o CAD esta dinâmica de crescimento vai manter-se, pelo que estima-se que em menos de 5 anos, para o 2010, sua participação sobre a AOD mundial ascenderá a um mais que notável 10%.

Fonte: Dan, De Silva, Zhou (2007) e International Development Statistics Online OCDE (www.oecd.org/dataoecd/)

Cooperação Triangular: palanca de apoio à Cooperação Sul-Sul

A Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento permite aproveitar as capacidades setoriais alcançadas por alguns países em desenvolvimento e instalá-las em outros que necessitam cobrir as carências manifestadas nesses mesmos setores. O baixo custo relativo destas ações é uma grande vantagem na hora de impulsionar esta modalidade. No entanto e ainda em demasiadas ocasiões, o escasso financiamento do qual dispõem os países em desenvolvimento continua sendo um obstáculo à execução de um maior número de ações de Cooperação Sul-Sul. Uma opção válida para a superação deste problema é o impulso a outra modalidade de Cooperação Internacional: a denominada Cooperação Triangular.

Assim o sugere a própria definição da Unidade Especial de Cooperação Sul-Sul do PNUD, que afirma que a Cooperação Triangular consiste naquela "Cooperação Técnica entre dois ou mais países em desenvolvimento que é apoiada financeiramente por doadores do norte ou organismos internacionais" (Das, De Silva, Zhou, 2007). Como desprende-se do anterior, a Cooperação Triangular está estreitamente relacionada com a Horizontal. Assim mesmo, seu formato "misto" permite que nesta modalidade de Cooperação Triangular confluem todo tipo de atores (Norte e Sul) com todo tipo de recursos (assistências ao mesmo tempo técnicas e financeiras).

Suas características também permitem que a Cooperação Triangular integre os elementos que identificam a Cooperação Sul-Sul (horizontalidade, consenso, equidade). Contudo, não limita-se a esta e vai mais além, o que permite que seja assumida como ponte de articulação entre a Sul-Sul e a Norte-Sul. Assim fica registrado na Declaração de Marrakech aprovada pelo G77 durante a Primeira Cúpula do Sul de 2003, a qual entende a Cooperação Triangular como uma expressão da relação entre ambos os tipos de cooperações.⁵

Estado atual do debate sobre a Cooperação Sul-Sul e a Triangular

Tanto a Cooperação Sul-Sul como a Triangular constituem hoje um importante ponto de debate na agenda mundial sobre desenvolvimento. Uma parte das questões submetidas à discussão tem a ver com aspectos particulares de ambas modalidades; o resto enquadra-se em um debate mais geral sobre cooperação internacional.

Entre os aspectos de discussão mais particulares destaca-se a preocupação quanto por impulsionar uma maior harmonização entre Cooperação Técnica e Cooperação Econômica⁶. De fato, e tal como já se assinalou, os difusos limites existentes entre a CTPD e a CEPD facilitam a integração entre ambas modalidades de cooperação. O impulso para a sua harmonização⁷ apresenta vantagens notáveis como são, por um lado, a possibilidade de se estabelecer uma correspondência estratégica entre cooperação e desenvolvimento; e, por outro lado, a de contribuir a fixar melhor as prioridades de colaboração entre os países em desenvolvimento (Abarca, 2001).

Da mesma forma, e muito vinculado à necessidade de relacionar CTPD e CEPD, surge o debate em torno da possibilidade de que a Cooperação Sul-Sul (hoje preferencialmente executada a partir de Estados e Organismos Intergovernamentais) conte com a participação de todo o tipo de atores, tanto de natureza pública quanto privada. Neste sentido, e tal como assinala o SELA (2006), ambos debates se relacionam porque *"quando se fala de vincular e coordenar as iniciativas de cooperação técnica com cooperação econômica entre países em desenvolvimento, é indispensável considerar que o mundo das oportunidades produtivas, comerciais e de investimento, aceita uma gama muito variada de atores nacionais"*.

O anterior sugere mudanças na forma com que hoje se executa a Cooperação Sul-Sul. Assim, Naslauský (2002) prevê três tipos de mudanças, todos eles com implicações sobre a própria concepção dos atuais programas de cooperação técnica. Em primeiro lugar, os programas aumentarão sua complexidade e deixarão de limitar-se à transferência de conhecimentos e tecnologia. Em segundo lugar, incorporarão uma visão do desenvolvimento mais integral que lhes obrigará a projetar como meta específica a busca pelos impactos sobre esse mesmo desenvolvimento. O terceiro, por sua parte, implicará um aumento da participação de agentes não públicos (tanto do âmbito das ONG quanto do setor produtivo) na execução de projetos de cooperação técnica. Entretanto, continuará correspondendo aos governos a delicada tarefa de seguir coordenando os ditos programas sem prejudicar a agilidade do processo.

Por sua parte, o debate sobre a cooperação internacional ao desenvolvimento gira hoje em torno de duas grandes questões: o financiamento, com um evento de referência inevitável como é a Conferência de Monterrey de 2002; a eficácia, eficiência e transparência da ajuda, abordada nas denominadas Declarações de Paris 2005 e Accra 2008, documentos pelos quais países doadores e receptores assumem conjuntamente o compromisso de alcançar uma AOD mais eficaz. Ambas questões são também debatidas no âmbito da Cooperação Sul-Sul e Triangular. Dentro deste âmbito de discussão existe um ponto que desperta especial conflito: o que refere-se à validade de ambas Declarações como referente à Cooperação Sul-Sul. Assim, enquanto uns países defendem que são um bom ponto de partida, outros questionam o anterior e as situam como um referente do Norte que não deve interferir na forma com que o Sul decida impulsionar suas próprias modalidades de cooperação.

Mais além das posições mantidas em relação às mencionadas Declarações, os países realmente estão de acordo quanto à importância que têm todos os aspectos vinculados à eficácia da cooperação. Assume-se neste sentido que a eficácia deve ser avaliável e que os indicadores que se utilizem devem alcançar refletir a capacidade dos projetos para “*gerar resultados qualitativos, sustentáveis e transformadores da realidade socioeconômica*” (Naslauský, 2002).

Esta última discussão leva a outra especialmente relevante para o presente relatório. Assim, e à reboque do anterior, abre-se um profundo debate sobre a necessidade de computar as ações de Cooperação Sul-Sul e Triangular, assim como de gerar sistemas de informação homologáveis internacionalmente. Uns sistemas capazes de proporcionar informação rigorosa sobre aspectos como o número de projetos executados, o valor econômico a que equivalem, ou os perfis de capacidades e necessidades dos países, entre outros. Este debate afeta também, as não menos necessárias políticas de acesso e difusão dessa mesma informação (Naslauský, 2002) (Comitê de Alto Nível para a Cooperação Sul-Sul, 2007).

Modalidades SEGIB: a Horizontalidade como princípio diretor da Cooperação

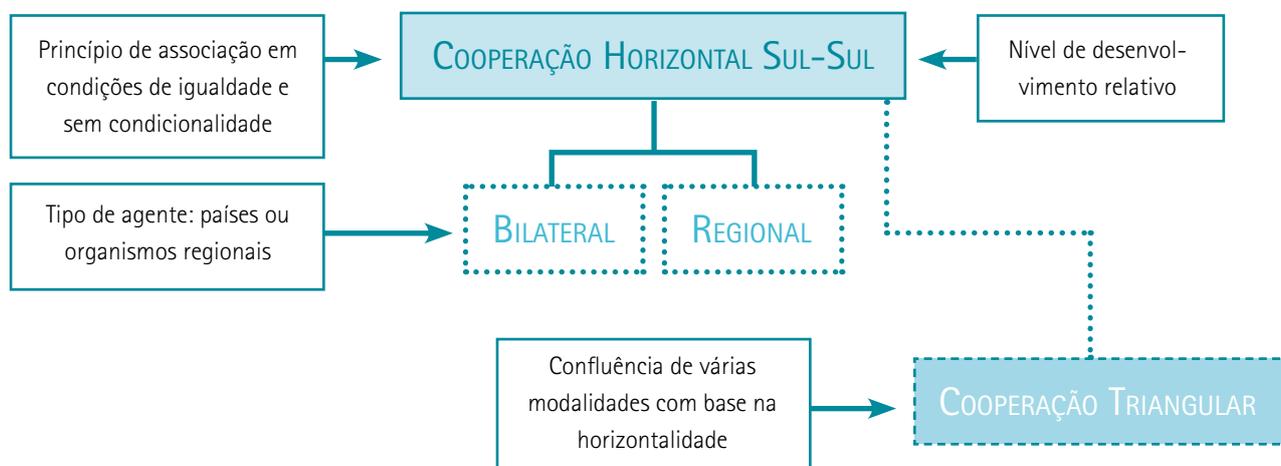
Com o objetivo de avançar em uma análise o mais completa possível da Cooperação Sul-Sul da qual Ibero-América participa, os países membros da Conferência Ibero-Americana chegaram a um consenso sobre o modo com que o presente relatório deve abordar algumas questões referentes a esta modalidade de cooperação ao desenvolvimento.

Efetivamente, os países decidiram dar visibilidade à idéia de que o que identifica a Cooperação Sul-Sul é, fundamentalmente, estar formulada sobre princípios realmente solidários. Coerentes com esta decisão, os países concordaram em substituir a denominação *Cooperação Sul-Sul* por outra que incorpore a palavra *Horizontal*. Com esta modificação, a ênfase foi posta na necessidade de que a relação entre os países se estabeleça em termos de igualdade.

Respeitando este princípio, mas considerando também que atores participam da *Cooperação Horizontal Sul-Sul* (ver Esquema I.1.), aceita-se ademais que esta forma de cooperação possa apresentar-se sob dois formatos bem diferenciados: o Bilateral e o Regional.

Conforme o anterior, entende-se que a *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* se produz quando dois países intercambiam experiências ou recursos (financeiros, técnicos e/ou humanos) como sócios. Dito intercâmbio diz respeito aos princípios de horizontalidade, consenso e equidade, o que garante tanto uma interlocução igualitária entre os países, quanto uma distribuição de custos e benefícios proporcionais às possibilidades de cada qual. A *Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional*, por sua parte, faz referência à cooperação que vários países desenvolvem dentro do âmbito de espaços e organismos regionais. Sua singularidade reside na gênese de seus projetos, uma gênese que deve reproduzir as pautas de um projeto horizontal do qual participam simultaneamente vários Governos.

Esquema 1.1. Caracterização modalidades de Cooperação Sul-Sul. Informe 2008



Fonte: SEGIB, a partir do consenso entre seus 22 países membros

Finalmente, decidiu-se que o relatório incluía aquelas experiências regionais que, ainda não sendo Sul-Sul, tenham lugar no âmbito da *Cooperação Triangular*. Assim mesmo, decidiu-se assumir a definição mais estendida desta modalidade de cooperação internacional, insistindo, não obstante (e de aí o ponteeado da linha), em que surge de uma experiência de caráter horizontal que estabelece o intercâmbio de capacidades entre dois países em desenvolvimento que dialogam de igual a igual. Assumiu-se, ademais, que o terceiro ator possa ser um país desenvolvido, um organismo multilateral ou outro país em desenvolvimento. Neste último caso, se estaria ensaiando uma variante singular, equivalente ao que a Unidade Especial do PNUD denominaria Cooperação Sul-Sul-Sul.

Quadro 1.5. Que modificações incorpora o presente relatório com respeito ao anterior?

O relatório deste ano incorpora algumas diferenças nas modalidades consideradas de Cooperação Sul-Sul. Ditas diferenças afetam à importância relativa que se concede aos princípios que caracterizam à Cooperação Sul-Sul e provoca, como já comentou-se, uma mudança nas denominações utilizadas; uma mudança que não altera, no entanto, a estrutura fundamental do relatório. Mais especificamente:

- O relatório anterior tratava duas modalidades de Cooperação: uma Sul-Sul em sua variante Horizontal Bilateral e outra Triangular. Este ano, o conteúdo de ambas modalidades atualiza-se e o único que se modifica é a denominação da primeira, que agora passa a ser Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral.
- Como novidade, analisa-se a Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional, que este ano se limitará à caracterização dos sistemas de cooperação dos programas executados nos âmbitos da Comunidade Andina (CAN), do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), do Sistema de Integração Centro-Americano (SICA), da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB), da Alternativa Bolivariana das Américas (ALBA) e da Associação de Estados do Caribe (AEC).

NOTAS

¹ Base de dados *International Development Statistics Online* da OCDE (www.oecd.org/dataoecd/).

² A Unidade Especial de Cooperação Sul-Sul do PNUD estabelece quatro subgrupos de países especialmente ativos: os emergentes (Brasil, China, Índia e África do Sul); alguns de renda média como Argentina, Chile e Venezuela além da Malásia, Cingapura, Tailândia, Irã, Egito e Tunísia; os seis membros do Conselho de Cooperação do Golfo (Bahrein, Kuwait, Oman, Qatar, Arábia Saudita e Emirados Árabes); um último grupo de países que integram a OCDE, mas não o CAD (República Checa, Hungria, Polônia, México, Coréia, Eslováquia e Turquia) (Das, De Silva, Zhou, 2007).

³ <http://tcdc1.undp.org/faq.aspx>.

⁴ <http://tcdc1.undp.org/faq.aspx>.

⁵ Nessa mesma direção, a Unidade Especial do PNUD utiliza como sinônimo de Cooperação Triangular o termo menos conhecido de Cooperação Sul-Sul-Norte (Das, De Silva, Zhou, 2007).

⁶ Já em 1995, o Administrador Geral do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Sr. James Gustave Speth, e o Diretor da Unidade Especial de CTPD, Sr. Denis Benn, assinalavam a urgente necessidade de dotar à Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) de um caráter crescentemente econômico. Assim mesmo, e atualmente, a crescente integração entre CTPD e CEPD está sendo especialmente estimulada a partir das Nações Unidas, através tanto do Comitê de Alto Nível de Cooperação Sul-Sul quanto de sua Assembléia Geral (SELA, 2002).

⁷ Países como Brasil, Chile e México figuram como pioneiros neste tipo de experiências (SELA, 2002).

CAPÍTULO II
IBERO-AMÉRICA E
A COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL BILATERAL

Introdução metodológica

O presente capítulo estabelece um claro objetivo: identificar o que está acontecendo na Ibero-América no âmbito da *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral*. A análise desenvolvida para este fim é abordada a partir de uma dupla perspectiva: a qualitativa e a quantitativa.

A primeira, a menos ambiciosa, é uma atualização do trabalho realizado no relatório anterior. Centra-se em conhecer se esta modalidade de cooperação é executada na região; saber quais países participam na mesma; e fixar o papel (*sócio ofertante ou receptor*) exercido por cada país. Como no relatório precedente, o instrumento a que se recorre para oferecer esta panorâmica são as matrizes de oferta e recebimento da cooperação.

A segunda, mais ambiciosa e complexa, busca medir a cooperação que está sendo executada sob esta modalidade. Esta perspectiva exige enfrentar um duplo desafio. O primeiro consiste em escolher os indicadores que medem a cooperação realizada. Assim, tentar dar-lhe uma dimensão para o que está acontecendo passa por quantificar três aspectos desta cooperação: o número de ações que se executaram; o valor financeiro que alcança o custo de execução dessas mesmas ações; o número de atores beneficiados pela cooperação.¹

O segundo desafio consiste em encontrar previamente a informação que permita dotar de conteúdo esses mesmos indicadores. Neste sentido, a falta de sistemas de informação nacionais que ofereçam cifras homologáveis do que acontece em cada país converte-se em um limitante importante do estudo quantitativo da *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral*. Fruto destas limitações, somente se disporá de informação mais ou menos completa sobre a quantidade de ações nas quais participaram². As informações referentes tanto aos recursos financeiros mobilizados quanto aos beneficiários serão mais parciais e incompletas.

Finalmente, existirá informação sobre os setores de atividade nos quais os intercâmbios de cooperação ocorrem. Isto permitirá uma nova aproximação ao perfil das *capacidades* que algumas nações podem ofertar, assim como às *necessidades* que outras têm de cobrir. Com o esboço deste perfil, a Ibero-América continua dotando-se de ferramentas que lhe permitam avançar no impulso de uma modalidade de cooperação que se confirma como uma firme opção para o desenvolvimento da região.

Os fluxos de *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* na Ibero-América

As declarações realizadas pelos países membros da Conferência Ibero-Americana permitiram construir a Matriz II.1. Em dita matriz, o sombreado do quadro oferece várias informações: confirma a participação dos países alinhados com esse espaço em ações de *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral*; e assinala o papel sob o qual cada um desses dois países concretizou a mencionada participação (como *sócio ofertante* - papel do país que se localiza na fileira correspondente ao espaço sombreado -; como *sócio receptor* - papel referido agora ao país localizado na coluna associada-). Em qualquer dos casos, os países se classificam por nível de renda (Média-Baixa e Média-Alta), segundo critérios do Banco Mundial³.

Matriz II.1. Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, entre Países Ibero-Americanos. 2007*

SIM oferece/recebe cooperação

SÓCIOS OFERTANTES		SÓCIOS RECEPTORES																	
		PRM-BAIXA											PRM-ALTA						
		Bolívia	Brasil	Colômbia	Cuba	Equador	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Peru	R.Dominicana	Argentina	Chile	Costa Rica	México	Panamá	Uruguai
PRM BAIXA	Bolívia	■																	
	Brasil	■	■							■	■	■			■			■	■
	Colômbia	■		■									■		■			■	■
	Cuba	■		■	■										■			■	■
	Equador				■	■													
	El Salvador						■	■											
	Guatemala						■												
	Honduras							■	■										
	Nicarágua								■	■									
	Paraguai									■	■								
	Peru										■	■							
R. Dominicana											■	■							
PRM ALTA	Argentina	■										■	■					■	■
	Chile	■											■	■				■	■
	Costa Rica												■	■					
	México	■												■	■			■	■
	Panamá																■	■	
	Uruguai													■	■			■	■
	Venezuela	■																■	■

Segundo os critérios do Banco Mundial, os países classificaram-se por níveis de renda: Média-Baixa (entre 936 e 3.705 dólares); Média-Alta (entre 3.706 e 11.455 dólares por habitante)

* A informação disponível refere-se às ações em execução durante o ano 2007, exceto na informação proporcionada pelo Brasil e o Peru, referida em ambos casos ao ano 2006

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências de Cooperação e/ou Direções- Gerais de Cooperação

A leitura desta matriz confirma que existem sete países que oferecem ao menos alguma ação de *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* a quase todo o resto de países da região. Trata-se da Argentina, Chile, México e Venezuela (no caso dos países considerados de Renda Médio-Alta), e do Brasil, Colômbia e Cuba (caso dos países classificados como Renda Médio-Baixa). O resto dos países da faixa correspondente a um nível de renda relativamente superior, Costa Rica, Panamá e Uruguai, só exercem o papel de sócios ofertantes de maneira pontual. O mesmo ocorre no caso de outros países de Renda Médio-Baixa como os centro-americanos Honduras e El Salvador, e os andinos Equador e Peru, que registram algumas ações pontuais de oferta de *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral*.

Por sua parte, todos os países ibero-americanos, sem exceção, exercem pelo menos uma vez o papel de sócio receptor em ações de *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral*. Por países, contudo, a frequência com a qual isto ocorre é diferente. Assim, o Paraguai é o país que recebe cooperação de um maior número de sócios ibero-americanos (concretamente de nove deles, os sete com maior dinâmica de oferta, mais Peru e Uruguai). Seguem-se, em ordem de importância relativa (oito sócios), El Salvador, Guatemala e Honduras na América Central; República Dominicana no Caribe e Peru na região Andina. Completam o grupo (sete e seis sócios, respectivamente), a centro-americana Nicarágua e os andinos Bolívia e Equador.

Neste contexto, Colômbia e Cuba fazem a diferença ao constituírem dois casos de notável interesse. É que ambos países são um bom exemplo sobre como participar da *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* exercendo um *papel duplo*. Para ilustrar o anterior, basta citar que a Colômbia intercambia ações de cooperação, algumas vezes como *sócio ofertante* e outras como *sócio receptor*, com Chile, Cuba, México, Panamá, Peru e Venezuela. Também Cuba faz o mesmo com a própria Colômbia, além da Argentina, Equador, Chile, México e Venezuela.

Finalmente, os países que menos exercem o papel de *sócio receptor* tendem a coincidir com aqueles que mostram níveis de renda mais altos. Dentro deste grupo destacam-se Costa Rica, Panamá e Uruguai, pouco ativos em seu papel de ofertantes; e Argentina, Brasil, Chile, México e Venezuela, cinco dos sete países ibero-americanos que ofertam mais cooperação.

Quadro II.1. II Relatório sobre a Cooperação Sul-Sul na Ibero-América: mais informação e de melhor qualidade

Para a realização do primeiro Relatório sobre a Cooperação Sul-Sul na Ibero-América dispôs-se de informação muito parcial. Por motivos distintos, apenas 11 dos 19 países ibero-americanos que participam desta cooperação disponibilizaram a informação requerida através do questionário previamente emitido pela Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB). Este ano a situação mudou, já que os 19 países ibero-americanos enviaram essa informação.

Conseqüentemente, para este Relatório dispõe-se de mais informação. Deve-se levar isto em conta ao interpretar as mudanças registradas entre o primeiro e o segundo relatório. Assim, por exemplo, e para o caso das matrizes que assinalam quais países ibero-americanos intercambiam *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* e com quais, as mudanças registradas entre 2006 e 2007 podem ser devidas mais ao fato de dispor de mais informação, do que ao fato de que a dinâmica de intercâmbios tenha sofrido modificações importantes. Pelo menos isso sugere a seguinte matriz, que registra as mudanças observadas entre as matrizes de 2006 e a de 2007: com um sinal de mais, cooperação bilateral registrada em 2007 e não em 2006; o contrário, com um sinal de menos. Ratificaria a tese anterior o fato de que, por exemplo, dois países que no ano passado não disponibilizaram informações (Brasil e Uruguai) são os que este ano intercambiam cooperação com um maior número de "novos sócios".

Quadro II.1. II Relatório sobre a Cooperação Sul-Sul na Ibero-América: mais informação e de melhor qualidade (continuação)

Mas este ano não só dispõe-se de mais informação: também é de melhor qualidade. É suficiente para ilustrar este fato as diferenças que foram observadas no processo de elaboração das matrizes de *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* correspondentes ao ano 2006 (primeiro relatório) e 2007 (segundo). Assim, durante a elaboração da matriz do ano 2006, era bastante comum que o país A declarasse ter executado uma ação de cooperação no país B, mas que o país B não ratificara a recepção desta mesma ação. Frente à impossibilidade de contrastar as respostas, o critério foi sempre validar a resposta da qual efetivamente dispunha-se. Durante a elaboração da matriz do ano 2007, no entanto, a maior disponibilidade de informação fez possível que as respostas obtidas fossem contrastadas e ratificadas.

Mudanças registradas na Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral na Ibero-América, entre 2006 e 2007**

SÓCIOS OFERTANTES		SÓCIOS RECEPTORES																		
		PRM-BAIXA											PRM-ALTA							
		Boívia	Brasil	Colômbia	Cuba	Equador	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Peru	R. Dominicana	Argentina	Chile	Costa Rica	México	Panamá	Uruguai	Venezuela
PRM BAIXA	Bolívia																			
	Brasil	+				+	+		+	+		+	+	+				+	+	+
	Colômbia	+				+							-	+						+
	Cuba		--				--								--					
	Equador				+															
	El Salvador							+	+											
	Guatemala																			
	Honduras							+												
	Nicarágua								--	--										
	Paraguai																			
	Peru			+												--				
R. Dominicana																				
PRM ALTA	Argentina		--									+		--					--	--
	Chile																			--
	Costa Rica													+						
	México	+											--							
	Panamá			+																
	Uruguai				--						+	+	+		+					
	Venezuela											+						--	+	

* A informação disponível refere-se aos projetos em execução durante o ano 2007, exceto os dados do Brasil e do Peru, referidos em ambos casos ao ano 2006. **O Sinal -- refere-se aos intercâmbios registrados em 2006, mas não em 2007; e o sinal + aos registrados no mesmo 2007

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências de Cooperação e/ou Direções Gerais de Cooperação

Medição da *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral*

No fomento eficaz da *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* como instrumento de promoção do desenvolvimento, resulta conveniente avançar no conhecimento do que está acontecendo. Neste sentido, todos os avanços que se possam alcançar em termos de medição ajudam a responder a questões como "O que está sendo feito efetivamente?", "Como se valora?", "Que relação real existe entre os recursos que se mobilizam e o impacto que se obtém?" ou "Que parcela da população se beneficia com esta cooperação?". As respostas a estas questões orientam adequadamente os responsáveis por traçar as políticas públicas.

Uma primeira tentativa aborda-se à continuação. Assim, a análise da informação obtida em relação à quantidade de ações executadas em 2007; os volumes de recursos financeiros mobilizados; e a identificação do número de beneficiários das ações não dará plena resposta a todas as inquietudes, mas sim chaves que nos ajudem a aproveitar as vantagens que a *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* oferece ao desenvolvimento ibero-americano.

Uma primeira tentativa de medição: quantas ações

Na Matriz II.2, a cifra incluída em cada um desses espaços informa sobre o número de *ações de cooperação* (Quadro II.2)⁴ intercambiadas por cada par de sócios. As leituras das últimas filas e colunas informam, além disso, sobre o total de ações em que cada país participou no exercício de cada papel: como sócio receptor ou ofertante, respectivamente.

Da observação de dita matriz obtém-se uma primeira conclusão de caráter geral. É que durante o ano de 2007 os países ibero-americanos participaram em um total de 1.480 ações de *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral*. Esta cifra lança uma primeira luz sobre o que acontece na região. A ausência de outras referências limita, contudo, as conclusões que se possam obter desta cifra global⁵. Isto não impede, no entanto, seguir-se avançando em outras direções. É que, tal como se verá à continuação, a desagregação dessa mesma cifra por países e por papéis de participação pode propiciar o entendimento de muitas outras questões, entre estas, a distribuição geográfica da oferta e o recebimento da cooperação.

Matriz II.2. Ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, entre Países Ibero-Americanos. 2007

Valores absolutos, em unidades

SÓCIOS OFERTANTES		SÓCIOS RECEPTORES																			
		PRM-BAIXA											PRM-ALTA								TOTAL
		Bolívia	Brasil	Colômbia	Cuba	Equador	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Peru	R.Dominicana	Argentina	Chile	Costa Rica	México	Panamá	Uruguai	Venezuela	
PRM BAIXA	Bolívia																			0	
	Brasil	4			22*	9	21		3*	7	13*	9	9	5	2	6		1*	10*	1	73**
	Colômbia	1			10	2	26	7	6		8	11	4		1	13	7	5	2	1	104
	Cuba	12		12		15		23	4	9	2	2	12	2	2		2	32	10	500	639
	Equador				1																1
	El Salvador																				0
	Guatemala																				0
	Honduras						1														1
	Nicarágua																				0
	Paraguai																				0
	Peru			1			1*					1									2
R.Dominicana																				0	
PRM ALTA	Argentina	17		6	5	26	37	6	4	4	12	11	3			12	1	2		146	
	Chile	18	1	14	2	11	24	7	16	13	6	11	6	2		6	3	2	4		146
	Costa Rica														1						1
	México	15		14	1	15	42	13	12	57	5	7	10			15		15			221
	Panamá			2																	2
	Uruguai										2	1	1		1						5
	Venezuela	11	2	1	34	15	5	3	1	30	2	3	14	6	2	1	1		8		139
	TOTAL	78	3	50	53**	93	156	59	43**	120	38**	55	59	15	9	53	14	56**	24**	502	1480**

* Refere-se a dados do ano 2006. ** A soma realizou-se excluindo os dados do ano 2006, que têm um mero caráter indicativo
 Nota: Os dados oferecidos pelos países sobre o número de ações de cooperação que recebem/ofertam de/em outro país, tendem a não ser coincidentes. É comum, portanto, que existam duas cifras distintas por cada um dos espaços da matriz que deve ser completado. Para resolver estas discrepâncias, o critério aplicado na hora de selecionar o valor que finalmente incluiu-se foi duplo. Por um lado, quando a discrepância explica-se porque as cifras correspondem a dois anos distintos, 2006 e 2007, logicamente, optou-se pela mais atual. Se só dispõe-se da cifra de 2006, esta é apresentada, mas só a modo indicativo. Por outro lado, e entre duas cifras díspares designadas ao mesmo 2007, optou-se sempre pela maior, entendendo que a menor está incluída nesta e que "o excedente" corresponde-se com ações que só foram detectadas por um dos sócios

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências de Cooperação e/ou Direções-Gerais de Cooperação

Quadro II.2. Projetos ou ações de cooperação: o que medir?

Ao iniciar a coleta das informações necessárias para a elaboração do presente relatório, foi estabelecida como objetivo a identificação dos projetos de *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* dos quais participavam os países ibero-americanos. Conforme a isto foi assumido que um projeto acarretava o cumprimento de várias condições. Por um lado, "a execução de múltiplas atividades durante um período mínimo de dois anos". Por outro, a garantia de "transferência de uma capacidade desde o sócio ofertante até o sócio receptor". Como última condição, além disso, pelo menos uma das fases do projeto deveria estar em execução durante o ano de 2007 (Questionário SEGIB, 2008).

Rapidamente constatou-se como era difícil identificar estes projetos. E é que a *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* é uma modalidade de cooperação impulsionada sob formas das mais variadas: formas, por sua parte, que muitas vezes não coincidem com o que se entende que deveria ser um projeto de cooperação.

De fato, em suas declarações, os países ibero-americanos têm contabilizado outras modalidades de atuação. Uma parte delas correspondem-se às assumidas na proposta metodológica de medição que o Sistema Econômico Latino-Americano e do Caribe (SELA) apresentou na IX Reunião de Diretores de Cooperação Técnica que aconteceu em La Paz (Bolívia) entre 16 e 18 de maio de 1994. Segundo este documento, a Cooperação Técnica pode ser executada através de:

- Projetos de desenvolvimento
- Estudos
- Assessorias
- Estágios
- Capacitações
- Bolsas

As declarações dos países têm incorporado até mais variantes. Basta como exemplo a Costa Rica, que se refere também a oficinas, Prêmios e Simpósios; a Bolívia, que inclui a doação de equipamentos indispensáveis para a realização de projetos; e o Brasil, que trata as fases de um mesmo projeto de forma desagregada e individualizada.

Diante de tanta disparidade, renunciou-se à medição dos projetos de cooperação e em seu lugar optou-se por medir *ações de cooperação*. Algumas ações que se apresentam sob distintas modalidades e em tempos de execução muito variáveis, mas que são identificáveis de maneira individual e com isto reduzíveis à unidade. Uma unidade que propicie, por um lado, a comparabilidade; e que por outro lado possibilite a realização de exercícios de agregação e de tratamento estatístico que de outra forma seriam impossíveis.

Fonte: SELA (1994) e as declarações realizadas pela Bolívia, Brasil e Costa Rica

Ações e mapas de distribuição geográfica

A desagregação dos dados reunidos na Matriz II.2 permite recorrer a um novo instrumento: os mapas de *oferta e recepção de ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral*. A partir do total das ações realizadas no ano de 2007 sob esta modalidade e conhecendo os dados que existem país a país, pode-se estimar a porcentagem de ações que cada um deles oferece e que recebe. Estabelecendo ademais faixas de intensidade das mencionadas porcentagens (menos de 2,5% das ações; entre 2,6 e 5,0%; entre 5,1% e 7,5%; entre 7,6% e 10,0% e acima de 10,1%) e associando a cada faixa uma cor, observa-se rapidamente em quais países da região se concentram os maiores e os menores níveis de atividade de oferta e de recebimento da *Cooperação Horizontal Sul-Sul*.

Sob uma ótica de oferta, o Mapa II.1 reúne a distribuição geográfica do total das ações ofertadas na Ibero-América no ano de 2007. Como se observa, os países responsáveis pela maior quantidade de ações ofertadas situam-se na parte mais ao norte da região. Efetivamente, Cuba é o país ibero-americano que exerce o papel de *sócio ofertante* com uma maior quantidade de ações: com 639, o que representa um mais que notável 43,2% do total. Entretanto, o México exerce o papel de *sócio ofertante* em mais de 220 ocasiões (um 15% do total regional).

Seguem-lhe dois países localizados ao sul, Argentina e Chile, com 146 ações cada um. Ambos explicam a quinta parte de todas as ações executadas em 2007. Muito perto destes situa-se a Venezuela, país que explica por si mesma quase 10% do total regional. Seu vizinho andino, a Colômbia, se encarrega de tornar possível 7% da oferta de *Cooperação Horizontal Sul-Sul*. Uma porcentagem próxima a 5% situa o Brasil na sétima posição⁶. O volume de ações executadas pelo restante dos países é menor e nunca chega a superar 0,3%.

Sob outra ótica, o Mapa II.2 reúne a distribuição geográfica do total das ações recebidas no ano de 2007. Tal como já se assinalou anteriormente, o fato de que todos os países (sem exceção) participem em algum momento do papel de sócios receptores explica que as ações de recebimento mostrem um grau de dispersão geográfica muito maior que na oferta, que pelo contrário se encontra enormemente concentrada. Assim, e com distintas intensidades, a recepção de ações "se espalha" entre a América Central e os Andes.

O país que se situa como principal *sócio receptor* da região é a Venezuela, com quase 35% do total de ações. El Salvador é o segundo grande sócio receptor com mais de 10% das quase 1.500 ações finais. É seguido de muito perto (um 8% do total) pela sua vizinha Nicarágua. Com porcentagens ainda superiores a 5% encontram-se os também fronteiriços Bolívia e Equador. Ainda assim, praticamente um terço do total das ações executadas distribuem-se entre um amplo e heterogêneo grupo de países, cada um dos quais concentra entre 2,5 e 4% das ações. Trata-se, na região centro-americana, da Guatemala, Panamá, Costa Rica e Honduras; e na andina, do Peru e Colômbia. A estes devem ser acrescentadas as caribenhas República Dominicana e Cuba, assim como, já no Cone Sul, o Paraguai. Como o grupo de países que exercem em menos ocasiões um papel de recebimento permanecem os outros países do Cone Sul (Argentina, Chile e Uruguai) junto ao vizinho Brasil e o nortista México.

Mapa II.1. Distribuição geográfica das ações de cooperação, segundo sócio ofertante



LEGENDA. Faixas de intensidade, segundo porcentagem de ações de cooperação ofertadas no ano 2007:

VALOR	COR
Menos de um 2,5%	[Branco]
Entre um 2,6 e um 5,0%	[Amarelo claro]
Entre um 5,1% e um 7,5%	[Amarelo]
Entre um 7,6% e um 10,0%	[Laranja]
Mais de um 10,1%	[Laranja escuro]

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências de Cooperação e/ou Direções-Gerais de Cooperação

Mapa II.2. Distribuição geográfica das ações de cooperação, segundo sócio receptor



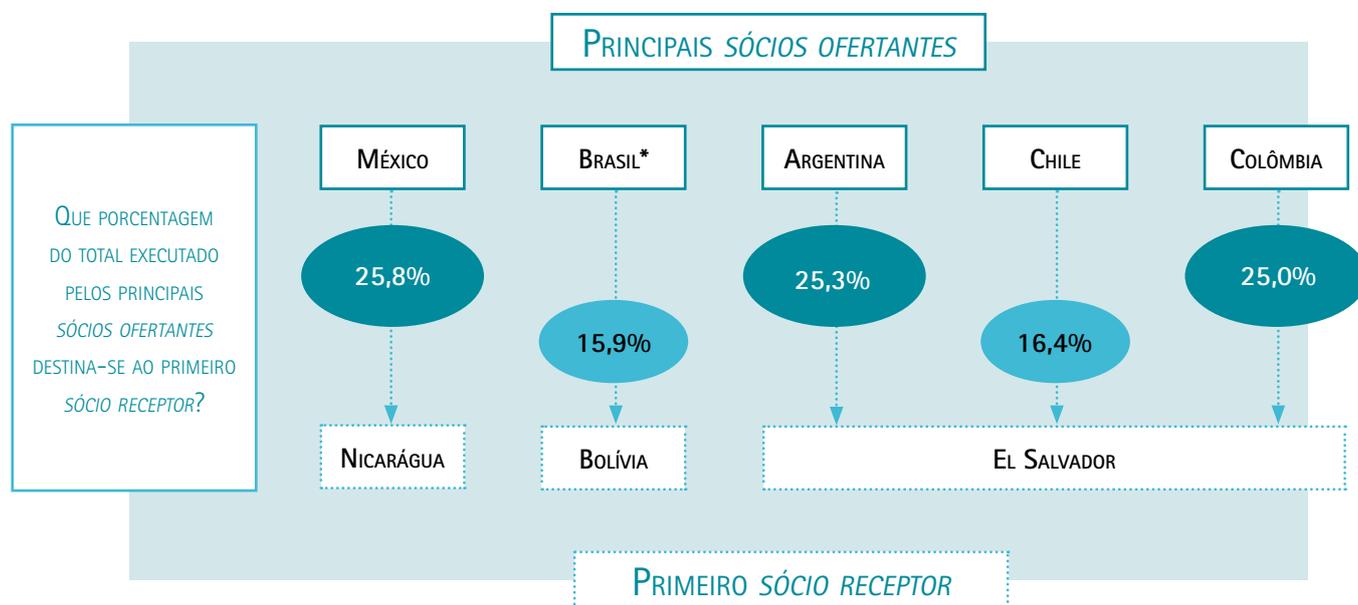
LEGENDA. Faixas de intensidade, segundo porcentagem de ações de cooperação recebidas no ano 2007:

VALOR	COR
Menos de um 2,5%	Branco
Entre um 2,6 e um 5,0%	Amarelo
Entre um 5,1% e um 7,5%	Laranja
Entre um 7,6% e um 10,0%	Vermelho
Mais de um 10,1%	Vermelho escuro

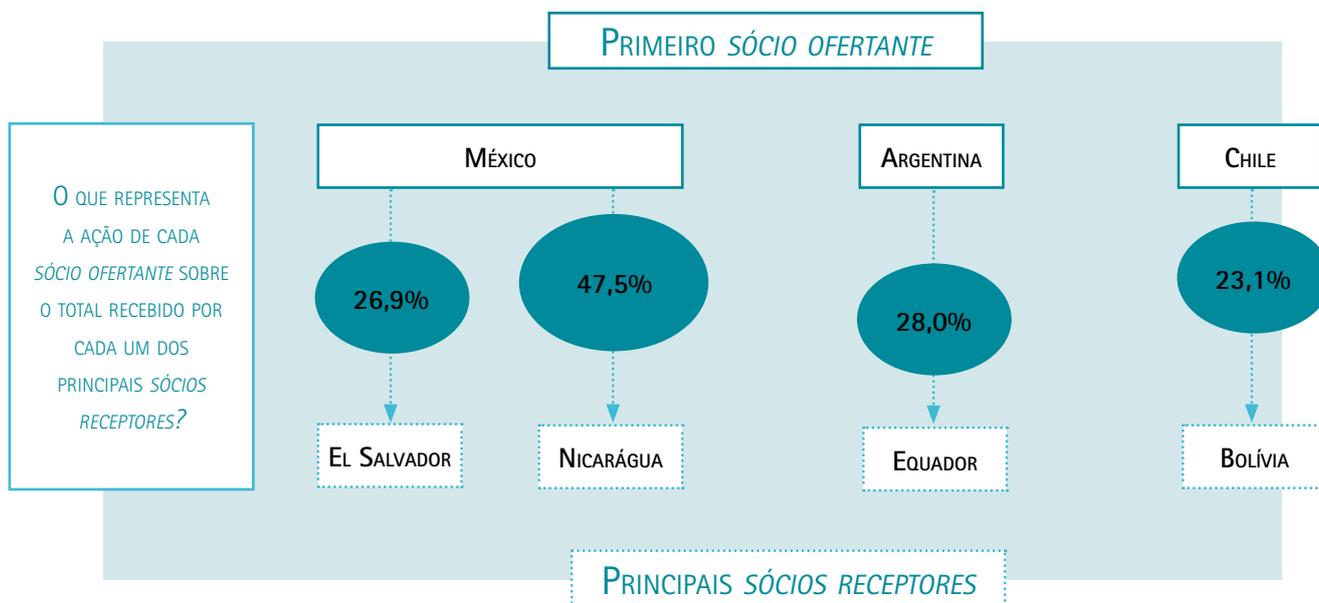
Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências de Cooperação e/ou Direções-Gerais de Cooperação

Esquema II.1. Relação entre os principais sócios ofertantes e os principais sócios receptores

II.1.A. Primeiro destino das ações executadas pelos principais sócios ofertantes



II.1.B. Primeira origem das ações executadas nos principais sócios receptores

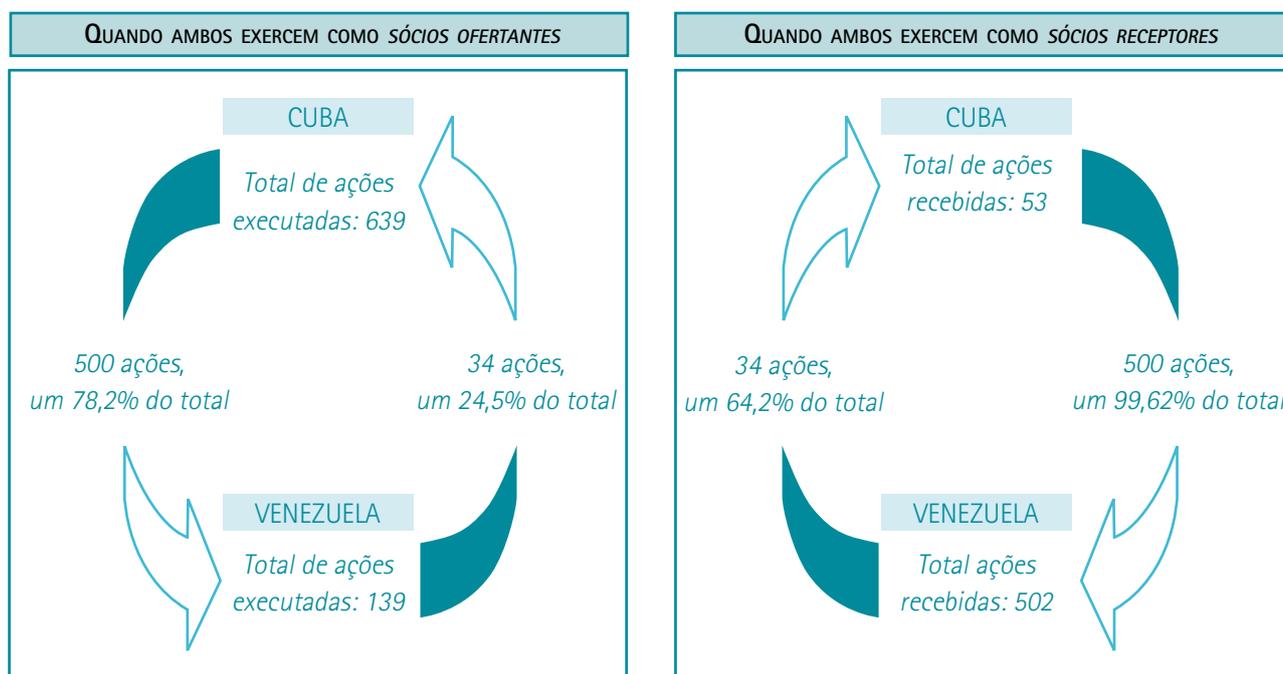


*Os dados do Brasil referem-se aos declarados pela Agência de Cooperação Brasileira para o ano 2006; o desafio são dados referidos ao ano 2007. Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências de Cooperação e/ou as distintas Direções-Gerais de Cooperação

Finalmente, o Esquema II.1 mostra quais países constituem-se como primeiro sócio de cada qual e em que papel. Segundo observa-se, Argentina, Chile e Colômbia destinam a maior parte de suas ações a El Salvador; México concentra a maior parte de sua atividade na Nicarágua; e o Brasil faz o próprio na Colômbia. Por sua parte, a maior proporção das ações que recebem El Salvador e Nicarágua procedem do México; e as que recebem a Bolívia e o Equador procedem, respectivamente, de dois países situados já no Cone Sul (Chile e Argentina).

Menção aparte merece a relação entre Cuba e a Venezuela. Como observa-se no Esquema II.2 cada um destes países constitui-se para o outro tanto em seu primeiro *sócio ofertante* como em seu primeiro *sócio receptor*. Neste sentido, as 500 ações que Cuba destina a Venezuela explicam, por sua vez, as posições que cada país ocupa nos resultados globais da região: Cuba como *primeiro ofertante* e *Venezuela como primeiro receptor*. Uma análise das particularidades desta colaboração incorpora matizes importantes ao modo em que se devem interpretar o valor a que ascende o número de ações intercambiadas (Quadro II.3).

Esquema II.2. Os fortes laços de cooperação entre Cuba e a Venezuela



Fonte: SEGIB a partir das declarações do Ministério de Inversão e Colaboração Econômica (MINVEC) de Cuba e do Ministério do Poder Popular das Relações Exteriores (MPPRE) da República Bolivariana da Venezuela

Quadro II.3. Matizes da quantificação por ações: o caso da cooperação Cuba–Venezuela

O intercâmbio de cooperação que tem lugar entre Cuba e a Venezuela caracteriza-se por registrar números de ações muito díspares: 500 de Cuba a Venezuela frente a 34 destinadas pelo país andino para a Maior das Antilhas. A informação que nos dá esses números é relativa, pois não diz nada a respeito do valor qualitativo dessas ações; umas ações cujo *valor agregado* é, por distintos motivos, incomparável.

Assim, os registros indicam que Cuba executou, no ano 2007, 500 ações de cooperação na Venezuela. A pesar de que estas ações representam mais de 40% do total registrado para a região, seu autêntico valor não radica no elevado do número, mas sim no "qualitativo" de sua contribuição. Efetivamente, trata-se fundamentalmente de ações que, mais além de sua duração ou sua dimensão, localizam-se em áreas essenciais para o desenvolvimento de qualquer país como são a saúde, a educação e o esporte. Sua autêntica valorização passa, pois, por considerar: por um lado, o esforço que Cuba realizou para formar a profissionais tão qualificados profissionalmente; por outro, o impacto que gera sobre um país que, apesar de ser o quinto exportador mundial de petróleo, não pôde superar alguns déficits sociais. Cabe recordar que, entre os anos 2003 e 2005, a implantação do método cubano *Eu Sim Posso* na Venezuela, foi chave para declarar a este país "território livre do analfabetismo" (Granma, 29 de outubro de 2005).

Por sua parte, a informação da qual dispõe-se indica que as ações que a Venezuela executou em Cuba são numericamente muito inferiores: 34 frente às 500 anteriores. A mera revisão do conteúdo de algumas destas 34 ações, no entanto, põe em evidência a importância vital que sua execução tem para a ilha. Neste sentido, ademais do elevado custo econômico que certamente têm estas ações, seu valor associa-se a que afetam a áreas estratégicas para o desenvolvimento de um país. Tal e como observa-se na tabela seguinte trata-se, por exemplo, de quantias inversões em infra-estruturas para o impulso dos setores energético, das telecomunicações ou da aeronáutica, entre outros; ou de doações para a aquisição de equipamentos que melhorem as redes elétricas e de transporte de pessoas e de mercadorias, assim como as das telecomunicações.

SELEÇÃO DE ALGUNS DOS PROJETOS EXECUTADOS PELA VENEZUELA EM CUBA. 2007.

DESCRIÇÃO DO PROJETO	TIPO DE ATIVIDADE
Operação Refinaria de Cienfuegos	Inversão em infra-estruturas que desenvolvam o setor energético
Aquisição de equipamentos e materiais elétricos para ampliar e modernizar as redes elétricas da Cidade de Havana	Doação para melhora da rede elétrica
Aquisição de materiais e equipamentos destinados à melhora da rede de trens de Cuba	Doação para melhora da rede de transporte de pessoas e mercadorias
Construção de uma planta termoelétrica de fuel oil de 175 Mw na província de Holguín	Inversão em infra-estruturas que desenvolvem o setor energético
Aquisição de 2 navios cargueiros Panamax	Doação para melhora da rede transporte comercial
Instalação de cabo de fibra ótica Cuba–Venezuela	Inversão em infra-estruturas do âmbito das telecomunicações
Criação de um observatório geomagnético digital	Inversão em infra-estruturas relacionadas com as telecomunicações e a aeronáutica, entre outros
Fortalecimento da proteção radiológica nas áreas de dosimetria, citogenética e dosimetria interna	Capacitações em saúde para trabalhadores especializados em energia nuclear

Fonte: SEGIB a partir das declarações do Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores da Venezuela

Padrões de cooperação: renda, solidariedade ou outros?

Na cooperação tradicional, o fato de que alguns países exerçam exclusivamente como doadores e outros somente como receptores está estreitamente vinculado às possibilidades que para isso oferecem seus níveis relativos de renda e desenvolvimento. Esta relação reforçou-se a partir da Declaração do Milênio do ano de 2000 e da Conferência de Monterrey sobre Financiamento ao Desenvolvimento do ano 2002. Como recorda-se, em ambos eventos foi acordado um maior esforço de financiamento por parte dos países desenvolvidos que tradicionalmente têm atuado como doadores, assim como uma concentração dos mencionados fundos nos países receptores com menor desenvolvimento relativo.

Conforme o anterior, o nível de renda de um país converte-se em fator determinante do papel que este desempenha no âmbito da cooperação internacional. Mas as diferenças nos níveis relativos de renda nem sempre permitem entender, por exemplo, porque os fluxos de cooperação assumem uma determinada direção e não outra. A título de ilustração, no caso da Espanha, ter assumido os compromissos da Declaração do Milênio e de Monterrey não impediu que o principal destino de sua AOD bilateral seja (por cima da África Subsaariana e do Mediterrâneo) a região ibero-americana, integrada em sua totalidade por nações de rendas médias. Este fato sugere que nas decisões que a Espanha toma para determinar o destino de sua cooperação, a existência de diferenças de renda com outras regiões pesa menos que o nexa histórico que une este país ao resto da Comunidade Ibero-Americana.

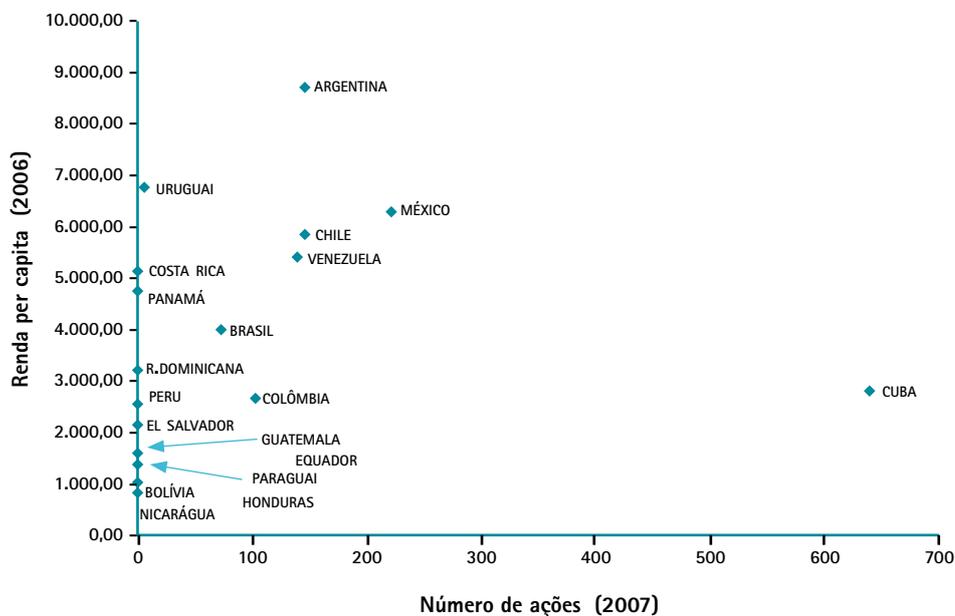
Reflexões deste tipo são parcialmente exportáveis ao âmbito da *Cooperação Horizontal Sul-Sul*. No âmbito desta modalidade, o fato de que um país exerça preferencialmente o papel de *sócio ofertante* ou o de *sócio receptor* vem determinado seja pelas *capacidades* que foram capazes de desenvolver, seja pelas *necessidades* que ainda tenham que cobrir. Neste sentido, indiretamente e ainda que existam notáveis exceções, o nível de renda alcançado por um país mantém certa relação com o nível de desenvolvimento de suas *capacidades* e, em conseqüência, com o papel que tenda a exercer na cooperação.

Do mesmo modo, os fatores que determinam por quê a *Cooperação Horizontal Sul-Sul* se estabelece entre uns sócios e não entre outros, não tem tanto a ver com seus diferenciais de renda como com outras motivações. De fato, os países reivindicam sua participação nesta modalidade de cooperação como fórmula para o exercício da solidariedade para com outras nações; uma solidariedade sobre cuja direção influem motivos tão díspares como a história, a proximidade geográfica ou a orientação geoestratégica da política exterior, entre outros.

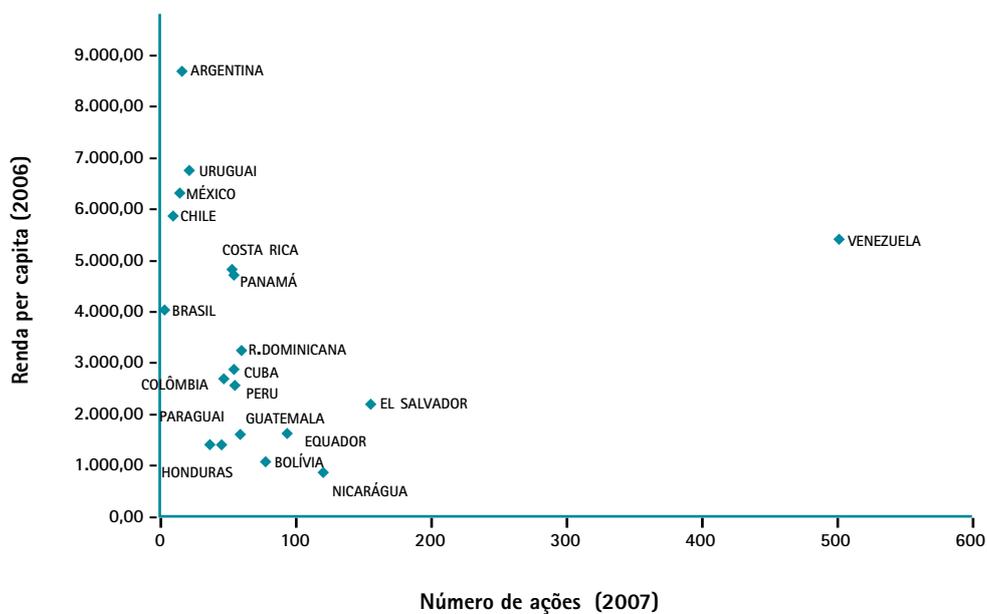
Cabe apontar, porém, que na busca por uma solidariedade que seja cada vez mais eficaz na consecução de seus objetivos, a *Cooperação Horizontal Sul-Sul* tem um claro referencial de guia: a complementaridade entre as *necessidades* e as *capacidades setoriais* que os sócios mostrem. Dito de outro modo pode ser que a cooperação estabeleça, sem mais nem menos, porque um país desenvolveu uma capacidade setorial da qual o outro carece.

Gráfico II.1. Relação entre níveis de renda e número de ações participadas por cada país
Renda por habitante, em dólares constantes do ano 2000; número de ações, em unidades

II.1. A. Relações entre renda e oferta de capacidades (papel ofertante)



II.1. B. Relação entre renda e cobertura de necessidades (papel receptor)



Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências de Cooperação e/ou Direções-Gerais de Cooperação; e da página www.cepal.org/estadísticas/bases

Sob estas suposições parece que na Ibero-América existe sim certa relação entre o papel maioritariamente exercido por cada país e seu nível de renda relativa. Pelo menos assim o sugerem os Gráficos II.1, que classificam os países segundo seu nível de renda per capita do ano de 2006 e o relacionam à quantidade de ações de *Cooperação Horizontal Sul-Sul* nas quais cada país participou em 2007 em seus distintos papéis: como sócios ofertantes (Gráfico II.1.A) e como sócios receptores (Gráfico II.1.B). A confirmação de que a renda é um fator determinante do papel procede, no caso do Gráfico II.1.A, da visualização de uma nuvem de pontos crescente; e pelo contrário, de uma nuvem de pontos decrescente, no caso II.1.B.

Efetivamente, ambas as opções parecem confirmar-se. A interpretação dos gráficos sugere, por um lado, que a Argentina, Chile, México e Venezuela cumprem com o padrão de um país que combina a oferta de muitas ações de cooperação com níveis de renda por habitante relativamente elevados. Por outro lado, El Salvador, Guatemala, Nicarágua, Bolívia e Equador seriam um exemplo de como o recebimento de um número significativo de ações de cooperação aparece combinado com níveis de renda baixos para o conjunto da região.

Existem exceções. A partir da oferta, Cuba, Colômbia e Brasil exercem o papel de sócios ofertantes em muitas mais ocasiões que países como Panamá, Costa Rica e Uruguai, cujo nível de renda superior oferece, a priori, mais possibilidades. A partir da ótica receptora por sua parte, países como Guatemala, Peru, Cuba, Colômbia e República Dominicana estariam recebendo um número de ações de cooperação similar à do Panamá e da Costa Rica, e isso apesar destes últimos mostrarem uma renda por habitante significativamente superior.

Finalmente, e no que se refere às direções que tomam os fluxos de *Cooperação Horizontal Sul-Sul*, o estudo dos casos de México, Venezuela e Chile serviria para ilustrar a diversidade de critérios subjacentes à atribuição desses fluxos. Assim, o Mapa II.3 reúne a distribuição geográfica das ações executadas pela cooperação mexicana. Como observa-se, o raio de ação do México tem seu epicentro na América Central, o que indica a importância que este país confere ao desenvolvimento de seus países fronteiriços. A partir daí, a ação mexicana perde gradualmente intensidade até chegar aos mínimos de atuação na coroa integrada, de Norte a Sul e de Leste a Oeste, pela Venezuela, Brasil, Paraguai, Uruguai, Argentina e Chile⁷. Por sua parte, o Mapa II.4 oferece a mesma informação, porém agora para o caso venezuelano. A distribuição de sua ação indica agora um uso da solidariedade em favor do fortalecimento das alianças de caráter regional. Não é de se estranhar, neste sentido, que os principais países receptores da *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* venezuelana sejam, por um lado, três dos países (Cuba, Nicarágua e Bolívia) que, junto com a República Dominicana, Honduras e a própria Venezuela, constituem o esquema de integração regional da Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA); e, por outro lado, a República Dominicana e o Equador, dois dos mais ativos no projeto energético da Petroamérica. Enquanto isso, o Mapa II.5 mostra para o Chile um padrão de atuação muito mais disperso. O fato de que o valor principal de suas ações concentrem-se nas regiões centro americana e andina (as mesmas que captam a maior parte da AOD mundial que a região recebe), descarta como motivação tanto os critérios fronteiriços quanto os geoestratégicos, e aponta para a reprodução de um padrão mais próprio da cooperação internacional destinada aos países de menores rendas relativas.

Mapa II.3. Distribuição geográfica das ações de cooperação ofertadas pelo México



LEGENDA. Faixas de intensidade, segundo porcentagem de ações de cooperação ofertadas no ano 2007:

VALOR	COR
Menos de um 2,5%	
Entre um 2,6 e um 5,0%	
Entre um 5,1% e um 7,5%	
Entre um 7,6% e um 10,0%	
Mais de um 10,1%	

Fonte: SEGIB a partir das declarações da Direção-Geral de Cooperação Técnica e Científica da Secretaria das Relações Exteriores do México

Mapa II.4. Distribuição geográfica das ações de cooperação ofertadas pela Venezuela



LEGENDA. Faixas de intensidade, segundo porcentagem de ações de cooperação ofertadas no ano 2007:

VALOR	COR
Menos de um 2,5%	
Entre um 2,6 e um 5,0%	
Entre um 5,1% e um 7,5%	
Entre um 7,6% e um 10,0%	
Mais de um 10,1%	

Fonte: SEGIB a partir das declarações do Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores (MPPRE) da República Bolivariana da Venezuela

Mapa II.5. Distribuição geográfica das ações de cooperação ofertadas pelo Chile



LEYENDA. Faixas de intensidade, segundo porcentagem de ações de cooperação ofertadas no ano 2007:

VALOR	COR
Menos de um 2,5%	
Entre um 2,6 e um 5,0%	
Entre um 5,1% e um 7,5%	
Entre um 7,6% e um 10,0%	
Mais de um 10,1%	

Fonte: SEGIB a partir das declarações da Agência Chilena de Cooperação Internacional (AGCI)

A Ibero-América e a mobilização de recursos financeiros para a cooperação

Uma maneira adicional de conhecer que dimensão alcançou a *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* na Ibero-América consiste em quantificar o volume de recursos financeiros mobilizado. Tendo em conta que esta cooperação executa-se sob uma modalidade de financiamento de custos compartilhados, o custo total da cooperação deve calcular-se a partir de informação desagregada sob um duplo critério: por ação e por papel do país participante.

Atualmente, a maioria dos países ibero-americanos não dispõem de sistemas de informação que lhes permitam conhecer o financiamento associado à *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* da qual participaram no ano 2007, e ainda menos nesse nível de detalhe. De fato, só três deles dispõem de informação tão desagregada. Trata-se do Chile, Colômbia e do México, três dos países mais ativos em *Cooperação Horizontal Sul-Sul*.

Tabela II.1. Financiamento assumido na participação em ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. Os casos do Chile, México e da Colômbia. 2007

Valor absoluto, em dólares americanos

A. CHILE

PAÍS SÓCIO	FINANCIAMENTO ASSUMIDO PELO CHILE EM SEU PAPEL DE...		
	OFERTANTE	RECEPTOR	TOTAL ASSUMIDO
Bolívia	320.475	0	320.475
Colômbia	220.134	0	220.134
Peru	197.437	0	197.437
Equador	194.058	0	194.058
Guatemala	45.642	0	45.642
Nicarágua	40.683	0	40.683
Costa Rica	21.959	16.333	38.292
Paraguai	37.410	0	37.410
Uruguai	16.369	17.788	34.157
Honduras	29.843	0	29.843
El Salvador	22.671	0	22.671
Cuba	18.192	0	18.192
Argentina	18.079	0	18.079
Brasil	10.370	2.131	12.501
Panamá	12.431	0	12.431
México	11.820	0	11.820
R. Dominicana	10.144	0	10.144
TOTAL	1.227.717	36.252	1.263.969

Tabela II.1. Financiamento assumido na participação em ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. Os casos do Chile, México e da Colômbia. 2007 (continuação)

B. MÉXICO

PAÍS SÓCIO	FINANCIAMENTO ASSUMIDO PELO MÉXICO EM SEU PAPEL DE...		
	OFERTANTE	RECEPTOR	TOTAL ASSUMIDO
Peru	121.849	0	121.849
El Salvador	34.686	0	34.686
Costa Rica	34.474	0	34.474
Colômbia	15.010	12.865	27.876
Nicarágua	27.099	0	27.099
República Dominicana	25.623	0	25.623
Guatemala	23.582	0	23.582
Panamá	17.310	0	17.310
Bolívia	12.713	0	12.713
Equador	12.372	0	12.372
Honduras	11.053	0	11.053
Argentina	0	2.206	2.206
TOTAL	335.771	15.071	350.842

C. CÔLOMBIA

PAÍS SÓCIO	FINANCIAMENTO ASSUMIDO PELO CÔLOMBIA EM SEU PAPEL DE...		
	OFERTANTE	RECEPTOR	TOTAL ASSUMIDO
Peru	64.179	3.360	67.539
México	12.455	37.289	49.744
Chile	0	41.804	41.804
Paraguai	18.407	0	18.407
El Salvador	17.127	0	17.127
Cuba	0	15.155	15.155
Argentina	0	16.319	16.319
Uruguai	13.244	0	13.244
Bolívia	10.000	0	10.000
Costa Rica	8.450	0	8.450
Panamá	2.980	2.167	5.147
República Dominicana	4.230	0	4.230
Guatemala	4.051	0	4.051
Honduras	3.291	0	3.291
Venezuela	1.701	1.312	3.013
Equador	1.719	0	1.719
TOTAL	161.834	117.406	279.240

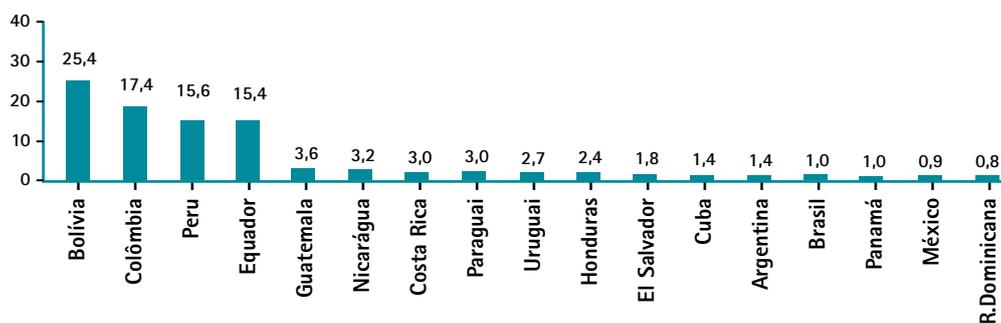
Nota: Os dados foram declarados de forma independente por cada um dos países, o que significa, por exemplo, que em um cruzamento de informação, o declarado pelo País A respeito ao país B não tem porque coincidir com o declarado pelo País B respeito ao País A

Fonte: SEGIB a partir das declarações da Agência Chilena de Cooperação (AGCI), a Direção de Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores da Colômbia e da Direção-Geral de Cooperação Técnica e Científica da Secretaria de Relações Exteriores do México

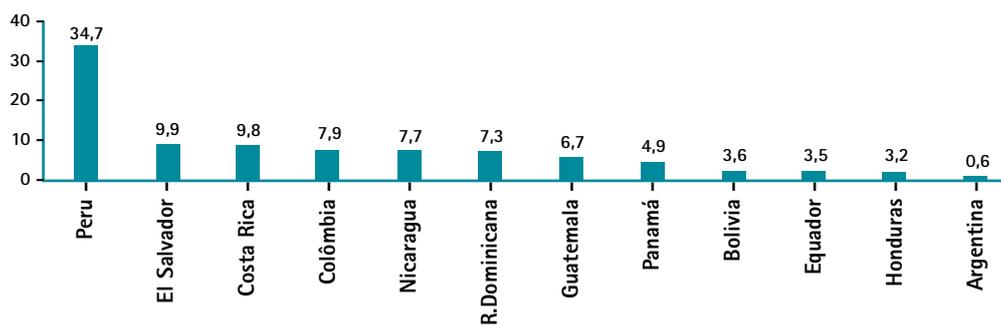
Gráfico II.2. Distribuição da contribuição financeira do Chile, México e da Colômbia, segundo países. 2007

Participação, em porcentagem

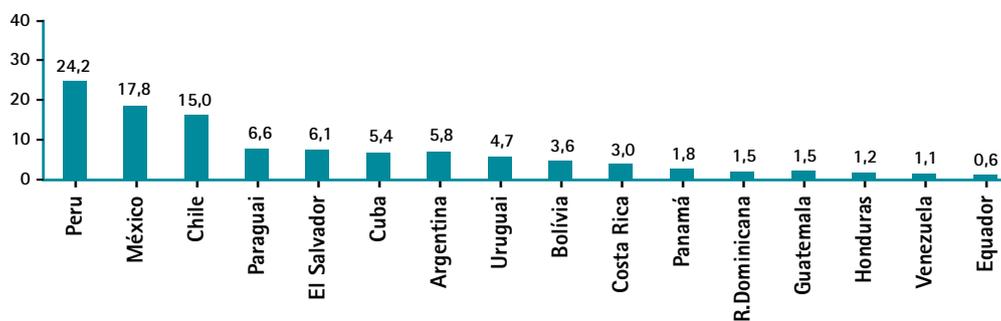
A. Chile



B. México



C. Colômbia



Fonte: SEGIB a partir das declarações da Agência Chilena de Cooperação (AGCI), da Direção de Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores da Colômbia e a Direção-Geral de Cooperação Técnica e Científica da Secretaria de Relações Exteriores do México

As Tabelas II.1 e os Gráficos II.2 mostram a contribuição que cada um desses três países realizou no ano de 2007. As mencionadas figuras indicam que o Chile é o país que durante este exercício destinou um maior volume de recursos financeiros à *Cooperação Horizontal Sul-Sul*. De fato, este país tem exercido como sócio ofertante em ações participadas com dezessete países. O custo econômico assumido no exercício do referido papel alcançou mais de 1.225.000 dólares. Assim mesmo, com três desses países (Brasil, Costa Rica e Uruguai) também relacionou-se em termos de receptor, o que levou a mobilizar uns 35.000 dólares adicionais. No total, então, o Chile destinou cerca de 1,3 milhões de dólares para financiar sua participação em ações de *Cooperação Horizontal Sul-Sul*.⁸

Por países, as três quartas partes do total de recursos financeiros mobilizados pelo Chile destinaram-se a quatro países andinos: Bolívia (25%), mais Colômbia, Peru e Equador (aproximadamente 15% em cada um dos casos). A quarta parte restante distribuiu-se, principalmente, entre a América Central (Guatemala, Nicarágua, Costa Rica, Honduras e El Salvador) e outros dois países do Cone Sul (Paraguai e Uruguai). Participações já muito menores têm correspondido, por sua vez, às caribenhas Cuba e República Dominicana junto com países de maior nível de rendas relativas como Argentina, Brasil, Panamá e México.

Enquanto isso, durante o ano de 2007 o México destinou um pouco mais de 350.000 dólares para financiar ações de *Cooperação Horizontal Sul-Sul*: uns 336.000 participando como ofertante; 15.000 em seu exercício como *sócio receptor*.⁹ Os fundos mexicanos distribuem-se, em distintas proporções, entre os países centro-americanos e os da cordilheira andina. O grosso do financiamento (mais de 120.000 dólares, o equivalente a praticamente 35% dos recursos mobilizados) destinou-se a um dos países andinos, o Peru. O restante das contribuições distribuem-se (em participações que oscilam entre 3 e 10%) entre os vizinhos centro-americanos (El Salvador e Costa Rica em primeiro lugar, seguidos pela Nicarágua, Guatemala, Panamá e Honduras), a caribenha República Dominicana e de novo nos Andes, Colômbia, Bolívia e Equador. Das ações das quais o México possa participar com outros países somente registra-se algum financiamento com a Argentina, já exercendo como receptor (0,6%).

Por sua parte, a Colômbia assume um custo aproximado de 280.000 dólares.¹⁰ Em coerência com o *duplo papel* que tende a exercer este país andino, as quantidades assumidas como sócio ofertante e como sócio receptor são notavelmente próximas: cerca de 162.000 e cerca de 117.500 dólares, respectivamente. Isto contrasta com o ocorrido com os outros países. Efetivamente, o financiamento que o Chile assume quando participa como sócio ofertante em ações de *Cooperação Horizontal Sul-Sul* representa 97% do total dos fundos assumidos em 2007, o que significa que apenas 3% destina-se a custear a participação como receptor. O caso do México é similar e, do total do financiamento, 95,7% é assumido no exercício do papel de ofertante e 4,3% no de receptor. A Colômbia mostra uma relação bem distinta, pois a distribuição proporcional do financiamento com o qual contribuiu no ano de 2007 é praticamente de 60-40 (concretamente 58% e 42%, segundo trate de um papel ou outro).

O exercício deste *duplo papel* faz com que o perfil da distribuição geográfica dos fundos mobilizados em 2007 pela Colômbia mostre também diferenças em relação aos casos anteriores. Neste sentido, mais da metade dos recursos assumidos no ano passado repartem-se entre o Peru e dois dos países com os quais compartilha uma maior dinâmica de ação: México e Chile. Outros 30% distribuem-se entre dois destinos que mostram níveis de desenvolvimento relativo e dinâmicas de participação na *Cooperação Horizontal Sul-Sul* diferenciados: Paraguai e El Salvador, primeiro; Cuba, Argentina e Uruguai, em seguida. Os 20% restantes repartem-se entre os demais países ibero-americanos (à exceção do Brasil e da Nicarágua), através de participações individuais que oscilam entre 0,5 e 3,5%, segundo o caso.

Menção aparte merece o caso do Brasil, cujos registros disponíveis referem-se ao ano de 2006. Tal como observa-se no Quadro II.4, em 2006 este país executou ações em quase todas as regiões em desenvolvimento, e isto por um valor econômico próximo aos 22 milhões de dólares. O país que no ano de 2006 recebeu mais financiamento foi o Haiti. A quantidade de recursos destinada a este país superou os 2.750.000 dólares, uma cifra que por si só representa mais dos dois terços do total destinado à Ibero-América, assim como mais do dobro do que recebe o Paraguai, principal sócio ibero-americano para este ano. Em qualquer caso, a quinta parte do valor total (uns 4.626.000 de dólares) destinou-se a financiar atividades em países ibero-americanos. 70% destes fundos destinaram-se ao Equador, Peru, Bolívia, Paraguai e Uruguai. Quatro destes países delimitam-se com o Brasil ao longo de sua fronteira sul. Entre o resto dos destinos destaca-se, por sua importância relativa, Cuba, que recebe mais de 10% dos recursos (uns 575.000 dólares). As participações dos outros países são muito menos significativas e nenhuma mostra um valor superior a 5%.

A informação com a que contribuíram os países também permitiu realizar alguma estimativa do custo econômico que alcançam alguns dos intercâmbios de cooperação que têm ocorrido na região. A título de ilustração destacam-se as avaliações econômicas efetuadas para algumas das ações participadas por países como Panamá e Uruguai (Quadro II.5).

Quadro II.4. A Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral do Brasil. Cifras para o ano de 2006

O Brasil tem uma longa trajetória no âmbito da Cooperação Horizontal Sul-Sul. Suas primeiras experiências sob esta modalidade datam de mais de quatro décadas. Isto tem permitido que seu raio de atuação tenha ampliado-se praticamente a todas as regiões em desenvolvimento. Para ter uma idéia da dimensão dessa ação exterior, elaborou-se a tabela seguinte. Nela estão reunidos os recursos financeiros que o Brasil destinou a esta modalidade de cooperação no ano de 2006, desagregado em termos de países e de regiões.

Assim, no ano de 2006 o Brasil destinou cerca de 22 milhões de dólares ao financiamento de ações de *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral*. Mais da metade desses recursos tiveram como destino os países africanos, destacando-se aqueles pertencentes, por sua vez, à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Um terço dos recursos, por sua parte, financiaram ações executadas no continente americano. Estes fundos distribuíram-se, em uma proporção de 60 a 40, entre os países membros da Comunidade Ibero-Americana e os caribenhos, entre os quais se destaca, muito especialmente, o Haiti. O restante do financiamento mobilizado pelo Brasil ao longo do ano passado concentra-se já na Ásia, concretamente em outro país de fala portuguesa, como o Timor Oriental.

**Quadro II.4. A Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral do Brasil. Cifras para o ano de 2006
(continuação)**

Financiamento destinado à execução de *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral*, por países. 2006

Valor absoluto, em dólares; participação, em porcentagem

REGIÕES	PAÍSES	FINANCIAMENTO	PARTICIPAÇÃO SOBRE REGIÃO	PARTICIPAÇÃO SOBRE TOTAL
ÁFRICA	Cabo Verde	2.231.200	19,5	10,2
	Guine-Bissau	2.064.587	18,1	9,4
	Moçambique	1.959.834	17,1	8,9
	Angola	1.516.267	13,3	6,9
	São Tomé e Príncipe	1.081.178	9,5	4,9
	Senegal	532.129	4,7	2,4
	Benin, Camarão, Namíbia e Nigéria*	1.113.194	9,7	5,1
	Argélia, Botsuana, Burquina Faso, Egito, Gâmbia, Mali, Marrocos, Kenia, Tunísia, Zâmbia, Zimbábue	932.252	8,2	4,2
TOTAL ÁFRICA		11.430.640	100,0	52,0
IBERO-AMÉRICA	Paraguai	1.141.643	15,0	5,2
	Bolívia	691.677	9,1	3,1
	Cuba	573.550	7,5	2,6
	Peru	550.104	7,2	2,5
	Equador	541.809	7,1	2,5
	Uruguai	353.331	4,7	1,6
	El Salvador	204.663	2,7	0,9
	Colômbia	150.636	2,0	0,7
	Costa Rica	142.800	1,9	0,6
	Argentina	103.042	1,4	0,5
	R. Dominicana	93.765	1,2	0,3
	Honduras	60.059	0,8	0,4
	Nicarágua	9.316	0,1	0,0
	Venezuela	5.514	0,1	0,0
Panamá	3.836	0,1	0,0	
TOTAL IBERO-AMÉRICA		4.625.744	60,9	21,0
CARIBE	Haiti	2.751.928	0,0	0,0
	Jamaica	147.432	36,2	12,5
	Barbados	552	1,9	0,7
TOTAL CARIBE		2.899.912	38,2	13,2
OUTROS	Guyana	40.782	0,5	0,2
	Suriname	20.240	0,3	0,1
	Belize	11.736	0,2	0,1
	TOTAL OUTROS		72.758	1,0
TOTAL AMÉRICA		7.598.414	100,0	34,6
ÁSIA	Timor Oriental	2.135.211	96,3	9,7
	Líbano	81.951	3,7	0,4
TOTAL ÁSIA		2.217.162	100,0	10,1
VÁRIOS	Regionais, Comunidade Países de Língua Portuguesa e Países Árabes	716.989	100,0	3,3
	TOTAL VÁRIOS		716.989	100,0
OCEANIA	Papua Nova Guiné	15.600	100,0	0,1
	TOTAL OCEANIA		15.600	100,0
TOTAL COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL BILATERAL		21.978.806	100,0	100,0

*As quantidades destinadas a cada um deles oscilam entre os 200.000 e os 500.000 dólares. Fonte: SEGIB a partir do Relatório de Ações de cooperação sul-sul executadas pelo Brasil do Ministério das Relações Exteriores (2008)

Quadro II.5. Os casos do Panamá e do Uruguai: ações de cooperação e custo econômico

A informação à que finalmente acedeu-se permitiu estimar o custo econômico ao que ascenderam algumas das ações de *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* que tiveram lugar no Panamá e Uruguai. Efetivamente, os registros assinalam que, no ano 2007, ambos países compartilharam custos em ações intercambiadas com o Brasil, Colômbia, Chile e, pontualmente, com o México. As tabelas seguintes recolhem estas estimativas.

Ações executadas no Panamá. 2007

Sócios	Contribuição financeira do sócio...		
	Ofertante	Receptor	Total
Brasil	3.836	n.d*	n.d.
Colômbia	2.980	15.850	18.830
Chile	12.431	20.200**	32.631
México	17.310	7.550	24.860

*Não Disponível **A contribuição do Panamá ao Chile financia uma única ação. Fonte: SEGIB a partir das declarações do Ministério de Relações Exteriores do Panamá

Em primeiro lugar e pelo que se refere ao caso do Panamá, os recursos mobilizados entre ambos sócios para o financiamento de ações conjuntas oscilaram entre os pouco mais de 18.000 dólares compartilhados com a Colômbia e quase 33.000 correspondentes à cooperação com o Chile. Em qualquer caso, as proporções assumidas por cada qual variam. Assim, e ainda que o Panamá sempre figura exercendo o papel de receptor, na cooperação mantida com a Colômbia e o Chile a contribuição realizada por este país é, contrariamente ao que poderia esperar-se, superior à assumida pelos sócios ofertantes: de um 84,2% e um 61,9% do total do custo das ações, respectivamente. No caso da cooperação com o México a proporção volta a inverter-se e o Panamá assume uma participação no custo da ação relativamente inferior: de um 30% frente ao 70% assumido pelos mexicanos.

Ações executadas no Uruguai. 2007

Sócios	Contribuição financeira do sócio...		
	Ofertante	Receptor	Total
Brasil*	243.361	330.784	574.145
Colômbia	13.244	n.d**	n.d.
Chile	16.369	n.d	n.d.

*Dado apresentados pelo Uruguai e referido ao ano 2007. **Não Disponível. Fonte: SEGIB a partir das declarações da Direção-Geral de Cooperação Internacional do Ministério das Relaciones Exteriores da República do Uruguai

No que se refere ao Uruguai, por sua parte, a informação mais relevante refere-se ao custo total ao que ascendem as experiências compartilhadas com o Brasil: praticamente 575.000 dólares. Como no caso do Panamá, o exercício preferente do papel de sócio receptor não sempre implica que assumam-se uma menor participação no custo de financiamento das ações de cooperação. De fato, o Uruguai assume a maior parte do custo ao que ascendem as colaborações com o Brasil (uns 331.000 dólares, equivalentes quase a um 60% do custo total).

Cabe acrescentar, finalmente, que as quantidades reunidas aqui mostram valores coerentes com uma das vantagens que os países tendem a associar à *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral*: a do baixo custo relativo que requer a execução de suas ações (entre 2.500 e 12.000 dólares por ação, pelo menos nos casos estudados). Ainda assim, isso não significa que os recursos financeiros que se estão mobilizando na região não possam alcançar cifras notavelmente superiores. Ao menos isso sugere a revisão dos dados referentes a algumas das ações executadas pela Venezuela: concretamente e tal como apresenta-se no Quadro II.6, às impulsionadas no âmbito da Ajuda Humanitária e/ou de Emergência. Esta ajuda (considerada *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral*) tem alcançado cifras muito elevadas que oscilam, segundo os registros dos quais se dispõe, entre os 700.000 dólares destinados a minorar os efeitos derivados das chuvas torrenciais que afetaram o Equador em meados do ano e os nada menos que 15 milhões de dólares destinados a reconstruir os Departamentos da Bolívia afetados pelas inundações de 2007 e princípios de 2008.

Quadro II.6. A Venezuela e a Ajuda de Emergência frente aos desastres naturais

Os países ibero-americanos são muito vulneráveis frente à ameaça dos desastres originados em fenômenos naturais. Neste sentido, e apesar do desenvolvimento de alguns sistemas de prevenção, terremotos, furacões, ciclones, secas e inundações, entre outros, deixam, ano após ano, milhares de flagelados. A destruição física, o deslocamento de pessoas e o custo em vidas humanas, são apenas alguns de seus efeitos mais negativos.

O ano de 2007 não foi exceção. Nesse ano foram registrados desastres naturais de todo tipo, que afetaram vários países da região. Entre outros:

- Os **fenômenos climáticos** do "El Niño" (entre janeiro e março de 2007) e "La Niña" (desde novembro de 2007 até janeiro de 2008, inclusive) provocaram as piores inundações que a Bolívia recorda em 25 anos;
- As **chuvas torrenciais** também afetaram o Equador em meados do ano de 2007; chuvas recrudescidas em princípios de 2008;
- O Paraguai, por sua parte, viu como, em setembro de 2007, 5.000 **focos de incêndio** arrasaram 500.000 hectares de campos e bosques;
- Em 15 de agosto de 2007, quatro províncias do Peru tremeram após a ocorrência de um **terremoto** de 7,9 graus da escala de Richter.

A comunidade internacional respondeu a tais desastres com a mobilização de importantes quantidades de Ajuda Humanitária. Os doadores tradicionais (tanto bilaterais quanto multilaterais) destinaram parte de seus fundos de cooperação para tentar minorar os efeitos provocados por esses fenômenos. A solidariedade e a mobilização de ajuda, contudo, deixaram de ser patrimônio exclusivo destes doadores para ser parte também da ação dos países vizinhos, a maioria em desenvolvimento. No que tange a este Relatório, a mobilização destes recursos (em espécie e financeiros) destes países a outros com níveis de rendas similares ou inferiores, fica registrada como parte da *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* que ocorre entre estas nações.

Quadro II.6. A Venezuela e a Ajuda de Emergência frente aos desastres naturais (continuação)

No âmbito ibero-americano então, países como Argentina, Chile, México, Brasil ou Cuba (com sistemas de prevenção muito desenvolvidos) são alguns dos países que atendem a estas situações de emergência. Aos mesmos soma-se a Venezuela, que combina as doações em espécie com a mobilização de importantes recursos financeiros.

Para mais dados:

- A ajuda internacional mobilizada frente ao terremoto do Peru incluía a doação de material médico, insumos e 100 casas pré-fabricadas por parte da Venezuela.
- Ainda assim, o milhão e meio de dólares a que alcançou a ajuda internacional para sufocar os incêndios no Paraguai, incluía um milhão de dólares procedentes da Venezuela, o equivalente ao pagamento que este país assumiu pelo serviço de uma aeronave que participou na extinção dos incêndios.

Porém, o volume de recursos financeiros mobilizados por este país é inclusive superior no caso dos desastres que precisaram ser enfrentados pelo Equador e pela Bolívia:

- No primeiro dos casos, a Ajuda de Emergência que a Venezuela prestou pelas inundações de meados de 2007 sobe a mais de 700.000 dólares; uma cifra elevada, porém inferior à levantada frente às inundações posteriores (as de princípios de 2008), quando a Venezuela desembolsou 3 milhões de dólares.
- No caso da Bolívia, a doação da Venezuela para fazer frente ao desastre provocado pelas inundações foi de 15 milhões de dólares, uma quantidade que supera os 9,2 milhões de dólares comprometidos pelos distintos organismos das Nações Unidas e multiplica por dez os 1,5 milhões assumidos pelos Estados Unidos.

Fonte: Declarações do Ministério de Relações Exteriores do Equador e artigos de imprensa publicados pela Agência Cubana de Notícias (ACN) e pelas Agências EFE e Europa Press

Uma forma alternativa para medir a cooperação: quem e quantos se beneficiam?

Uma das vantagens que se atribui à *Cooperação Horizontal Sul-Sul* resume-se nos elevados níveis de eficiência que se supõe à execução de suas ações. Neste sentido, os países assumem que o custo das ações é relativamente baixo, enquanto que o benefício obtido costuma ser considerado alto, direto e adequado às realidades locais.

Um caminho para conhecer o impacto derivado das ações realizadas sob esta modalidade de cooperação é identificar quem e quantos têm sido os beneficiários. A identificação destes beneficiários, não obstante, não é uma tarefa que foi sistematizada pelos países. De fato e enquanto não se avance nessa direção, os dados disponíveis no momento não fornecem muita informação. Ainda assim, estes poucos dados permitem abrir alguns caminhos de reflexão sobre o uso desta forma de medição.

A dificuldade por conhecer o número de beneficiários tem a ver, principalmente, com a seleção da *unidade* em que estes beneficiários serão medidos. Uma unidade que varia em função da modalidade de ação; o setor de atividade em que se executa; e o mais ou menos genérico que seja o coletivo ao que se destina a cooperação. Os dados recolhidos na Tabela II.2 ilustram a disparidade de valores sob a qual este indicador pode se apresentar.

Tabela II.2. Beneficiários de ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. 2007

SÓCIO OFERTANTE	SÓCIO RECEPTOR	AÇÃO COOPERAÇÃO	SETOR ATIVIDADE	BENEFICIÁRIOS	
				CATEGORIA UNIDADE	VALOR
CHILE	PANAMÁ	Capacitação	Agricultura	Indivíduos diretamente afetados	80 dirigentes nacionais
VENEZUELA	HONDURAS	Atenção cirúrgica	Saúde	Indivíduos diretamente afetados	2.075 pessoas
CUBA	REPÚBLICA DOMINICANA	Programa Alfabetização	Educação	Coletivo particular	População dos bairros de El Capotillo e Las Dunas na província de Santo Domingo Este
URUGUAI	PARAGUAI	Capacitação	Educação/ Integração social	Coletivo particular	Crianças e adolescentes de rua
BRASIL	COLÔMBIA	Formulação programa Distrital de Reciclagem	Meio Ambiente	Coletivo amplo	População de Bogotá (7 milhões de pessoas)
MÉXICO	GUATEMALA	Assistência técnica e estágios	Meio Ambiente	Coletivo amplo	Populares rurais da Sierra de Cuchumatán

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências de Cooperação e/ou Direções-Gerais de Cooperação

Efetivamente, algumas ações podem medir-se em função do impacto que provocam sobre as pessoas diretamente beneficiadas. É o caso, por exemplo, da identificação do número de dirigentes agrícolas panamenhos que receberam uma série de capacitações realizadas por técnicos chilenos; ou do número de pacientes hondurenhos que foram operados cirurgicamente (da vista ou do coração) em hospitais venezuelanos.

Mas a identificação dos beneficiários pode afetar também a atores individuais que não necessariamente sejam pessoas físicas, mas sim atores de outra natureza como seria o caso das pessoas jurídicas. Esta possibilidade corresponde-se, por exemplo, com alguns projetos executados pela Venezuela no Equador e Nicarágua cujos beneficiários são, respectivamente, a empresa estatal de hidrocarbonetos (Petroecuador) e a cooperativa leiteira TEPEYAC.

Finalmente, a quantidade de pessoas beneficiadas por uma ação nem sempre é facilmente medível em termos de indivíduos. De fato, é muito comum que os beneficiários constituam um coletivo mais ou menos amplo, cujos membros caracterizam-se por compartilhar algum traço comum. À modo de ilustração, os casos do coletivo constituído pelas crianças e adolescentes que se vêm obrigados a viver na rua no Paraguai e que teriam podido participar de um projeto educativo uruguaio destinado a alcançar sua necessária integração social; ou do formado pela população rural que habita na Sierra de los Cuchumatán na Guatemala, e que se estaria beneficiando de um projeto mexicano para a melhora do meio-ambiente.

Identificação dos setores nos quais se concentra a Cooperação Horizontal Sul-Sul

As Matrizes II.3, II.4 e II.5 elaboraram-se para conhecer em que setores localizam-se os intercâmbios de *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* que tiveram lugar entre países ibero-americanos. Cada uma destas matrizes contribui com informação referida a uma dimensão setorial: Social (principal, ainda que não exclusivamente, Educação e Saúde); *Econômica* (na qual se distingue entre as ações relacionadas com a criação de condições para o funcionamento da economia -*Infra-Estrutura e Serviços Econômicos*-, e as ligadas aos distintos Setores produtivos); e *Outra* mais heterogênea, onde coexistem ações que englobam desde o Fortalecimento Institucional até a Prevenção de Desastres.¹¹

Uma primeira observação destas matrizes sugere que, no ano 2007, as ações de cooperação executadas na Ibero-América distribuíram-se em proporções praticamente idênticas entre as três grandes dimensões de atividade. A região tem explorado, pois, amplamente as possibilidades que a *Cooperação Horizontal Sul-Sul* oferece em termos de setores. Um melhor conhecimento do tipo de ações que gozaram de uma maior dinâmica de intercâmbio requer, conseqüentemente, recorrer a uma maior desagregação setorial.

Matriz II.3. Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, em sua dimensão social. 2007

Sim oferece/recebe cooperação

SÓCIOS OFERTANTES		SÓCIOS RECEPTORES																	
		PRM-BAIXA											PRM-ALTA						
		Bolívia	Brasil	Colômbia	Cuba	Equador	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Peru	R.Dominicana	Argentina	Chile	Costa Rica	México	Panamá	Uruguai
PRM BAIXA	Bolívia	■																	
	Brasil	(a)	■		(a)			(a)		(a)	(a)	(a)	(a)						
	Colômbia			■															
	Cuba				■														
	Equador					■													
	El Salvador						■												
	Guatemala							■											
	Honduras								■										
	Nicarágua									■									
	Paraguai										■								
	PRM ALTA	Peru										■							
R.Dominicana												■							
Argentina													■						
Chile														■					
Costa Rica															■				
México												(a)				■			
Panamá																	■		
Uruguai																		■	
Venezuela																		■	

Nota: Os critérios pelos quais os países associam as ações de cooperação em um ou outro setor de atividade diferem. Conseqüentemente, é fácil que uma mesma ação possa aparecer consignada a dois setores distintos e portanto duplicada. De fato, nas matrizes anteriores, por cada quadro marcado existe ao menos uma ação de cooperação registrada e declarada por algum dos países participantes

(a) Refere-se à informação declarada pelo Brasil ou pelo Peru para o ano 2006

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências de Cooperação e/ou Direções-Gerais de Cooperação

Matriz II.4. Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, em sua dimensão econômica. 2007

Sim oferece/recebe cooperação

II.4.A. Cooperação econômica. Infra-Estrutura e serviços econômicos

SÓCIOS OFERTANTES		SÓCIOS RECEPTORES																	
		PRM-BAIXA											PRM-ALTA						
		Bolívia	Brasil	Colômbia	Cuba	Equador	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Peru	R.Dominicana	Argentina	Chile	Costa Rica	México	Panamá	Uruguai
PRM BAIXA	Bolívia	■																	
	Brasil	■	■ (a)	■ (a)				■ (a)		■ (a)					■				■ (a)
	Colômbia			■	■					■	■ (a)								
	Cuba				■	■						■							
	Equador				■														
	El Salvador					■													
	Guatemala						■												
	Honduras							■											
	Nicarágua								■										
	Paraguai									■									
	Peru										■								
R.Dominicana											■								
PRM ALTA	Argentina	■			■	■		■	■	■	■	■	■	■			■		
	Chile			■	■					■				■	■				
	Costa Rica														■				
	México	■	■			■		■	■	■	■	■			■	■			
	Panamá																■		
	Uruguai									■	■							■	
	Venezuela	■		■	■	■			■	■		■	■						■

Nota: Os critérios pelos quais os países associam as ações de cooperação em um ou outro setor de atividade diferem. Conseqüentemente, é fácil que uma mesma ação possa aparecer consignada a dois setores distintos e portanto duplicada. De fato, nas matrizes anteriores, por cada quadro marcado existe ao menos uma ação de cooperação registrada e declarada por algum dos países participantes

(a) Refere-se à informação declarada pelo Brasil ou pelo Peru para o ano 2006

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências de Cooperação e/ou Direções-Gerais de Cooperação

Matriz II.4. Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, em sua dimensão econômica. 2007
(continuação)

Sim oferece/recebe cooperação

II.4.B. Cooperação econômica. Setores produtivos

SÓCIOS OFERTANTES		SÓCIOS RECEPTORES																		
		PRM-BAIXA											PRM-ALTA							
		Bolívia	Brasil	Colômbia	Cuba	Equador	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Peru	R.Dominicana	Argentina	Chile	Costa Rica	México	Panamá	Uruguai	Venezuela
PRM BAIXA	Bolívia	■																		
	Brasil	■	■	(a)	(a)		(a)		(a)		(a)	(a)	(a)							
	Colômbia			■	■															
	Cuba				■															
	Equador					■														
	El Salvador						■													
	Guatemala							■												
	Honduras								■											
	Nicarágua									■										
	Paraguai										■									
	Peru											■								
R.Dominicana												■								
PRM ALTA	Argentina												■							
	Chile													■						
	Costa Rica														■					
	México															■				
	Panamá																■			
	Uruguai																	■		
	Venezuela																		■	■

Nota: Os critérios pelos quais os países associam as ações de cooperação em um ou outro setor de atividade diferem. Conseqüentemente, é fácil que uma mesma ação possa aparecer consignada a dois setores distintos e portanto duplicada. De fato, nas matrizes anteriores, por cada quadro marcado existe ao menos uma ação de cooperação registrada e declarada por algum dos países participantes

(a) Refere-se à informação declarada pelo Brasil ou pelo Peru para o ano 2006

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências de Cooperação e/ou Direções-Gerais de Cooperação

Matriz II.5. Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, outras dimensões. 2007

Sim oferece/recebe cooperação

SÓCIOS OFERTANTES		SÓCIOS RECEPTORES																		
		PRM-BAIXA											PRM-ALTA							
		Bolívia	Brasil	Colômbia	Cuba	Equador	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Peru	R.Dominicana	Argentina	Chile	Costa Rica	México	Panamá	Uruguai	Venezuela
PRM BAIXA	Bolívia	■																		
	Brasil	(a)	■	(a)	(a)					(a)	(a)			(a)						
	Colômbia			■							(a)									
	Cuba				■															
	Equador					■														
	El Salvador						■													
	Guatemala							■												
	Honduras								■											
	Nicarágua									■										
	Paraguai										■									
	Peru											■								
R.Dominicana												■								
PRM ALTA	Argentina												■							
	Chile													■						
	Costa Rica														■					
	México															■				
	Panamá																■			
	Uruguai																	■		
	Venezuela																		■	

Nota: Os critérios pelos quais os países associam as ações de cooperação em um ou outro setor de atividade diferem. Conseqüentemente, é fácil que uma mesma ação possa aparecer consignada a dois setores distintos e portanto duplicada. De fato, nas matrizes anteriores, por cada quadro marcado existe ao menos uma ação de cooperação registrada e declarada por algum dos países participantes

(a) Refere-se à informação declarada pelo Brasil ou pelo Peru para o ano 2006

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências de Cooperação e/ou Direções-Gerais de Cooperação

A informação disponibilizada pelos países ibero-americanos indica que, no âmbito da *Cooperação Social*, as ações concentraram-se, preferentemente, nas áreas da saúde e da educação. A atenção que os países dedicam a estas duas áreas é coerente com a preocupação que despertam os níveis de alguns indicadores sociais. A título de ilustração, no ano 2005 ainda existiam mais de 35 milhões de latino-americanos e caribenhos (aproximadamente 10% da população total)¹² que não sabiam ler nem escrever. Também, em 2006, a taxa de mortalidade infantil do conjunto da América Latina e Caribe¹³ era de uns 22 falecidos para cada 1.000 nascidos vivos¹⁴ um registro ainda muito superior ao que tendem a mostrar os países desenvolvidos (ao redor de 6 por mil). O Quadro II.7 reúne informações sobre um dos Programas de cooperação nos quais a região aposta para reverter esta situação: os Bancos de Leite Materno.

Ainda dentro da *Cooperação Social*, a terceira atividade que concentra o maior número de ações de *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* está relacionada ao esforço que a região está realizando para deixar potável a água e garantir seu acesso a toda a população. Chama a atenção, contudo, que as ações localizadas sob a rubrica *Outros* (a qual inclui alguns projetos destinados às políticas de moradia) mostrem um dinamismo muito similar ao destas outras ações. Finalmente, o resto das ações (ainda com um nível de intercâmbio muito baixo em relação a sua importância crítica) está dedicado à atenção da saúde reprodutiva.

Quadro II.7. Cooperação no âmbito da saúde infantil: os Bancos de Leite Materno

No ano 2000, 191 países reuniram-se em Nova York e assumiram o compromisso de cumprir com a Declaração do Milênio. Como se recordará, essa Declaração supõe o estabelecimento de uma aliança mundial na luta contra a pobreza e pela construção de um mundo mais justo, próspero e pacífico. Entre os objetivos que esta Declaração estabelece encontra-se a luta para reverter as elevadas taxas de mortalidade infantil que se alastram pela maioria dos países em desenvolvimento. Concretamente, a meta quatro da Declaração do Milênio estabelece, para o ano 2015 e em relação a 1990, a redução em 2/3 da taxa de mortalidade infantil das crianças menores de 5 anos.

As nações do âmbito ibero-americano aderiram a este compromisso. O esforço que alguns países têm feito para reduzir estes índices e aproximar-se do cumprimento das Metas do Milênio tem sido notório. Ainda assim, os registros do ano de 2006 continuam sendo preocupantes. A título de ilustração e segundo a CEPAL, as taxas de mortalidade infantil para menores de cinco anos registradas nos países ibero-americanos oscilam entre 7 e 9 para cada mil nascidos vivos de Cuba e do Chile e 41 e 61 da Guatemala e da Bolívia. De fato, apenas os dois primeiros países registram, já há anos, índices de mortalidade infantil baixos e equiparáveis aos de qualquer país desenvolvido.

Pela evolução seguida, porém, o Peru tem cumprido com a Quarta Meta do Milênio ao reduzir sua taxa de mortalidade infantil para meninos menores de 5 anos em 68%: desde 78 por mil do ano de 1990 a 25 por mil do ano de 2006. Enquanto isso, o Brasil está a ponto de alcançar também esta meta. Assim, sua taxa de mortalidade infantil para menores de 5 anos reduziu-se, entre 1990 e 2006, de 57 a 20 por mil, uma redução que quase beira os 66%.

Nos êxitos conseguidos pelo Brasil influenciou o impulso dado à sua Rede Nacional de Bancos de Leite Materno. Esta rede (nascida em 1998 e agraciada em 2001 com o Prêmio Sasakawa de Saúde outorgado pela Organização Mundial da Saúde -OMS-), está integrada por quase 200 centros especializados no processamento do leite materno. Seu objetivo é redistribuir o leite daquelas mães que possam doar um excedente para os neonatais que não possam amamentar-se. Neste último caso costuma-se tratar ademais de crianças pertencentes a famílias de baixos recursos, criados em zonas onde pode ser que não exista sequer acesso a água potável, para os quais a dependência econômica e nutricional do leite substituto poderia representar um sério risco.

Quadro II.7. Cooperação no âmbito da saúde infantil: os Bancos de Leite Materno (continuação)

Tais centros são muito avançados tecnologicamente e contam com um pessoal muito qualificado. Nestes as mães são preparadas e ajudadas na extração de leite sob rígidas normas de higiene; o leite doado é pasteurizado, certificando-se a qualidade e a segurança; em seguida é armazenado; os lactantes recebedores são selecionados e o leite é distribuído de acordo com as necessidades dos recém-nascidos. Os beneficiários são lactantes prematuros, com baixo peso, com processos infecciosos, malformações congênitas, abandonados, com mães HIV positivas e com hepatite B, entre outros.

Através da *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral*, o Brasil estendeu esta experiência a outros países ibero-americanos. Efetivamente, em 2006, a cooperação brasileira possibilitou o início do funcionamento de alguns Bancos de Leite Materno na Argentina, Equador, Paraguai e República Dominicana; também iniciou a implantação de toda uma Rede Nacional de Bancos de Leite no Uruguai. O custo assumido pelo Brasil na execução destas ações subiu a praticamente 170.000 dólares.

Cabe assinalar que, certas vezes, os recursos brasileiros (muito concentrados na capacitação e na assistência técnica) têm sido complementados com financiamento procedente de algum doador tradicional. Estas organizações têm assumido o correspondente investimento em equipamentos tecnológicos, no que de fato pode-se considerar uma ação de Cooperação Triangular. Acontece assim, por exemplo, no caso do Equador. O Hospital Materno Infantil Isidro Ayora, na capital, Quito, acolhe o primeiro Banco de Leite Materno do país. Durante a primeira fase do projeto, em 2006, a UNICEF disponibilizou a tecnologia; o Brasil e o Equador, por sua parte, financiaram a formação assumindo 23.116 e 5.300 dólares, respectivamente. Durante o ano de 2007, o Brasil contribuiu com o dinheiro que faltava para cobrir os 48.580 dólares a que subiu o custo total do projeto.

O interesse que os países ibero-americanos têm mostrado em trasladar a experiência brasileira ao restante da região fica estampado no Programa de Ação acordado na XVII Cúpula Ibero-Americana celebrada em Santiago do Chile em novembro de 2007. O parágrafo 19 reúne o compromisso dos países signatários em "fortalecer (...) - no âmbito da Iniciativa contra a Fome e a Pobreza (...) - a iniciativa regional "Para a Erradicação da Desnutrição Infantil na América Latina e Caribe" e programas destinados à luta contra a desnutrição infantil crônica, especialmente em crianças menores de cinco anos, mulheres grávidas e mães lactantes. Neste contexto (aprova-se) o programa Cúpula Rede de Bancos de Leite Humano (BLH)."

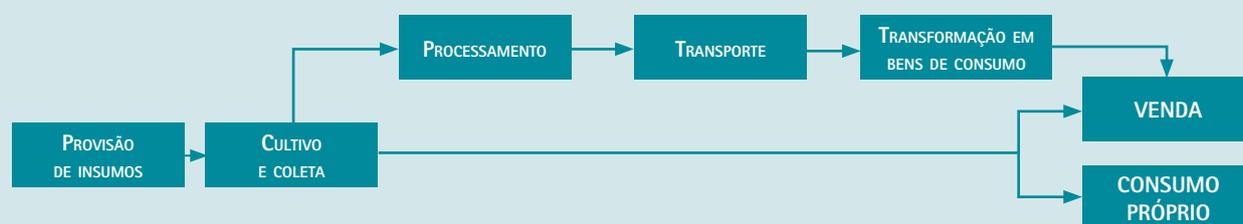
Finalmente, e para efeitos do conteúdo deste relatório, cabe assinalar, ademais, como este último passo representa a transformação de um Programa de *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* em um *Horizontal Sul-Sul Regional*.

Fonte: Subsecretaria-Geral de Cooperação e de Promoção Comercial (2007) e entrevistas no Ministério de Saúde Pública do Equador, assim como ao pessoal médico do Hospital Gineco-Obstetrício Isidro Ayora de Quito

Quadro II.8. As múltiplas dimensões da cooperação econômica: o caso da agricultura

A cooperação realizada no âmbito da economia pode apresentar-se sob múltiplas dimensões. Em termos gerais, ditas dimensões podem relacionar-se com a criação das condições que requer o funcionamento da economia em geral (ações, por exemplo, orientadas à construção de infra-estruturas de transporte e de comunicações ou ao desenvolvimento do sistema financeiro e do sistema impositivo nacional); ou concentrar-se em ações que contribuam ao impulso de alguma das fases que compõem o ciclo produtivo de uma determinada atividade econômica (caso da extração de recursos minerais; a constituição de cooperativas de processamento agrícola; ou a comercialização da madeira tratada industrialmente, entre outros).

Ciclo produtivo da atividade agrícola



Fonte: SEGIB a partir de Murphy (2006)

Para ilustrar as múltiplas dimensões desde as quais possa atuar a cooperação realizada no âmbito econômico, basta recorrer a ações que tiveram lugar no setor agrícola. Neste sentido e como observa-se no esquema superior, o ciclo produtivo da agricultura compõe-se de várias fases com objetivos bem diferenciados. A forte internacionalização que sofreu este setor nos últimos anos aguçou ainda mais estas diferenças. Assim, os países em desenvolvimento encontram-se imersos em um processo claramente dual: suas políticas devem enfrentar tanto a defesa do modo de vida dos pequenos agricultores (muito concentrados na fase do cultivo e coleta de produtos destinados ao consumo próprio ou aos mercados locais); como na busca de fórmulas que lhes permitam competir com as empresas transnacionais e controlar uma produção destinada à inserção nos mercados mundiais e à conseqüente geração das divisas que ajudem a corrigir os desequilíbrios de suas balanças comerciais.

As experiências que os países ibero-americanos compartilharam no âmbito da *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* não escapam desta lógica. A modo de ilustração destacam:

- No ano 2007 a Argentina trasladou a Colômbia o projeto Prohuerta, um projeto que anteriormente executou com êxito no Haiti. Nascido da busca de uma estratégia para que a população produzisse alimentos que paliassem os mais graves efeitos das crises sofrida a partir do ano 2001, Prohuerta reconverteu-se em um projeto que busca exportar esta experiência a regiões onde a segurança alimentícia esteja em risco e, com isso, o desenvolvimento de sua população infantil. É o caso de algumas das comunidades colombianas que se beneficiaram desta experiência, a maioria integradas por população deslocadas.

Quadro II.8. As múltiplas dimensões da cooperação econômica: o caso da agricultura (continuação)

- Por sua parte, a Venezuela executou em Cuba um projeto destinado a reduzir a dependência que a ilha tem em relação à importação de alimentos. A ação venezuelana concentrou-se no impulso à semeadura maciça de leguminosas através da aplicação de biofertilizantes. As tarefas realizadas envolveram desde investimento em I+D (Investigação e Desenvolvimento) até a capacitação técnica e a transferência de tecnologia, entre outros.

- Entretanto, o Chile tem ocupado-se de compartilhar com a Colômbia sua experiência no manejo sustentável do cultivo do morango. Em dita ação os chilenos têm utilizado seus conhecimentos tanto em sanidade animal (política de controle da mosca do morango) como nos processos de organização empresarial e certificações de qualidade requeridas para a inserção nos mercados de exportação deste produto. O mesmo fez a Colômbia ao impulsionar na Venezuela um projeto destinado a que seu vizinho andino alcance um nível ideal de produção de cafés de alta qualidade, com certificação de origem e que penetrem nos mercados internacionais.

No que se refere à *Cooperação Econômica*, a maior parte das experiências intercambiadas têm a ver com algum setor produtivo. De fato, a agricultura é a atividade que, de longe aglutina uma quantidade maior de ações (Quadro II.8). Isto não é de estranhar já que, segundo declara a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), nos países da América do Sul o setor agrícola representa notáveis 7% do Produto Interno Bruto (PIB), uma cifra ainda assim inferior aos 13% registrados pelo conjunto dos países centro-americanos. Esta porcentagem dispara em algumas economias situadas nos Andes e América Central (casos de Bolívia, Honduras, Guatemala e Nicarágua) assim como no Paraguai, onde a agricultura explica praticamente a quinta parte da produção nacional.¹⁵

Menos peso relativo têm as ações de cooperação que intervêm sobre a atividade industrial. Em muitas ocasiões trata-se de trocas de experiências em aspectos concretos do processamento de algum produto. O restante das ações relacionadas aos *setores produtivos* concerne ao desenvolvimento da pesca, do comércio e do turismo. Com uma presença relativa já muito menor situa-se a cooperação nos setores da silvicultura e da construção. Compartilha grupo com as anteriores toda a cooperação vinculada à exploração e extração de recursos minerais e energéticos.

Como se verá à continuação, este último fato contrasta com o intenso dinamismo que mostra a cooperação dedicada à geração e fornecimento de energia. A explicação deste contraste reside no fato de que a segunda das atividades não se relaciona com um setor produtivo concreto, mas sim com as condições que os países devem impulsionar para assentar as bases do funcionamento de sua economia.

Efetivamente, a outra vertente importante da *Cooperação Econômica* aglutina os esforços para criar as *Infra-Estruturas* e os *serviços econômicos* sobre os quais constrói-se todo o processo de desenvolvimento. De acordo com o volume de ações que se intercambiam em cada atividade, pode-se afirmar que uma parte importante das referidas ações busca criar as condições que garantam o fornecimento estável de energia. O valor crítico que os países concedem à questão energética somente é superado por aquele que parecem conceder ao desenvolvimento científico e tecnológico. É que, tal como deduz-se do anterior, o maior número de ações econômicas de *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* tem a ver com a universalização do acesso à tecnologia e a aplicação da ciência à economia.

Mantêm ademais certo peso a cooperação destinada a estimular o sistema de comunicações, assim como aquela que busca reforçar o tecido nacional empresarial. Com uma importância relativa menor já se situam, como último recurso, todas as ações relacionadas com a rede de transporte e armazenamento, o sistema financeiro e a política de emprego.

Finalmente, uma grande parte das ações de *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* executadas em 2007 desvincula-se dos âmbitos estritamente econômico e social. No âmbito desta Outra cooperação destacam, em primeiro lugar, todas as ações situadas sob a rubrica *Governo e sociedade civil*. Tal rubrica acolhe a cooperação concernente, entre outros, ao fortalecimento institucional do setor público; à luta contra a impunidade; ou à extensão e defesa dos Direitos Humanos. Em segundo lugar, identificam-se numerosas ações cujo objetivo central é a promoção de certos processos de desenvolvimento (local, rural, urbano ou comunal, para citar alguns), ou a preservação do meio ambiente. As atuações neste último âmbito são muito estendidas e rapidamente podem afetar tanto a proteção da biodiversidade como o tratamento dos resíduos sólidos gerados nas zonas urbanas.

Menção aparte merecem os projetos que, mais além de sua transversalidade, colocam na mira a correção da pobreza e da desigualdade em um grupo específico: o das mulheres. Efetivamente, alguns indicadores mostram como, ainda hoje e para o conjunto da América Latina, as mulheres constituem um coletivo especialmente vulnerável. Apenas a título de ilustração, a taxa de analfabetismo que registram as mulheres (10,3%) é superior à dos homens (8,8%).¹⁶ Em consonância com as menores possibilidades de acesso à educação formal, as rendas que as mulheres latino-americanas recebem por seu trabalho representam em vários países menos da metade ou de um terço das rendas que recebem os homens. Com o objetivo de superar esta discriminação, os países têm impulsionado numerosas ações de *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* muito centradas tanto no projeto de políticas de gênero como no fortalecimento das instituições responsáveis por sua aplicação.

Quadro II.9. As questões de gênero na luta contra a pobreza e a desigualdade

O mundo ainda tem um longo caminho a percorrer em questão da igualdade de gêneros. Apesar dos avanços já realizados e ainda nos países desenvolvidos, o fato de ter nascido homem ou mulher continua marcando diferenças no acesso aos êxitos do desenvolvimento econômico, político e social. As estatísticas relativas a estas questões incluídas no Relatório sobre Desenvolvimento Humano que anualmente elabora o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), dão fé desta situação.

Os países ibero-americanos sofrem também esta realidade. Na Bolívia, Guatemala e Peru, por exemplo, a porcentagem de mulheres que aprende a ler e escrever (80,7%, 63,3% e 82,5%, respectivamente) é menor que a de homens (93,1%, 75,4% e 93,7%, em cada caso). As elevadas taxas de analfabetismo traduzem-se, inevitavelmente, em uma menor capacidade de acesso a rendas. Assim e também nestes três países, as mulheres recebem uma renda que apenas representa a metade ou um terço da recebida pelos homens.

As diferenças no acesso à educação formal, no entanto, não são o único fator explicativo das diferenças salariais. Países como o Brasil, Colômbia ou Nicarágua, com níveis de alfabetização praticamente idênticos para cada um dos gêneros, mostram diferenças de rendas equiparáveis aos anteriores.

Diante de situações deste tipo, a pobreza tende a enfurecer-se com as mulheres. Um exemplo disso é ilustrado através dos casos da República Dominicana e da Venezuela. Nestes países, 45,2% e 35,7% dos homens vivem em situação de pobreza; no caso das mulheres, as porcentagens são mais elevadas: de 49,8% e de 38,4%, respectivamente.

Quadro II.9. As questões de gênero na luta contra a pobreza e a desigualdade (continuação)

De acordo com o anterior, os desafios ainda são enormes. Alguns países, porém, desenvolveram capacidades em algum aspecto concreto da luta contra a desigualdade de gênero; capacidades que através da *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* começaram a compartilhar com outros países da região. Destacam-se, quanto a esses efeitos, as capacidades desenvolvidas por três países:

- Chile, que se converteu em um referencial em tudo o que concerne ao fortalecimento das instituições responsáveis pelas políticas públicas orientadas à mulher.
- México, país que adquiriu uma enorme experiência na aplicação transversal das políticas de gênero através dos orçamentos do Estado.
- Equador, que conseguiu estabelecer uma forte relação institucional entre o Estado e as organizações de mulheres. Tal relação (manifestada na participação paritária de ambos agentes na direção do Conselho Nacional da Mulher –CONAMU-) oferece às mulheres uma enorme capacidade de *empoderamento*.

Neste contexto não deve-se estranhar os intercâmbios de experiências que se estabelecem, dois a dois, entre as duplas integradas pelo Chile e Equador, Chile e México, e México e Equador. Este intercâmbio é executado por distintos caminhos, entre os quais se destacam assistências técnicas, capacitações profissionais e seminários.

A atenção especial que o Chile presta às questões de gênero culmina com o impulso ao Programa Mulheres da América. Este programa (implementado em 2007 na Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá e República Dominicana) foi destinado a promover atividades de apoio técnico a organizações de mulheres de escassos recursos em matéria de empreendimento trabalhista. A execução deste programa combinou a capacitação (realizada fundamentalmente através de seminários), com o apoio à instalação de equipamento e a habilitação de espaços. Entre seus resultados mais palpáveis encontra-se a criação do Instituto da Mulher, em Honduras; um Instituto inspirado na experiência do SERNAN, do Chile, de quem recebeu apoio e assessoria legal, administrativa e de organização.

Fonte: Declarações das Agências de Cooperação e/ou Direções Gerais de Cooperação; CEPAL (www.eclac.org/estadisticas/bases/) e Relatório sobre Desenvolvimento Humano do PNUD para o ano de 2007–2008 (<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2007-2008/chapters/spanish/>)

Em uma dinâmica similar encontra-se outro grupo: o dos aproximadamente 20 milhões de indígenas que habitam a América Latina. A pobreza enfureceu-se também nestes povos e em suas mulheres, duplamente prejudicadas pela sua condição de gênero e etnia. Com o objetivo de corrigir esta situação, durante os últimos anos têm multiplicado-se os esforços dos governos em aplicar políticas que abordem a situação dos povos indígenas. Esta opção trasladou-se também às ações intercambiadas no âmbito da *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral*. Parte destas ações está reunida no Quadro II.10.

Quadro II.10. O papel emergente dos indígenas na agenda de Cooperação Horizontal Sul-Sul

As expressões "povos indígenas" ou "minorias étnicas" são utilizadas para descrever grupos sociais que compartilham uma identidade social e cultural claramente diferenciada. Não existindo consenso sobre sua definição, os critérios de referência comumente utilizados para sua identificação coincidem com os usados pelos órgãos de Direitos Humanos das Nações Unidas, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Banco Mundial, assim como pelo Direito Internacional. Todos estes distinguem os povos indígenas usando quatro critérios:

- vivem geralmente em territórios ancestrais geograficamente bem definidos, ou mantêm vínculos com eles;
- apresentam tendência a manter-se em instituições sociais, econômicas e políticas próprias em seus territórios;
- aspiram geralmente a permanecer cultural, geográfica e institucionalmente distintos, mais do que a assimilar-se plenamente à sociedade nacional; e
- identificam a si mesmos como indígena ou tribal.

A pobreza é, geralmente, mais rigorosa e está mais difundida entre os povos indígenas. Estes povos constituem um grupo diferenciado entre os pobres. Com freqüência ficam excluídos dos processos de tomada de decisões e são marginalizados no acesso aos sucessos do desenvolvimento. Sua pobreza econômica contrasta com sua enorme riqueza histórica e cultural, riqueza esta que constitui um importante ativo na luta pela defesa de sua preservação.

Segundo o Sistema de Indicadores Socio-demográficos de Populações e Povos Indígenas da América Latina (SISPP) pertencente à CELADE (Divisão de População da CEPAL), na América Latina vivem hoje aproximadamente 20 milhões de indígenas. Sua presença é notável em 11 países da região. Em cada um destes países, o peso sobre a população total difere. Bolívia e Guatemala são os dois países com maior porcentagem de população indígena (62,2% e 41,0%, respectivamente). No México, Honduras, Panamá e Equador, os indígenas representam entre 5 e 10% da população total. No Chile, Venezuela, Costa Rica, Paraguai e Brasil, seu peso não ultrapassa 5%.

Tal como sugeria-se anteriormente, estes tipos de grupos costumam ver-se presos em círculos viciosos de pobreza. A título de exemplo, em países como Honduras, Bolívia e Guatemala, as taxas de analfabetismo da população indígena (28,9%, 17,5% e 47,7%, respectivamente) tendem a duplicar às registradas pela população não indígena (19,4%, 7,0% e 20,4%, respectivamente). No caso do Paraguai e do Panamá a diferença aumenta ainda mais, de modo que a quantidade de indígenas maiores de 15 anos que não têm acesso à educação formal pode ser até 7 ou 8 vezes superior a dos não indígenas. De fato, no Paraguai mais da metade da população indígena é analfabeta, enquanto que apenas 6,5% da não indígena continua sem saber ler nem escrever.

A precariedade que afeta estes coletivos manifesta-se também em outros indicadores. Assim, as taxas de mortalidade infantil que registram as Populações indígenas do Equador e da Venezuela multiplicam por dois em relação às registradas pela população não indígena. No caso extremo do Panamá, a primeira das taxas mais que triplica em relação à segunda.

Frente a esta realidade os países ibero-americanos começaram a desenvolver políticas destinadas especificamente à atenção desses coletivos. No âmbito da *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* destacam-se ações que, ainda que localizadas em outras atividades como a saúde ou educação, buscam um impacto específico sobre o bem-estar da população indígena:

Quadro II.10. O papel emergente dos indígenas na agenda de Cooperação Horizontal Sul-Sul (continuação)

- No ano de 2006 o Brasil impulsionou no Equador um projeto cujo objetivo era fortalecer institucionalmente os Modelos Nacionais de Promoção e Proteção da Saúde dos Povos Indígenas. Tal projeto permitiu intercambiar e comparar experiências relacionadas com as práticas sanitárias utilizadas na atenção a estes grupos. Também permitiu avanços nos métodos de trabalho que cada país aplica à sua realidade nacional.

- No ano de 2007 e com perspectiva de manter-se em execução até finais de 2009, o México iniciou na Bolívia dois projetos: um referente ao Projeto de Metodologias de Ensino da Leitura e da Escrita em Línguas Aymarà e Quechua; outro, ao Desenvolvimento de Materiais Multimídia para Apoiar a Aprendizagem de Línguas e Culturas Indígenas Originárias. Ambos projetos são coerentes com o impulso que o Governo Boliviano quer imprimir a todas aquelas propostas pedagógicas que sirvam para orientar uma política educativa bilíngüe.

Também cabe acrescentar que a ação bilateral complementa-se, já desde 1992, com a ação realizada no âmbito do Fundo Indígena nascido na Segunda Cúpula Ibero-Americana. Segundo seu convênio constitutivo, o principal objetivo deste Fundo é *"estabelecer um mecanismo destinado a apoiar os processos de auto-desenvolvimento de povos, comunidades e organizações indígenas da América Latina e Caribe"*.

Fonte: Subsecretaria-Geral de Cooperação e de Promoção Comercial do Brasil (2007), Vice-Ministério de Investimento Público e Financiamento Externo da Bolívia (2008) e PNUD <http://www.undp.org/partners/cso/publications>

Também cabe acrescentar que, como último recurso, identificam-se na região ações que não por ser menos numerosas deixam de ser importantes: as destinadas tanto à prevenção quanto à ajuda de emergência ante e pelos devastadores efeitos de alguns fenômenos naturais. A unificação de forças através da *Cooperação Horizontal Sul-Sul* coloca-se, pois, ao serviço de enfrentar a devastação de inundações, secas e furacões, entre outros.

Perfil regional de necessidades e capacidades

Um dos objetivos da *Cooperação Horizontal Sul-Sul* é contribuir para o fortalecimento das capacidades dos países. A estratégia mais eficaz na consecução deste objetivo passa por conhecer quais capacidades setoriais têm desenvolvido os principais sócios ofertantes e quais carências setoriais apresenta cada um dos principais sócios receptores.

Por um lado, os principais ofertantes (Argentina, Brasil, Colômbia, Cuba, Chile, México e Venezuela) desenvolveram uma ampla gama de capacidades. O modo como as ações distribuem-se setorialmente sugere, de fato, que estes países alcançaram níveis de desenvolvimento importantes no campo social. Também mostram-se fortes na construção de estruturas governamentais e institucionais. Ligado a isso conseguiram incorporar às suas agendas de atuação pública temas transversais próprios dos países desenvolvidos (questões de gênero e de meio ambiente, entre outras). Finalmente, mostram também uma estrutura econômica cada vez mais sólida; uma estrutura, no entanto, que mantém certo caráter duplo, pois combina a coexistência de um padrão de especialização muito ligado a setores primários (como a energia, a agricultura e a pesca), com uma aposta por aplicar à economia os avanços da ciência, da tecnologia, das comunicações ou do transporte.

Uma análise mais detalhada incorpora algumas ressalvas. No âmbito social, Cuba e México são os dois países que se mostram mais fortes na transferência de capacidades relacionadas à educação e saúde. O restante dos países mostra uma força relativamente maior em um dos dois subsetores: o Chile preferentemente na educação; Brasil e Venezuela preferentemente na saúde. Entretanto, Argentina e Colômbia apresentam certa diversificação em sua ação social; tanto é assim que este último constituiu-se, junto a Cuba, como o único país a oferecer uma cooperação centrada especificamente na saúde reprodutiva. Por sua parte, as ações dedicadas ao abastecimento e saneamento de águas procedem, exclusivamente, de três países: Cuba de novo, mais México e Venezuela.

Na esfera econômica, o perfil produtivo determina as ações ofertadas por cada um dos países. A Venezuela (e em menor medida Argentina, Brasil, Colômbia, México e Cuba) impulsionam ações relacionadas à geração e fornecimento de energia. Entretanto, Brasil, Cuba, Venezuela e, fundamentalmente, Argentina (Tabela II.3) exportam para outras economias sua experiência em agricultura. O Chile e o México (e pontualmente também o Peru) acrescentam à cooperação agrícola outra realizada no setor da pesca, na qual têm uma longa tradição. Os dois primeiros países combinam esta oferta de cooperação com a destinada a promover a aplicação da ciência e da tecnologia a todos os âmbitos da economia. Neste mesmo setor destaca-se a cooperação da Argentina, Cuba e Colômbia. No caso deste último país, cabe ademais destacar as ações orientadas a fortalecer o tecido empresarial dos países ibero-americanos, um perfil que volta a compartilhar com Chile e México.

À margem do âmbito sócio-econômico, todos estes países promovem ações destinadas ao fortalecimento institucional e à preservação do meio ambiente. Com um perfil já mais especializado, Chile e México compartilham as capacidades adquiridas no tratamento das questões de gênero. A Colômbia e Cuba, por sua parte, impulsionam ações destinadas à promoção cultural. Este último país, ademais, traslada seu sistema de prevenção frente aos desastres naturais para outras nações que, como ela mesma, são vulneráveis a seus efeitos. A Colômbia e a Venezuela somam-se a Cuba e contribuem também com sua experiência neste campo.

Como último recurso cabe assinalar que, quando estes mesmos países exercem o papel de receptores, sua participação na *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* orienta-se a continuar fortalecendo suas capacidades nos âmbitos da educação e da saúde, do Governo, da sociedade civil e do meio ambiente. Todos os países, exceto o México continuam melhorando o desenvolvimento de sua agricultura, em geral para dar o salto a uma melhor inserção destes produtos no mercado internacional. Também Cuba, Colômbia, México e Venezuela recebem apoio para fomentar em suas respectivas economias a aplicação de avanços científico-tecnológicos. Dois destes países, Cuba e Colômbia, mais a Argentina, buscam, ademais, reforçar o funcionamento de suas infra-estruturas energéticas.

Por sua parte, identificam-se dois *perfis de necessidades*: o dos Países de Renda Média Baixa (Bolívia, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Paraguai, Peru e República Dominicana); e o dos de Renda Média Alta (Costa Rica, Panamá e Uruguai).

Em grandes traços, o primeiro dos grupos caracteriza-se por receber ações e projetos destinados a cobrir carências manifestadas nos âmbitos da saúde e da educação; da geração e fornecimento de energia; da aplicação da ciência e da tecnologia à economia nacional; da construção de suas estruturas institucionais e governamentais; assim como na preservação meio ambiental. Neste sentido, todos estes países recebem, em algum momento, alguma ação de cooperação orientada a superar estas carências. A exceção pontual é marcada por El Salvador (para o qual não registra-se qualquer projeto energético) e o Equador (nenhuma ação destinada à aplicação dos avanços científico-tecnológicos à economia).

Também os projetos destinados a garantir a toda a população o acesso à água potável concentram-se no Paraguai e nos países centro americanos de El Salvador, Honduras e Guatemala. Na esfera econômica, o Peru e a República Dominicana buscam, ademais, melhorar suas técnicas pesqueiras. Todos eles, mais a Bolívia e o Equador, interessam-se em receber aquela cooperação que lhes permita fortalecer os setores da indústria, do comércio e do turismo, assim como aquela que lhes permita criar (ou, em seu caso, reforçar) um sólido tecido empresarial.

Tabela II.3. Grupo setorial no qual situam-se as ações ofertadas pela Argentina. 2007

Ações, em unidades; participação, em porcentagem

DIMENSÃO	GRUPO ATIVIDADE	AÇÕES	PARTICIPAÇÃO SOBRE SUBTOTAL	PARTICIPAÇÃO SOBRE TOTAL
ECONÔMICA	Agricultura	19	28,4	11,7
	Comércio	9	13,4	5,5
	Turismo	8	11,9	4,9
	Ciência e tecnologia	6	9,0	3,7
	Pesca	5	7,5	3,1
	Emprego	4	6,0	2,5
	Energia	3	4,5	1,8
	Transporte	3	4,5	1,8
	Comunicações	3	4,5	1,8
	Indústria	3	4,5	1,8
	Extrativas	2	3,0	1,2
	Empresas	1	1,5	0,6
	Silvicultura	1	1,5	0,6
	SUBTOTAL ECONÔMICA		67	100,0
OUTRA	Governo e sociedade civil	47	75,8	28,8
	Meio-ambiente	10	16,1	6,1
	Cultura	2	3,2	1,2
	Gênero	2	3,2	1,2
	Outros	1	1,6	0,6
	SUBTOTAL OUTRA		62	100,0
SOCIAL	Educação	15	44,1	9,2
	Outros	6	17,6	3,7
	Saúde	5	14,7	3,1
	Abastecimento e Saneamento de água	5	14,7	3,1
	População e Saúde reprodutiva	3	8,8	1,8
	SUBTOTAL SOCIAL		34	100,0
TOTAL		163		100,0

Nota: Nem todos os países desagregaram o total das ações recebidas/ofertadas de/a seu país. Assim mesmo, e dado que em numerosas ocasiões as ações afetam simultaneamente a vários setores, é comum que uma mesma ação apareça duplicada. Como conseqüência, os números desta tabela não coincidem com os da Matriz II.2

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências de Cooperação e/ou Direções-Gerais de Cooperação

Tabela II.4. Grupo setorial no qual situam-se as ações recebidas pela Costa Rica. 2007

Ações, em unidades; participação, em porcentagem

DIMENSÃO	GRUPO ATIVIDADE	AÇÕES	PARTICIPAÇÃO SOBRE SUBTOTAL	PARTICIPAÇÃO SOBRE TOTAL
ECONÔMICA	Energia	12	38,7	20,3
	Ciência e tecnologia	6	19,4	10,2
	Agricultura	5	16,1	8,5
	Turismo	3	9,7	5,1
	Empresas	2	6,5	3,4
	Comunicações	1	3,2	1,7
	Construção	1	3,2	1,7
	Comércio	1	3,2	1,7
SUBTOTAL ECONÔMICA		31	100,0	52,5
OUTRA	Governo e sociedade civil	11	64,7	18,6
	Cultura	2	11,8	3,4
	Outros	2	11,8	3,4
	Meio-ambiente	1	5,9	1,7
	Gênero	1	5,9	1,7
SUBTOTAL OUTRA		17	100,0	28,8
SOCIAL	Educação	5	45,5	8,5
	Outros	4	36,4	6,8
	Saúde	2	18,2	3,4
SUBTOTAL SOCIAL		11	100,0	18,6
TOTAL		59		100,0

Nota: Nem todos os países desagregaram o total das ações recebidas/ofertadas de/a seu país. Assim mesmo, e dado que em numerosas ocasiões as ações afetam simultaneamente a vários setores, é comum que uma mesma ação apareça duplicada. Como conseqüência, os números desta tabela não coincidem com os da Matriz II.2

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências de Cooperação e/ou Direções-Gerais de Cooperação

Cabe acrescentar que alguns destes países (República Dominicana no Caribe; Guatemala e Honduras na América-Central; Peru e Equador nos Andes; mais o Paraguai, já ao Sul) absorvem a maioria dos projetos que incorporam as questões de gênero. Não é de estranhar, ademais, que as ações de caráter cultural estejam destinadas a países com um forte componente (e inclusive com uma maioria) indígena, como são a Bolívia, Guatemala e a Nicarágua. A vulnerabilidade destes países ante os efeitos devastadores de determinados fenômenos naturais explica também que a ajuda de emergência e a aprendizagem em sistemas de prevenção dirigiu-se a Bolívia, Equador, Guatemala, Nicarágua e o Peru.

Finalmente e no que se refere já aos sócios receptores com maior nível de renda relativa (Costa Rica, Panamá e Uruguai), o perfil de necessidades a cobrir concentra-se nas áreas sociais de educação e saúde; a agricultura; a ciência e a tecnologia; e o fortalecimento das estruturas institucionais próprias do governo e a sociedade civil. Pontualmente registram-se ações para o saneamento das águas e seu fornecimento em condições aptas para a saúde (Panamá e Uruguai); a cultura; e a aplicação das questões de gênero às políticas públicas (Costa Rica e Panamá). No caso de Costa Rica ademais, e tal como observa-se nas Tabela II.4 e II.5, destaca a elevada presença de projetos destinados a fortalecer seu sistema de geração e subministro energético (a quinta parte das ações recebidas em 2007).

Tabela II.5. Lista de ações recebidas pela Costa Rica no setor da energia. 2007.

SÓCIO OFERTANTE	RECEPTOR COSTARRIQUENSE	AÇÕES OU PROJETOS
ARGENTINA	Instituto Costarricense de Eletricidade (ICE)	"Sistema tarifário e de custos em um mercado elétrico"
	ICE	"Ajuste dos sistemas de controle e proteção em unidades geradoras para cumprir com critérios de qualidade, segurança e desempenho exigidos no mercado elétrico regional"
	ICE	"Estágio sobre mercados elétricos competitivos (mercados maioristas)"
BRASIL	Refinadora Costarricense de Petróleo (RECOPE)	"Apoio Técnico para o Desenvolvimento e Acompanhamento da Análise de Risco em Saúde, Ambiente e Segurança"
	RECOPE	"Capacitação e Treinamento sobre Derrames de hidrocarbonetos e outros Materiais Perigosos nas Instalações Petroleiras, Linhas de Oleodutos Terrestres e Aquáticos" Petroleiras Linhas de Oleodutos Terrestres e Aquáticos"
	ICE	"Sistemas de Controle Distribuídos- U.E.N. Produção"
	ICE	"Assessoria e estágio em Mercado Maiorista de Eletricidade"
COLÔMBIA	ICE	"Assessoria e estágio em mercados de energia elétrica na área de transporte de eletricidade"
	ICE	"Assessoria e estágio nos mercados elétricos (área de geração e produção)"
	ICE	"Sistemas de detecção de descargas atmosféricas"
	Empresas varias	"Institucionalidade do país e particularmente no setor de Energia e Águas"

Fonte: SEGIB a partir das declarações da Argentina, Brasil, Colômbia e Costa Rica

¹ Estes indicadores referem-se a dimensões distintas da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral: os dois primeiros, número de ações e custo econômico, estão relacionados ao próprio processo de execução; o terceiro, entretanto, ao impacto que possa ter a ação já executada. A escolha destes indicadores é, certamente, questionável. Poderiam encontrar outros indicadores que oferecessem uma informação ainda mais completa da realidade que se está analisando. É inegável, contudo, que conhecer estes dados oferece, pelo menos, uma primeira idéia de quão dinâmica é a cooperação que está sendo impulsionada na Ibero-América.

² Ainda que somente seja no caso deste indicador, dispor, porém, desta informação dota o estudo de um novo instrumento de análise de enorme utilidade: as matrizes de oferta e recebimento, agora completadas numericamente com dados que permitem conhecer não apenas quem troca experiências com quem, mas também quantas intercambiam-se por par de países; quantas oferece cada sócio participante; quantas recebe; e qual foi o total de experiências trocadas na região durante o ano de 2007.

³ O uso deste critério justifica-se com o objetivo de ir avançando em uma relação na qual mais tarde se aprofundará: a que possa estar estabelecendo-se entre os níveis de renda alcançados pelos países e sua dinâmica de participação na *Cooperação Horizontal Sul-Sul*.

⁴ Tal como assinala-se no Quadro II.2, através do *número* de ações medem-se modalidades de participação heterogêneas, porém, em qualquer caso, homologáveis e sujeitas a critérios mínimos de comparabilidade.

⁵ Supõe-se que o dado obtido permite conhecer a *dimensão* da cooperação executada no ano 2007 sob esta modalidade. Contudo, existe um problema na hora de interpretar-se tal *dimensão*: a falta de referenciais. Efetivamente, os dados numéricos nunca oferecem informação por si mesmos, mas sim na medida em que se comparam com outros. A comparação é sempre estabelecida em dois níveis: transversal (comparando, por exemplo, o ocorrido em duas regiões distintas em um mesmo período de tempo); temporal (informando sobre o que acontece em um mesmo lugar em momentos distintos). Entender, pois, o que representa realmente a cifra de 1.480 ações requer ou alcançar medir o que acontece em outras latitudes ou gerar cifras regionais para outros anos.

⁶ Este dado deve ser interpretado com cautela. O Brasil apresentou dados referentes ao ano de 2006 e não ao ano de 2007. Conseqüentemente, no global do ano de 2007 somente foram incluídas aquelas ações (73) computadas por atualização da informação disponibilizada por outros países. É praticamente certo, neste sentido, que uma grande parte das ações que o Brasil executou no ano de 2007 não foi ainda registrada.

⁷ Responde a este mesmo padrão a cooperação executada pelo Panamá (cujo destino principal é a Colômbia); Honduras, que orienta sua ação para El Salvador; e a deste último, que por sua vez, executa suas ações de cooperação nos dois países centro americanos com os quais compartilha fronteira (Guatemala e Honduras).

⁸ Tendo em conta a quantidade de ações nas quais este país participou (106, segundo sua própria declaração), pode-se afirmar que o custo que assumiu na média por cada uma dessas ações ronda os 12.000 dólares. Dado que a informação referente ao total do financiamento registrado foi disponibilizada pelo Chile, o cálculo é realizado tomando-se como referência o número de ações declarado pelo próprio Chile, e não o número incluída na Matriz II.1, um número que se obtém após o cruzamento das informações disponibilizadas por todos os países.

⁹ Aplicando-se o mesmo raciocínio como no caso chileno, quando tem-se em conta a quantidade de ações declaradas por este país, estima-se que o custo assumido em cada ação ronda desta vez os 3.500 dólares.

¹⁰ Equivale a uns 2.500 dólares por ação participada.

¹¹ Estas dimensões são obtidas a partir de uma modificação parcial da classificação setorial estabelecida pelo Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) (ver Tabela do anexo).

¹² www.eclac.org/estadisticas/bases.

¹³ As taxas de mortalidade são estimadas sobre os dados de 33 economias: Antigua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Bolivariana da Venezuela, República Dominicana, Saint Kitts e Nevis, Santa Luzia, San Vicente e as Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago e Uruguai. No caso da população anal-fabeta incluem-se ademais, as Antilhas Holandesas, Aruba, Bermuda, Ilhas Caimán, Ilhas Turcos e Caicos, Ilhas Virgens Britânicas, Montserrat.

¹⁴ www.eclac.org/estadisticas/bases.

¹⁵ Os dados foram estimados para o ano de 2005, a preços constantes de 2000 (www.eclac.org/estadisticas/bases).

¹⁶ A taxa de analfabetismo refere-se ao ano de 2005 (último dado disponível) e é calculada sobre a informação proporcionada por 41 economias latino-americanas: Anguila, Antigua e Barbuda, Antilhas Holandesas, Argentina, Aruba, Bahamas, Barbados, Belize, Bermuda, Bolívia, Brasil, Ilhas Cayman, Ilhas Turcos e Caicos, Ilhas Virgens Britânicas, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Montserrat, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Bolivariana da Venezuela, República Dominicana, Saint Kitts e Nevis, Santa Luzia, San Vicente e as Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago e Uruguai (www.eclac.org/estadisticas/bases).

CAPITULO III
IBERO-AMÉRICA E
A COOPERAÇÃO TRIANGULAR

Cooperação Triangular na Ibero-América: principais países e setores

Em numerosas ocasiões os países em desenvolvimento não dispõem do financiamento necessário para impulsionar determinadas ações de cooperação. Um caminho para superar este obstáculo é fazer participar dessa ação um terceiro ator, em geral um doador tradicional, que assuma parcial ou integralmente tal financiamento. Nasce assim a denominada *Cooperação Triangular*.

As Tabelas III.1, III.2, III.3 e III.4 resumem a informação referente aos países que no ano 2007 participaram da *Cooperação Triangular* na Ibero-América. Estes países aparecem exercendo o papel de *primeiro sócio ofertante* (entendendo-se que este é o que assume a parte mais importante do financiamento); de *segundo sócio ofertante* (o país que executa tecnicamente a cooperação e que, certas vezes, assume uma parte do custo econômico); ou de *sócio receptor*.

Como observa-se em ditas Tabelas, dois doadores tradicionais, Japão e Alemanha, figuram como os principais financiadores da *Cooperação Triangular* realizada na região. Seu nível de atividade contrasta com o de outros países como a França, Suécia, Bélgica ou a própria Espanha, para quem apenas registram-se participações pontuais. De fato, o Quadro III.1 explica como foi evoluindo a participação da Espanha na *Cooperação Triangular* que realiza junto a outros de seus sócios ibero-americanos. Como observa-se, a primeira ação data do ano 2005, mas a atividade é crescente e, para o ano 2008, a Espanha já negociou sua participação em um mínimo de seis novos projetos de *Cooperação Triangular*.

No papel de *segundos sócios ofertantes* destaca-se, em primeiro lugar, México, o único país que destina ao menos uma ação de cooperação a todo o resto de possíveis sócios receptores (as 18 nações que vão desde a Guatemala até o Chile, ambas inclusive). Sua dinâmica atuação é possível, em parte, graças ao co-financiamento com o Japão e, em menor medida, com a Alemanha. De fato, que seu raio de ação chegue inclusive a países que compartilham seu mesmo nível de riqueza relativa (como Argentina, Chile, Uruguai e Venezuela, todos de Renda Média Alta, mais o Brasil) explica-se pelo seu acordo com a Agência de Cooperação Japonesa (JICA) e pela realização conjunta dos denominados Cursos Internacionais Para Terceiros Países.¹

O Chile surge, por sua parte, como o segundo país da região com maior oferta de *Cooperação Triangular*. Neste caso, a atividade chilena apóia-se no financiamento procedente do Japão, da Alemanha e, pontualmente, da França e da Suécia. Seu raio de ação é mais reduzido que o do México, mas, ainda assim, chega a todos os países centro americanos (Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá); a Cuba e República Dominicana no Caribe; à Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, nos Andes; e ao Paraguai.

Entretanto, a Argentina (terceiro país com maior atividade no papel de *segundo ofertante*) baseia sua *Cooperação Triangular* na colaboração preferencial com o Japão. Através desta colaboração, ambos países tornam possível o impulso de algumas capacitações, mas também de projetos de maior duração em quatro países (Bolívia, Colômbia, El Salvador e Peru).

Tabela III.1. Cooperação Triangular na Ibero-América, com a Argentina como segundo sócio ofertante. 2007

PRIMEIRO SÓCIO OFERTANTE	SÓCIO RECEPTOR	ATIVIDADE	SETOR DE ATIVIDADE	DIMENSÃO COOPERAÇÃO
JAPÃO	BOLÍVIA	Fortalecimento da geração de informação estatística- Monitoramento ODM	Governo e sociedade civil	Outra
JAPÃO	COLÔMBIA	Capacitação aos funcionários dos Parques Nacionais Naturais	Meio ambiente	Outra
JAPÃO	COLÔMBIA	Curso de Processamento de Materiais por Plasma – Energia Nuclear	Energia	Econômica
JAPÃO	COLÔMBIA	Curso de Caracterização, Diagnóstico, Epidemiologia e Manejo de Doenças Virais em Plantas	Sanidade animal - Agricultura	Econômica
JAPÃO	COLÔMBIA	Curso sobre Estatísticas de População	Governo e sociedade civil	Outra
JAPÃO	COLÔMBIA	Curso Avaliação e Redução da Contaminação em Ambientes Aquáticos	Meio ambiente	Outra
JAPÃO	EL SALVADOR	Seminário	Meio ambiente	Outra
JAPÃO	PERU	Programa Cursos a Terceiros Países	Vários	Vários
JAPÃO	PERU	Projeto PROMESA para o melhoramento da Saúde Animal*	Sanidade animal - Agricultura	Econômica

*Este projeto executa-se na realidade durante os quatro anos transcorridos entre 2003 e 2006

Fonte: SEGIB a partir de Agências de Cooperação e/ou Direções-Gerais de Cooperação

Tabela III.2. Cooperação Triangular na Ibero-América, com o Chile como segundo sócio ofertante. 2007

PRIMEIRO SÓCIO OFERTANTE	SÓCIO RECEPTOR	ATIVIDADE	SETOR DE ATIVIDADE	DIMENSÃO COOPERAÇÃO
FRANÇA	BOLÍVIA	Capacitação sobre transfusão sanguínea	Saúde	Social
JAPÃO	BOLÍVIA	Projeto de Saúde e Políticas de Reabilitação de Deficientes	Saúde	Social
SUÉCIA	BOLÍVIA	Assistência Técnica em projeto de desenvolvimento curricular da carreira de Engenharia da Madeira	Silvicultura	Econômica
ALEMANHA	COLÔMBIA	Apoio ao projeto delineamentos de ordenação territorial de Antioquia	Desenvolvimento territorial – Outros	Outra
JAPÃO	COSTA RICA	Fortalecimento da capacidade de apoio técnico do Centro Nacional de Reabilitação(CENARE)	Saúde	Social
JAPÃO	CUBA	Cultivo de Peixes Marinhos	Pesca	Econômica
JAPÃO	ECUADOR	Apoio à Gestão Organizacional e Econômica da Pesca Artesanal da província de Esmeraldas	Pesca	Econômica
ALEMANHA	EL SALVADOR	Programa para moradias Sociais	Política de Habitação – Outros	Social
JAPÃO	EL SALVADOR	Doenças do gado Bovino	Sanidade animal – Agricultura	Econômica
JAPÃO	EL SALVADOR	Fortalecimento sistema de gestão comercial das exportações	Comércio	Econômica
JAPÃO	EL SALVADOR	Projeto para o Fortalecimento da Segurança Cidadã	Governo e sociedade civil	Outra
JAPÃO	GUATEMALA	Programa Cursos a Terceiros Países	Vários	Vários
JAPÃO	HONDURAS	Apoio à formação de docentes	Educação	Social
JAPÃO	NICARÁGUA	Fortalecimento de capacidades técnicas em produção reprodução animal	Sanidade animal – Agricultura	Econômica
JAPÃO	PANAMÁ	Programa Cursos a Terceiros Países	Vários	Vários
ALEMANHA	PARAGUAI	Programa para Moradias Sociais	Política habitação – Outros	Social
ALEMANHA	PARAGUAI	Ministério Público Cooperação Jurídica Transfronteriza	Justiça – Governo e sociedade civil	Outra
ALEMANHA	PARAGUAI	Impulsionar processos de cooperação público-privada para o desenvolvimento econômico local	Desenvolvimento endógeno – Outros	Outra
JAPÃO	PARAGUAI	Atenção prematura a crianças deficientes	Educação	Social
JAPÃO	PERU	Desenvolvimento da <i>Concha de Abanico</i> para Pescadores Artesanais de Casma	Pesca	Econômica
ALEMANHA	R. DOMINICANA	Transferir experiências na área de jovens em situação de pobreza	Serviços sociais – Outros	Social

Fonte: SEGIB a partir de Agencias de Cooperação e/ou Direções Gerais de Cooperação

Tabela III.3. Cooperação Triangular na Ibero-América, com o México como segundo sócio ofertante. 2007

PRIMERO SÓCIO OFERTANTE	SÓCIO RECEPTOR	ATIVIDADE	SETOR DE ATIVIDADE	DIMENSÃO COOPERAÇÃO
JAPÃO	COSTA RICA	Diagnósticos condições para o manejo ambiental das bacias hídricas para uma produção elétrica sustentável	Meio Ambiente	Outra
ALEMANHA	EQUADOR	Capacitação manejo resíduos sólidos	Meio Ambiente	Outra
JAPÃO	EL SALVADOR	Capacitação para o controle de pragas de doenças em hortaliças e frutas	Sanidade Vegetal – Agricultura	Econômica
JAPÃO	EL SALVADOR	Melhoramento da tecnologia para a construção e difusão da habitação popular sísmo-resistente	Prevenção de desastres	Outra
JAPÃO	EL SALVADOR	Processamento de produtos pesqueiros	Pesca	Econômica
JAPÃO	EL SALVADOR	Obtenção de proteína unicelular com fermento de Torula em substrato com suco de polpa de café e cana de açúcar	Agricultura	Econômica
ALEMANHA	GUATEMALA	Construção da rede guatemalteca de promotores ambientais para a prevenção e gestão integral dos resíduos sólidos	Meio Ambiente	Outra
JAPÃO	GUATEMALA	Diagnóstico e possível reestruturação da Coordenadora Nacional para a Redução de Desastres de Guatemala	Prevenção de desastres	Outra
JAPÃO	NICARAGUA	Capacitar a pequenos e médios agricultores no Manejo integrado de Pragas	Sanidade animal – Agricultura	Econômica
JAPÃO	PARAGUAI	Assessorias e Cursos para fortalecer a infra-estrutura da indústria maquiadora para a exportação	Competitividade – Empresas	Econômica
JAPÃO	PERU	Programa Cursos a Terceiros Países	Meio Ambiente	Outra
ALEMANHA	REPÚBLICA DOMINICANA	Projeto em matéria de promotores ambientais para a prevenção e gestão integral dos resíduos sólidos	Meio Ambiente	Outra
ESPANHA	CENTRO-AMÉRICA E CARIBE	Fortalecimento das Administrações Públicas	Governo e sociedade civil	Outra
JAPÃO	ARGENTINA, BOLÍVIA, CHILE, GUATEMALA, COLÔMBIA, COSTA RICA, PANAMÁ, PARAGUAI, PERU, URUGUAI E VENEZUELA	Curso internacional em robótica aplicada. Transferência de tecnologia e conhecimentos relacionados com a engenharia para atender as necessidades do setor industrial	Indústria	Econômica
JAPÃO	ARGENTINA, BOLÍVIA, BRASIL, CHILE, COSTA RICA, COLÔMBIA, EQUADOR, CUBA, PANAMÁ, PARAGUAI, PERU, URUGUAI E VENEZUELA	Curso internacional de capacitação teórico – prática nos distintos métodos de ensaio de inspeção não destrutiva para que possam qualificar-se e aplicar as técnicas corretamente	Indústria	Econômica
JAPÃO	ARGENTINA, BOLÍVIA, CHILE, COSTA RICA, COLÔMBIA, EQUADOR, EL SALVADOR, GUATEMALA, HONDURAS, PANAMÁ, PERU, E VENEZUELA	Curso internacional multidisciplinar sobre programas de proteção civil e prevenção de desastres	Prevenção de desastres	Outra
JAPÃO	BOLÍVIA, EL SALVADOR, GUATEMALA, HONDURAS, NICARAGUA, PANAMÁ E R. DOMINICANA	Curso internacional de capacitação em técnicas de prevenção e controle de câncer no colo uterino	Saúde reprodutiva	Social
JAPÃO	COSTA RICA, EL SALVADOR, GUATEMALA, HONDURAS, NICARAGUA E PANAMÁ	Curso internacional sobre conectividade e gestão de áreas protegidas no Corredor Biológico Mesoamericano que melhore a gestão dos corredores biológicos locais	Meio Ambiente	Outra

Fonte: SEGIB a partir das Agências de Cooperação e/ou Direções Gerais de Cooperação

Tabela III.4. Cooperação Triangular na Ibero-América, segundo sócios ofertantes. 2007

PRIMEIRO SÓCIO OFERTANTE	SEGUNDO SÓCIO OFERTANTE	SÓCIO RECEPTOR	ATIVIDADE	SETOR DE ATIVIDADE	DIMENSÃO COOPERAÇÃO
JAPÃO	BRASIL	EQUADOR	Melhoramento treinamento vocacional	Ciência e tecnologia	Econômica
JAPÃO	BRASIL	PERU	Programa Cursos a Terceiros Países	Vários	Vários
ALEMANHA	COSTA RICA	BOLÍVIA	Transferência de experiência no manejo dos projetos Agro-florestais*	Silvicultura	Econômica
BÉLGICA	CUBA	EQUADOR	Assistência Técnica em Medicina tropical e doenças de transmissão sexual no cantão de Esmeraldas	População e saúde reprodutiva	Saúde
JAPÃO	EL SALVADOR	GUATEMALA E HONDURAS	Geração de Energia Geotérmica	Energia	Econômica
JAPÃO	EL SALVADOR	GUATEMALA E HONDURAS	Capacitação de Pessoal de Enfermaria	Saúde	Social

* Se executará em 2008. Fonte: SEGIB a partir das Agências de Cooperação e/ou Direções Gerais de Cooperação

Quadro III.1. A Espanha e sua aposta pela Cooperação Triangular na Ibero-América

Durante os últimos anos e cumprindo com a Declaração do Milênio do ano 2000 e a Conferência sobre Financiamento ao Desenvolvimento de 2002, Espanha compatibilizou seu compromisso para com os países mais desfavorecidos com o compromisso de manter a cooperação para a Ibero-América, uma região integrada, maioritariamente e por contraste, por Países de Renda Média. Assim mesmo, Espanha combinou o crescente envio de fluxos de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) para a região com sua participação em novas formas de cooperação: mais especificamente, com o impulso de ações de Cooperação Triangular participadas com outros sócios ibero-americanos.

Cooperação Triangular ofertada pela Espanha junto a outros sócios ibero-americanos

SEGUNDO SÓCIO OFERTANTE	SÓCIO RECEPTOR	ATIVIDADE	SETOR E DIMENSÃO	ESTADO DO PROJETO	CONTRIBUIÇÃO ESPANHOLA (€)
MÉXICO	HAITI	Reabilitação infra-estrutura hidráulica básica	Abastecimento e saneamento de água (Social)	Executado em 2006	n.d.
ARGENTINA	HAITI	PROHUERTA (Promoção da Auto - Produção de Alimentos Frescos)	Agricultura (Econômica)	Executado em 2006	168.194 €
BRASIL	HAITI	Manejo e recuperação da cobertura vegetal	Silvicultura (Econômica)	Executado em 2007	275.000 €
CHILE	HAITI	Formação Integral de Guardas de Vigilância Ambiental	Meio Ambiente (Outra)	Executado em 2007	78.000 €
MÉXICO	AMÉRICA-CENTRAL E CARIBE	Fortalecimento das Administrações Públicas	Governo e sociedade civil	Executado em 2007	n.d.

Fonte: SEGIB a partir da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) e Freres (2008)

Quadro III.1. A Espanha e sua aposta pela Cooperação Triangular na Ibero-América (continuação)

Tal como observa-se na Tabela anterior, a primeira ação de Cooperação Triangular financiada pela Espanha data do ano de 2005. Tal ação permitiu ao México trasladar sua experiência na reabilitação de infra-estruturas destinadas ao saneamento de água para outro país cuja trajetória é de especial interesse para os membros da Conferência Ibero-Americana: o Haiti. Este mesmo país foi o receptor, já no ano de 2006, do projeto argentino Prohuerta (*Pró-Horta*), reconhecido regionalmente por sua capacidade para avançar no âmbito da segurança alimentícia.

Ao longo do ano de 2007 a Espanha contribuiu para o impulso de três projetos de Cooperação Triangular. Dois deles, os executados pelo Brasil e pelo Chile, tiveram de novo, como destino final, o Haiti. Através destes, o Haiti pôde beneficiar-se da experiência brasileira no setor da silvicultura e da chilena na área meio ambiental. Finalmente a Espanha facilitou ao México a execução de um projeto destinado ao fortalecimento de suas Administrações Públicas em vários países centro-americanos e caribenhos. Segundo dados disponíveis, o financiamento disponibilizado pela Espanha para estas três ações alcançou, no mínimo, 350.000 euros.

Durante o ano de 2008, a quantidade de ações de Cooperação Triangular que a Espanha impulse na região poderia aumentar. De fato, e segundo declara a própria Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), ao longo do presente exercício abriram-se negociações para apoiar projetos da Colômbia, Costa Rica, Cuba e República Dominicana no mesmo Haiti; assim como do Chile na Bolívia e do Uruguai em Honduras.

Mais pontual é a cooperação brasileira. Ao menos no âmbito exclusivamente ibero-americano e para o ano de 2007², somente ficaram registrados dois Cursos para Terceiros Países organizados junto à Agência de Cooperação Japonesa no Equador e no Peru. O mesmo pode ser dito de El Salvador, que também registra, de novo em colaboração com o Japão, duas ações de *Cooperação Triangular* destinadas às suas vizinhas Guatemala e Honduras.

Por sua parte, a Costa Rica e Cuba também agem como segundos *sócios ofertantes* em alguma triangulação. Neste caso, o grosso do financiamento procede da Alemanha e da Bélgica e a ação se destina, respectivamente, à transferência de experiências para a Bolívia e Equador.

Quadro III.2. O financiamento da Cooperação Triangular: algumas cifras

Tal como acontece com a Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, não existem muitos dados sobre o custo econômico ao que ascendem as ações de Cooperação Triangular. De fato e para o ano 2007, só existem algumas cifras referidas a parte das ações executadas pelo Chile e o México.

Ações de Cooperação Triangular financiadas pelo Alemanha e o Chile. 2007

<i>Sócio Receptor</i>	<i>Tipo de ação</i>	<i>Contribuição sócios ofertantes</i>
El Salvador	Programa para Moradias Sociais	43.854 US\$
Colômbia	Projeto delineamentos de ordenação territorial	25.418 US\$
R. Dominicana	Transferência experiências em área de jovens em situação de pobreza	12.958 US\$

Fonte: SEGIB a partir das Agências de Cooperação e/ou Direções Gerais de Cooperação

Efetivamente, a tabela anterior recolhe informação referida a três das ações de Cooperação Triangular que o Chile ofereceu, conjuntamente com a Alemanha, em El Salvador, Colômbia e República Dominicana. Segundo valorações dos dois sócios ofertantes, os recursos econômicos mobilizados para cada uma destas ações oscilam entre os 13.000 dólares destinados à ação realizada na República Dominicana e os quase 45.000 dólares correspondentes à ação executada em El Salvador.

Cursos Para Terceiros Países organizados pela Agência de Cooperação Japonesa (JICA) e o México. 2007

<i>Sócios Receptores</i>	<i>Nome do curso</i>	<i>Contribuição dos sócios ofertantes</i>
Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, Colômbia, Equador, Cuba, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela	Curso internacional de capacitação em ensaios não destrutivos	1.212.548,14 US\$
Bolívia, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá e República Dominicana*	Curso internacional de capacitação em técnicas de prevenção e controle de câncer de colo uterino	1.210.228,13 US\$
Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá	Curso internacional sobre conectividade e gestão de áreas protegidas no Corredor Biológico Mesoamericano	984.696,70 US\$
Argentina, Bolívia, Chile, Guatemala, Colômbia, Costa Rica, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela	Curso internacional de capacitação em robótica aplicada	862.011,00 US\$
Argentina, Bolívia, Chile, Costa Rica, Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Panamá, Peru, e Venezuela*	Curso internacional multidisciplinário sobre programas de proteção civil e prevenção de desastres	85.000,00 US\$

* Belize também registra-se como sócio receptor

Fonte: SEGIB a partir das Agências de Cooperação e/ou Direções-Gerais de Cooperação

As cifras anteriores contrastam com as destinadas ao financiamento dos Cursos Internacionais para Terceiros Países organizados conjuntamente entre o México e a Agência de Cooperação Japonesa (JICA). A tabela anterior recolhe a informação referida a cinco destes cursos, dos quais participaram simultaneamente vários países ibero-americanos. Como observa-se, os 85.000 dólares destinados ao curso dedicado à capacitação em sistemas de prevenção e proteção civil frente a desastres naturais, constituem uma cifra que por si só iguala à soma do financiamento destinado a sufragar os três projetos chileno-alemães antes mencionados. Esta cifra, no entanto, é muito inferior à destinada a cada um dos outros cursos, os quais registram financiamentos que oscilam entre os mais de 850.000 dólares destinados ao curso sobre robótica aplicada e os mais de 1.210.000 dólares destinados, em cada caso, aos cursos de capacitação em ensaios não destrutivos e de técnicas de prevenção e controle do câncer de colo uterino.

Pouco pode ser dito dos recursos econômicos mobilizados para financiar todas essas ações. Existe sim alguma informação, contudo, sobre algumas das ações participadas pelo Chile e pela Alemanha, por um lado, e México e Japão, pelo outro. Como observa-se no Quadro III.2, com apenas uma parte do total de ações realizadas (as correspondentes às cinco capacitações que japoneses e mexicanos impulsionaram simultaneamente em vários países ibero-americanos), alcança-se uma cifra mais que notável, de mais de 4.350.000 dólares.

Em contraste, existem informações muito detalhadas sobre os setores de atividade nos quais concentra-se a *Cooperação Triangular* na Ibero-América. Antes de identificar estes setores, cabe assinalar, contudo, as particularidades que condicionam o perfil setorial da *Cooperação Triangular*. Neste sentido, o fato desta modalidade de cooperação se concentrar em uns setores e não em outros tem a ver, logicamente, com o perfil de capacidades setoriais que apresenta cada um dos principais sócios ofertantes (a título de exemplo, com a reconhecida experiência da Argentina na agricultura; as do Chile -e do próprio Japão- na pesca; a da Costa Rica no meio ambiente; ou de Cuba na saúde). Porém a este fator deve ser acrescentado ademais e tal como se observará a seguir, o modo no qual influi a causa que origina a *Cooperação Triangular* (a busca de apoio financeiro para ações que, em todo caso poderiam ser *Horizontal Bilateral*). Dito em outros termos, o maior custo econômico destas ações coincide com o fato de que se trate de atividades de "uma maior complexidade", entendendo por esta, por exemplo, um maior conteúdo científico ou tecnológico. É o caso, a título de ilustração, das atividades realizadas no âmbito da agricultura. Dos sete projetos registrados na região no ano de 2007, seis dedicam-se à capacitação técnica no âmbito da sanidade animal e/ou vegetal, uma capacitação cujo resultado somente é efetivo se ademais dota-se aos *sócios receptores* de equipamentos técnicos dos quais geralmente carecem. A doação destes equipamentos costuma recair no primeiro *sócio ofertante*.

A soma destes fatores explica porque, no ano de 2007, a maioria das ações realizadas sob esta modalidade de cooperação tenha centrado-se no âmbito do meio ambiente. Destaca-se entre estas a transferência da reconhecida experiência da Costa Rica na luta contra a Mudança Climática. A Bolívia constituiu-se como *sócio receptor* desta ação, cujos 18.000 dólares de custo foram assumidos pela Alemanha (Quadro III.3).

Outra parte importante da *Cooperação Triangular* concentrou-se no setor agrícola. Tal como já se comentou, quase todas as ações realizadas neste âmbito relacionaram-se ao correto diagnóstico e tratamento daquelas doenças (ou pragas) de origem animal e/ou vegetal que possam afetar a saúde humana através do consumo de alimentos. Os avanços nesta matéria (custosos em termos econômicos) são fundamentais para garantir tanto o acesso da população a alimentos de qualidade como a inserção do país em mercados externos com fortes exigências fito-sanitárias. Um bom exemplo disso pode ser o projeto PROMESA executado por Argentina e Japão no Peru (Quadro III.4).

Também no âmbito da cooperação econômica destacam-se os projetos relacionados à pesca. Não estranha ademais, que parte destes projetos surja da colaboração entre Japão (proprietário da maior frota pesqueira do mundo) e Chile (oitavo exportador mundial de produtos pesqueiros).³ Com um perfil mais heterogêneo destacam-se, finalmente, as ações de *Cooperação Triangular* realizadas no âmbito da saúde (também da reprodutiva); o fortalecimento institucional; e a prevenção de desastres.

Quadro III.3. Cooperação Triangular e pagamento de serviços ambientais: a extensão dos compromissos contra a mudança climática. O caso do projeto Alemanha–Costa Rica–Bolívia

Em 1992 a Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (CMMAD) celebrava no Rio de Janeiro sua denominada Cúpula da Terra. Nessa Cúpula 178 países reuniram-se para discutir sobre três dos grandes problemas meio-ambientais que já então castigavam o planeta: o aquecimento global da atmosfera e a consequente mudança climática; a incipiente desertificação de grandes extensões de terreno (especialmente no continente africano); e o perigo de extinção que enfrentam uma grande quantidade de espécies animais e vegetais, com o que isto implica em termos de perda de biodiversidade. A entrada destas problemáticas na agenda mundial supunha também um passo adiante no questionamento da relação que deve ser estabelecida entre os modelos de crescimento e de desenvolvimento econômico e da preservação do meio ambiente.

Nesse mesmo ano de 1992, um dos países que assumiu o compromisso de cumprir com os acordos emanados da Cúpula do Rio foi a Costa Rica. Ao ser assumido este compromisso foi formalizada a aposta do estado costarricense em implementar instrumentos econômicos que facilitassem a luta contra a mudança climática. Assim, uma das principais ações da Costa Rica consistiu no impulso definitivo a um sistema que vinha ensaiando desde 1979: o denominado Sistema Nacional de Pagamentos Ambientais.

Um sistema com estas características consiste, basicamente, na articulação de um conjunto de incentivos (e desincentivos) econômicos que ajudem a preservar o Meio Ambiente. No caso específico da Costa Rica, este sistema consiste no pagamento de serviços ambientais a proprietários de bosques e plantações para os quais certificaram-se uma ação de preservação do meio ambiente; um pagamento financiado através do Fundo Nacional de Financiamento Florestal (FONAFIFO), cujos recursos procedem do dinheiro que o Ministério da Fazenda arrecada através dos impostos ao consumo de combustíveis e hidrocarbonetos. Atualmente os serviços ambientais suscetíveis de serem compensados economicamente consistem na: mitigação de emissões de gases de efeito de inversão térmica; proteção da água para uso urbano, rural ou hidroelétrico; proteção da biodiversidade; e conservação da beleza cênica natural para finalidades turísticas e científicas (Chaves e Lobo, 2000).

Neste sentido, no ano de 2006 as conversas mantidas entre os governos da Alemanha e da Costa Rica deram lugar à constituição de um Fundo para projetos de *Cooperação Triangular*. No âmbito deste Fundo, e já no ano de 2007, a Alemanha concordou em financiar um projeto de *Cooperação Triangular* com a Costa Rica como *segundo sócio ofertante* e a Bolívia como *sócio receptor*. Tal projeto, cuja execução iniciou-se no ano de 2008, foi concebido para que os costarricenses trasladassem aos Bolivianos sua experiência no pagamento de serviços ambientais e no reflorestamento de seus bosques. A execução do projeto (estimada em cerca de 17.329 dólares) concentrou-se, fundamentalmente, em assistências técnicas na gestão de projetos agro-florestais a funcionários da Bolívia.

Fonte: Direção de Cooperação Internacional da Costa Rica

Quadro III.4. Cooperação Triangular e melhora da sanidade animal: entre a soberania alimentícia e a inserção nos mercados externos. O caso do projeto Japão–Argentina–Peru

Tal como já se evidenciou na análise setorial realizada para a *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral*, as ações realizadas no âmbito da agricultura podem estar relacionadas a fases e objetivos muito distintos de seu ciclo de atividade. O mesmo acontece nos projetos agrícolas realizados sob uma modalidade *Triangular*. Uma mostra disso é o Projeto PROMESA (*PROMESSA*), que Japão e Argentina executaram entre 2003 e 2006 no andino Peru.

O projeto Promesa nasceu para fortalecer o sistema nacional de sanidade animal da República do Peru. Neste sentido, um sistema nacional de sanidade animal que garanta o controle e a prática de erradicação das doenças de origem animal serve, basicamente, a dois objetivos econômicos bem distintos: a segurança alimentícia da população nacional e a correta inserção nos mercados de exportação regional e internacional.

Assim e durante quatro anos, a capacitação técnica prestada pelos profissionais argentinos junto à doação de equipamentos valorados em 300.000 dólares por parte da Agência de Cooperação Japonesa (JICA) permitiu que, em princípios de 2007, o Peru passasse a dispor de uma boa rede nacional de laboratórios veterinários. Tal rede é constituída por cerca de 24 estações que, distribuídas ao longo de todo o país, encarregam-se de mandar as correspondentes mostras ao organismo público responsável por centralizar os diagnósticos (o denominado Serviço Nacional de Sanidade Agrária ou SENASA, por suas siglas). Este organismo (com uma capacidade de diagnóstico substancialmente melhorada) analisa as mostras e informa diariamente qual é o status sanitário do país. Graças ao trabalho realizado nestes últimos anos, doenças como a febre aftosa têm sido erradicadas. Também a cólera suína entrou em processo de erradicação.

Como resultados indiretos deste processo aumentaram as garantias de uma alimentação segura e de qualidade para a população peruana. Ademais, foram superadas barreiras fito-sanitárias que impediam uma correta penetração dos produtos peruanos de origem animais nos mercados centro americanos, andinos e japoneses.

Fonte: Agência Peruana de Cooperação Internacional (APCI) e entrevistas ao pessoal da SENASA

Participação dos Organismos Intergovernamentais na Cooperação Triangular

Embora ainda que de maneira incipiente, os organismos intergovernamentais têm participado como primeiro *sócio ofertante* em vários projetos de *Cooperação Triangular*. Estes organismos puderam exercer este papel aproveitando, em primeiro lugar, sua maior disponibilidade financeira, mas também as capacidades que desenvolveram nos setores aos quais em muitas ocasiões está associada sua atividade principal. Exemplo disso serão, por exemplo, as ações promovidas pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

Tabela III.5. Cooperação Triangular, organismos intergovernamentais e Ibero-América. 2007

	PRIMEIRO SÓCIO OFERTANTE	SEGUNDO SÓCIO OFERTANTE	SÓCIO RECEPTOR	ATIVIDADE	SETOR DE ATIVIDADE	DIMENSÃO COOPERATIVAÇÃO
Organismos dependentes das Nações Unidas	FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação)	CHILE	GUATEMALA	Programa de Assistência Técnica e Capacitação para o Fortalecimento dos Projetos de Segurança Alimentícia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Alimentação (MAGA)	Agricultura	Econômica
	PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)	CHILE E NICARÁGUA	COSTA RICA	Capacitação sobre Mecanismos Estratégicos de Gestão e Coordenação da Cooperação Internacional	Governo e sociedade civil	Outra
	UNFPA (Fundo de população das Nações Unidas)	BRASIL	EQUADOR	Capacitação, treinamento e sensibilização sobre dinâmicas demográficas	População e saúde reprodutiva	Social
Organismos regionais americanos	IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura)	CHILE	PARAGUAI	Plano de Capacitação e Atualização de funcionários técnicos	Agricultura	Econômica
	OEA (Organização de Estados Americanos)	COSTA RICA	EL SALVADOR	Meio ambiente e turismo ecológico	Meio ambiente	Outra
Outros	União Européia	URUGUAI	PERU	Estágio de artesãos peruanos do setor têxtil na Cooperativa "Manos de Uruguay"	Indústria	Econômica

Fonte: SEGIB a partir de Agências de Cooperação e/ou Direções Gerais de Cooperação

A Tabela III.5 resume as ações que ocorreram no âmbito Ibero-Americano. Como observa-se, nestas ações participaram dois tipos de organismos: por um lado, os internacionais dependentes do sistema das Nações Unidas (a já mencionada FAO junto ao Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento –PNUD– e o Fundo de Populações das Nações Unidas –UNFPA–); e por outro lado os regionais, entre os quais cabe diferenciar os que desenvolvem sua atividade no continente americano (a também mencionada IICA e a Organização dos Estados Americanos –OEA–) e os que atuam em outras regiões (a União Européia, cuja Comissão é ademais o primeiro doador multilateral para a Ibero-América).⁴

O país que em mais ocasiões exerceu o papel de *segundo sócio ofertante* foi o Chile, cujas ações têm sido possíveis através da colaboração com a FAO, PNUD e IICA. Os *sócios receptores* têm sido respectivamente, a Guatemala, Equador e Paraguai. Por sua parte, a Nicarágua, Costa Rica e Uruguai têm promovido também alguma ação de Cooperação Triangular, desta vez colaborando com o PNUD, OEA e com a UE. Os beneficiários dos correspondentes projetos têm sido os centro-americanos Costa Rica (que, como observa-se, participa em duas ações exercendo dois papéis bem distintos) e El Salvador, mais o Peru.

Os dois projetos agrícolas (os que a FAO e a IICA promovem através do Chile na Guatemala e no Paraguai) constituem projetos de longa duração cuja execução prolongou-se, pelo menos, durante o biênio 2006-2007. O mesmo acontece com a cooperação triangulada com a UNFPA. Neste âmbito de colaboração, as capacitações realizadas pelo Brasil no Equador para melhorar a saúde reprodutiva⁵ também foram registradas em 2006.

O resto dos projetos consta como iniciados ao longo deste 2007. Trata-se das capacitações do Chile e da Nicarágua promovidas pelo PNUD no âmbito do fortalecimento das instituições costarriquenhas responsáveis pela Cooperação Internacional; do projeto da Costa Rica financiado pela OEA na promoção de um turismo respeitoso para com o Meio Ambiente; e do estágio uruguaio em cooperativas têxteis peruanas realizada com o apoio da UE.

NOTAS

¹ O Japão impulsiona a Cooperação Triangular usando duas modalidades: a primeira consiste na organização, junto a outro sócio ofertante, de Cursos Internacionais para Terceiros Países; a segunda baseia-se em uma seqüência de transferências de experiências, desde o Japão ao novo sócio ofertante e desde este segundo a um novo sócio receptor.

² Não se incluem aqui as ações incluídas no Quadro III.1 nas quais a Espanha atua como primeiro sócio ofertante e o Brasil como segundo. Opta-se por isto porque o receptor, Haiti, não faz parte da Conferência Ibero-Americana.

³ Dados procedentes dos informes da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) (www.fao.org/fishery/es).

⁴ Dados do Comitê de Ajuda ao desenvolvimento (CAD) em <http://stats.oecd.org>.

⁵ Também poderiam ser incluídas aqui as ações que o Brasil tem promovido em distintos países para estender os Bancos de Leite Humano, já que muitos deles contam também com a doação de equipamentos por parte da UNICEF.

CAPÍTULO IV
COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL REGIONAL:
ANÁLISE DE CASOS

Introdução

Este capítulo aborda a *Cooperação Horizontal* que se realiza em diversos sistemas de acordos e integração regional. Não se trata de uma análise em profundidade, que se reunirá em edições futuras deste Relatório, mas sim uma primeira aproximação à cooperação técnica e financeira que se desenvolve no seio destes sistemas.¹ Concretamente, o que se pretende é conhecer como funcionam os sistemas de cooperação de alguns organismos regionais e explorar se tal modo de funcionamento realiza-se conforme os critérios de horizontalidade.

Neste sentido, assume-se que os sistemas de integração regional realizam uma cooperação de caráter horizontal quando, com independência da fonte de financiamento, os países participantes em cada sistema:

- **acordam de maneira conjunta as estratégias e planos de desenvolvimento que incluem as áreas prioritárias onde centrar a cooperação;**
- **desenham os programas, contando para tal com o apoio técnico das secretarias de cada sistema;**
- **executam os programas (maioritariamente) através das administrações responsáveis das políticas públicas correspondentes, com o apoio administrativo e técnico das secretarias que assumem, além disso, um papel coordenador e articulador.**

Para este capítulo optou-se por estudar os mecanismos e programas de cooperação que se desenvolvem no âmbito dos seguintes organismos regionais: Comunidade Andina (CAN); Sistema de Integração Centro-Americano (SICA); Mercado Comum do Sul (MERCOSUL); Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA); e a Conferência Ibero-Americana. A escolha destes organismos justifica-se pelo tipo de programas de cooperação que se desenvolveram até agora. É que, no âmbito destes organismos, os países ibero-americanos levam anos desenvolvendo aqueles programas de cooperação setorial que lhes permitem abordar desafios comuns que transcendem as fronteiras nacionais e cuja solução requer necessariamente uma atuação de caráter regional.

Para este efeito, os programas impulsionados (participados por governos e organizações sociais, assim como por outras administrações públicas) têm favorecido a convergência entre países e, com isto, a integração e o desenvolvimento regional. Também, sua formulação tem facilitado a captação de recursos da cooperação internacional dirigidos a programas regionais. Ainda assim e tal como se comprovará em seguida, a cooperação internacional não tem sido a única fonte de financiamento da qual se tenham provido os programas regionais. De fato, as fontes de financiamento dos Programas abordados nestes sistemas são variáveis.

Nos casos de SICA e CAN, os programas são financiados combinando-se os fundos que provêm da cooperação internacional (UE, Japão, Espanha e Estados Unidos, entre outros) com outros procedentes de uma contribuição variável de cada país participante. O MERCOSUL funciona de maneira parecida, especialmente no que se refere à sua cooperação técnica. Ademais, no ano de 2005 o Fundo de Convergência Estrutural (FOCEM) pôs em andamento uma iniciativa que avança na direção de compartilhar recursos entre os países membros.

No caso dos programas que se impulsionam no âmbito da ALBA e que priorizam os setores sociais e energéticos, apenas existe financiamento da cooperação internacional, sendo esta assumida pelos próprios países participantes e destacando-se as contribuições econômicas da Venezuela e dos recursos humanos e técnicos com os quais Cuba contribui.

Finalmente, cabe assinalar a especificidade no financiamento dos Programas que os países desenvolvem no âmbito

da Conferência Ibero-Americana; programas articulados pela Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB). A singularidade neste caso, em relação aos outros sistemas mencionados, é a presença, como parte do sistema, da Espanha e Portugal, doadores tradicionais da cooperação internacional e que contribuem, especialmente a Espanha, com uma porcentagem notável do financiamento dos Programas Ibero-Americanos.

Comunidade Andina (CAN)

SISTEMA DE COOPERAÇÃO

A Comunidade Andina dispõe de um Sistema de Cooperação Técnica Internacional que está alinhado com o programa de trabalho da Secretaria-Geral da Comunidade Andina e que permite ampliar e completar as atividades de integração em diversos setores.

Desde 2003 encontra-se ativo um Comitê Andino de Titulares de Organismos de Cooperação Internacional da Comunidade Andina que, entre outras funções tem a de coordenar, intercambiar experiências e estabelecer estratégias e prioridades regionais frente à negociação com os doadores da cooperação internacional. Este Comitê também mostrou seu interesse no fortalecimento da Cooperação Sul-Sul na sub-região andina.

A CAN conta com numerosos órgãos setoriais, de governo e colaboração, dos quais emergem propostas de programas que são canalizadas através da Secretaria-Geral da CAN aos doadores bilaterais como Espanha, Finlândia, França e Estados Unidos e multilaterais como a União Européia (UE), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial, entre outros. Tal como já se avançou, estes doadores financiam uma parte dos programas enquanto os países membros da CAN assumem o resto.

A execução dos Programas de Cooperação é coordenada pela Secretaria-Geral da CAN e desenvolvida de forma paralela nos países andinos (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela em alguns casos), realizando-se em muitas ocasiões atividades típicas da Cooperação Horizontal através das quais os países compartilham recursos e experiências.

A Secretaria-Geral conta, além disso, com uma Unidade de Cooperação Técnica que apóia e dá seguimento aos programas e projetos.

ÁREAS E PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO

No âmbito da CAN, os países andinos cooperam em diversos setores que vão do desenvolvimento fronteiriço à cooperação policial e judicial ou à promoção da democracia e os direitos humanos. Entre os programas que se encontram em execução, destacam-se:

- **ANDESTAD:** Projeto de cooperação em matéria de estatísticas, financiado pela UE e que conta com a participação dos Institutos Nacionais de Estatística dos países membros que intercambiam técnicos, sistemas e experiências no âmbito deste Programa. A UE contribui com 5 milhões de euros e os membros da CAN 3 milhões, parte em dinheiro e parte em espécie.
- **PREDECAN:** Apoio à prevenção de desastres na Comunidade Andina. Sua origem encontra-se em várias Conferências organizadas pelas instituições de Defesa e Proteção Civil da sub-região e que derivaram na criação, em 2002, de um Comitê Andino para a Prevenção e Atenção de Desastres (CAPRADE). Este Comitê preparou uma Estratégia andina neste campo, que hoje é considerada a política setorial andina em matéria de prevenção e atenção de desastres. O Programa está financiado pela UE (9,4 milhões de euros) e pelos países andinos participantes (3 milhões

de euros). O programa conta com uma Entidade Gestora dentro da Secretaria-Geral da CAN, embora se apóie nos delegados do CAPRADE para a execução que designam um Coordenador Nacional em cada país.

- **ORDENAMENTO JURÍDICO.** Este programa aspira a fortalecer e aperfeiçoar o Sistema de Solução de Controvérsias e a capacitar distintos atores dos países membros nas ferramentas e instrumentos jurídicos comunitários da institucionalidade supranacional da CAN. Financiado pela AECID espanhola, este programa realiza numerosas atividades de cooperação técnica horizontal entre os países membros, incluindo cursos e intercâmbios no âmbito jurídico.
- **AGENDA AMBIENTAL ANDINA.** O consenso entre as autoridades ambientais da CAN tem servido para coordenar esforços dirigidos ao projeto de políticas regionais em temas ambientais. Um dos frutos desta Agenda é o Programa Araucária, financiado pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) e cuja implantação está a cargo da Secretaria-Geral da CAN em coordenação com o Comitê Andino de Autoridades Ambientais. O programa inclui sete linhas de ação em campos como a gestão de áreas protegidas e sistemas de conservação, a gestão integral do ciclo da água ou a mudança climática.

Existem outros programas significativos no âmbito da participação da sociedade civil no processo de integração regional (SOCICAN), no das drogas sintéticas ilícitas, da assistência técnica ao comércio e na ação humanitária frente a desastres naturais. Também está em andamento a Rede dos Mecanismos Andinos da Mulher. A constituição desta Rede e a atividade associada a ela (Quadro IV.1) constituem um bom exemplo de um futuro *Programa de Cooperação Horizontal*, originado nas instituições dos países em uma área crucial para o desenvolvimento da região.

Quadro IV.1. A Rede dos Mecanismos Andinos da Mulher

Em fevereiro de 2007 teve lugar em Cartagena de Indias (Colômbia) o primeiro Encontro de Ministras da Mulher da Região Andina, no qual foram estabelecidas as linhas de trabalho para a construção conjunta de uma Agenda Andina de Equidade: participação política, violência contra as mulheres e direitos econômicos e sociais.

Neste âmbito e com o apoio financeiro da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), iniciou-se a execução de várias ações, incluindo o mapeamento da situação dos Mecanismos da Mulher nos países andinos e a celebração de foros sub-regionais de intercâmbio de experiências.

O segundo Encontro das Ministras da Mulher que ocorreu em Santa Cruz de la Sierra (Bolívia) conseguiu consolidar este grupo de trabalho, formalizando-se a constituição da Rede Inter-governamental de Mecanismos Nacionais para o Avanço das Mulheres na Região Andina. Também foi adotado um plano de ação a curto prazo e foram estabelecidas alianças através da participação do Chile na Rede e da assistência do COMMCA centro-americano ao Encontro. A coordenação e secretaria técnica desta Rede foram designadas ao Conselho Nacional das Mulheres (CONAMU) do Equador. Ainda que a Rede vá a manter sua atividade própria, ficou decidido manter-se uma estreita coordenação com o âmbito regional estabelecido no espaço Ibero-Americano pelas reuniões das Ministras de Gênero das quais a Espanha participa, país com cujo Instituto da Mulher foram estabelecidas várias atividades de intercâmbio e formação.

As linhas de trabalho estabelecidas no plano de ação foram ampliadas ao campo do fortalecimento institucional, dos Direitos em Saúde, Saúde sexual e reprodutiva, educação e trabalho e emprego das mulheres.

Fonte: Conselho Nacional da Mulher (CONAMU) do Equador

Sistema de Integração Centro-Americana (SICA)

SISTEMA DE COOPERAÇÃO

A informação entregue pela Secretaria-Geral do SICA para a elaboração deste Relatório indica que a Direção-Geral de Cooperação desta Secretaria encontra-se realizando esforços para concretizar um Sistema de Cooperação. Tal sistema incluirá um Sistema de Informação da Cooperação Regional (SICOR), que contribuirá, por sua vez, com o manejo, coordenação e ordenamento da cooperação internacional dirigida à região Centro-Americana. Sua entrada em funcionamento estava prevista para a partir de junho de 2008.

Cabe destacar que esta região está fazendo esforços notáveis por harmonizar e alinhar a cooperação que recebe. De fato, em maio de 2006 ocorreu em Viena o Foro Especial de Harmonização e Alinhamento da Cooperação Regional da América Central, cuja reunião de seguimento está prevista para 2008. O processo impulsionado a partir deste Foro se dirige a ordenar a informação e a fortalecer a gestão técnica e financeira que a América-Central recebe, especialmente daquelas atividades e programas que sejam regionais.

A Direção de Cooperação Internacional coordena com as instituições regionais adscritas ao SICA: SISCA (Cultura), SIECA (Economia), COMMCA (Mulher), AEA (Meio Ambiente) e outras, a formulação, gestão e seguimento dos projetos e programas que são executados em nível regional. Estas instituições do Sistema Centro-Americano, ativas em diversos âmbitos, articulam-se, por sua vez, com os ministérios setoriais correspondentes.

A cooperação é financiada por doadores e instituições internacionais, como a UE, a Espanha, o BID e outros. Outros países latino-americanos apóiam também vários programas e iniciativas regionais. Destacam-se entre estes os denominados Programas Mesoamericanos, co-financiados pelo México e SICA e articulados através do *Foro de Tuxla* (Quadro IV.2).

Quadro IV.2. O Foro de Tuxla e os Programas Mesoamericanos

O Mecanismo de Diálogo e Acordos de Tuxla é o foro de coordenação política e de cooperação entre o México e os países centro-americanos membros do SICA. Nas Cúpulas bianuais de Tuxla acordam-se os sucessivos Programas Mesoamericanos de Cooperação. Atualmente está vigente o Programa 2007-2008.

A seguir estão reunidos alguns exemplos de projetos ativos no âmbito do Programa Mesoamericano através dos quais o México apóia diversas áreas da integração e o desenvolvimento centro-americano:

- **Intercâmbio acadêmico ANUIES- CSUCA.** Com o objetivo de criar e consolidar relações de colaboração entre as instituições de educação superior mexicanas e centro-americanas a fim de incrementar o intercâmbio de experiências de conhecimento, melhores práticas e fortalezas
- **Educação Intercultural bilíngüe.** Projeto que tem como objetivo elevar a qualidade da educação que se oferece à população indígena mediante o fortalecimento, projeto, desenvolvimento e assessoria para a definição de propostas pertinentes cultural e lingüisticamente a esta população. São realizadas atividades como a Oficina de ensino do espanhol como segunda língua.

Quadro IV.2. O Foro de Tuxtla e os Programas Mesoamericanos (continuação)

- Manejo de bacias hidrológicas, projeto que pretende propiciar o intercâmbio de experiências no manejo integral da água por bacias conhecendo, revisando e analisando suas estruturas, formas de organização, âmbito legal e os aspectos relacionados à água e a mudança climática.

- **Rede Mesoamericana de recursos bióticos.** Desenvolve linhas de geração e aplicação do conhecimento, assim como de formação em desenvolvimento sustentável.

O México dedica recursos financeiros e técnicos a estes e outros projetos no âmbito mesoamericano: por exemplo, 163.000 dólares para cursos de competência econômica, turismo e governabilidade; 425.000 dólares para projetos no âmbito educativo, a saúde e o meio ambiente.

ÁREAS E PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO

Atualmente encontram-se ativos até 108 projetos e programas regionais administrados da maneira indicada no item anterior. Destacam-se os 47 em Meio Ambiente, 10 em Turismo, 18 na área econômica e 12 nos setores sociais e culturais.

Na área do fortalecimento da *Cooperação Horizontal* entre os países centro-americanos cabe destacar um projeto no campo do intercâmbio de melhores práticas, preparado em 2002 pelos governos e pela Secretaria-Geral do SICA e cujo financiamento externo foi assumido por Taiwan por um valor de 1,5 milhões de euros. A Secretaria-Geral reúne em seu portal web as ofertas de *Cooperação Horizontal* – até 38 melhores práticas em diversas áreas que realizam os países membros, acordando-se bilateralmente entre os países as ações de cooperação exigidas que se concretizam na transmissão de conhecimentos, metodologias e práticas nos setores ofertados.

Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)

SISTEMA DE COOPERAÇÃO

Existe um Comitê de Cooperação Técnica do Mercosul cuja atribuição é realizar a identificação, escolha, negociação, aprovação, seguimento e avaliação das ações horizontais de cooperação técnica do Mercosul e com países de fora da zona, associações regionais e organismos internacionais assegurando, entre outras coisas, que cumpram com os objetivos de fortalecimento da integração regional. A prioridade é dada às exigências formuladas pelos órgãos governamentais e técnicos dos Estados Parte do Mercosul sobre as ofertas de órgãos de fora da região.

O Comitê de Cooperação Técnica estabeleceu algumas diretrizes que devem ser priorizadas na hora de abordar estes Programas. Trata-se das seguintes:

- Integração do bloco
- *Cooperação Horizontal*

- **Transparência**
- **Desburocratização e simplificação da gestão**
- **Sinergia entre os projetos**

Similarmente ao que ocorre nos casos da CAN e do SICA, a maior parte dos programas e projetos de cooperação executados no seio do Mercosul co-financiam-se com países e organismos internacionais de fora da região, especialmente a UE e o BID. Desde 2005, além disso, um número crescente de projetos vem sendo financiados com contribuições variáveis dos países membros de Mercosul através do denominado Fundo de Convergência Estrutural (FOCEM), posto em andamento em 2005 e cujo funcionamento está detalhado no Quadro IV.3.

A execução de projetos e programas é coordenada pelos órgãos do Mercosul e articulada com as instituições correspondentes dos Estados Parte. Através destes programas, o Mercosul privilegia a assistência técnica dos países com as maiores economias da região para as menores. De fato, nesta cooperação regional têm-se desenvolvido experiências bem sucedidas de transferências de capacidades das instituições da Argentina e do Brasil às do Paraguai e Uruguai. Ainda assim, o Mercosul identifica a Cooperação Sul-Sul como um desafio a seguir desenvolvendo no seio do Comitê de Cooperação Técnica.

ÁREAS E PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO

Dentre os diversos programas de cooperação técnica executados e em execução no seio do Mercosul, cabe destacar os realizados em setores econômicos e comerciais. Concretamente, devem ser destacados os projetos de apoio à harmonização e cooperação estatística e aduaneira – com o objetivo de conseguir-se um mercado único –; à integração do Sistema Financeiro; e à harmonização de padrões e procedimentos sanitários, veterinários, fito-sanitários e alimentícios. Também outros programas se referem à Cooperação Parlamentar; à dimensão sócio-trabalhista do Mercosul (Assuntos Trabalhistas, Emprego e Segurança Social), à Rede de Biotecnologia; e ao Espaço de Mobilidade Acadêmica.

Quadro IV.3. O Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM)

O Mercosul tem avançado na hora de compartilhar recursos e experiências entre seus Estados Parte, fortalecendo a *Cooperação Horizontal* através do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM). Este Fundo foi criado em 2005 com a finalidade de diminuir as condições assimétricas existentes entre as diferentes regiões do Mercosul e assim garantir que os benefícios resultantes da ampliação dos mercados sejam plenamente aproveitados.

O FOCEM é administrado a partir da Secretaria do Mercosul e tem uma vigência de 10 anos. Após dois anos de contribuições menores, a partir de 2008 os Estados Parte contribuíram com 100 milhões de dólares segundo as seguintes porcentagens: Argentina, 27%; Brasil, 70%; Paraguai, 1% e Uruguai, 2%.

Estes fundos aplicam-se em caráter não reembolsável a projetos apresentados por cada um dos Estados Parte de acordo com as seguintes porcentagens: Argentina, 10%; Brasil, 10%; Uruguai, 32% e Paraguai, 48%. Em qualquer caso os Estados devem ocupar-se diretamente de 15% dos gastos escolhidos e da totalidade dos não escolhidos.

Quadro IV.3. O Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) (continuação)

O FOCEM financia projetos que se atenham a uma série de requisitos indicados em seus regulamentos e que se enquadrem no âmbito dos seguintes Programas:

- Programa de Convergência Estrutural
- Programa de Desenvolvimento da Competitividade
- Programa de Coesão Social
- Programa de Fortalecimento da Estrutura Institucional e do processo de Integração

Nos países têm-se criado unidades técnicas do FOCEM vinculadas à secretaria do MERCOSUL e que se ocupam em selecionar os projetos apresentados pelas entidades públicas em função de sua viabilidade e cumprimento dos requisitos do Fundo.

Até finais de 2007 o FOCEM havia aprovado 18 projetos por um total de 142 milhões de dólares, incluindo a contrapartida nacional. Alguns destes projetos encontram-se em execução, já tendo recebido os primeiros desembolsos. Entre estes cabe destacar a "Identificação das Necessidades de Convergência Estrutural do MERCOSUL", cujos resultados permitirão orientar melhor os recursos do FOCEM neste campo.

A maior parte dos projetos apoiados localizam-se nas regiões menos desenvolvidas do Paraguai e do Uruguai, centrando-se nos setores econômicos, de infra-estruturas e de fortalecimento institucional.

Em alguns casos, os projetos abrem-se à participação de Estados associados ao Mercosul, como é o caso do "Programa de Ação Mercosul Livre de Febre Aftosa" do qual participam os Estados Partes e a Bolívia. O Programa, financiado em parte pelo BID, conta com uma contribuição de mais de 16 milhões de dólares do FOCEM assumindo os países participantes o restante dos custos (por exemplo, a Bolívia contribui com 2 milhões de dólares).

O FOCEM é um dos poucos exemplos na América Latina de Fundo no qual os países da região são os principais contribuintes. Tem caráter redistributivo ao interior da sub-região e tenta melhorar o desenvolvimento e promover a integração alcançando uma maior convergência entre as regiões do Mercosul. Seu orçamento é limitado, se compara-se com os de fundos com objetivos similares em espaços como o europeu. Contudo, é um passo muito significativo na América Latina quanto a compartilhar recursos e apoio a programas que combinam a cooperação técnica com a financeira.

Alternativa Bolivariana Para os Povos de Nossa América (ALBA)

SISTEMA DE COOPERAÇÃO

A Alba é um sistema de integração que enfatiza a luta contra a pobreza e a exclusão social. Na busca por este resultado, a Alba aposta por substituir o atual modelo de crescimento dos países (um modelo considerado dependente do exterior) por outro que potencialize o desenvolvimento endógeno nacional e regional: dito em outros termos, um modelo que permita aos países aproveitar suas capacidades e complementá-las produtivamente para alcançar um crescimento que redunde no bem-estar de todos os habitantes da região.

Funciona através do trabalho coordenado entre os governos de seus países membros. Entre 20 e 21 de setembro de 2007, todos eles aprovaram, em Havana, a criação de uma Secretaria-Técnica que deveria funcionar subordinada aos Conselhos de Ministros e de Presidentes. Pela evolução que seguiu seu próprio processo de ampliação (acordo inicial entre Cuba e a Venezuela e posterior adesão da Bolívia, Nicarágua, Dominica e Honduras, em ordem cronológica) os projetos de cooperação que se desenvolvem em seu seio têm um formato que muitas vezes corresponde ao próprio da *Cooperação Horizontal Bilateral* e inclusive *Triangular* (Quadro IV.4).

Quadro IV.4. O ALBA e o Programa de Alfabetização "Eu Sim Posso"

O programa de alfabetização "Eu Sim Posso" nasceu de uma iniciativa da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. Cuba, o país artífice deste Programa, já o implantou em 28 países em desenvolvimento (15 da América Latina, 5 do Caribe, 5 da África Subsaariana, 1 da Ásia, 1 da América do Norte e 1 da África do Norte). Resultado desta experiência, a cooperação cubana conseguiu alfabetizar mais de 3,2 milhões de pessoas.

A efetividade do método utilizado explica porque alguns dos países inicialmente receptores tenham replicado a experiência e se tenham convertido também em ofertantes de Cooperação Horizontal para com outros países em desenvolvimento. É o caso da Venezuela que, após declarar seu território "livre do analfabetismo", aplicou esta mesma experiência em países como a Bolívia e a Nicarágua.

A seqüência de réplicas e a colaboração que os distintos países vêm estabelecendo entre si, têm feito com que este programa de alfabetização termine enquadrando-se em um sistema regional. Assim, as iniciativas bilaterais combinam-se agora com outras cujo âmbito regional de referência é a ALBA.

A título de ilustração, profissionais cubanos e venezuelanos trabalham agora conjuntamente na aplicação deste programa de Alfabetização em outro país membro da ALBA como é a Bolívia. Concretamente, nestes momentos, entre 20 e 50 assessores venezuelanos e entre 130 e 150 cubanos assessoram os capacitadores e supervisores bolivianos responsáveis por aplicar o Programa em distintas comunidades deste país andino.

A Venezuela complementa sua contribuição em termos de recursos humanos com outra financeira. De fato, todo o orçamento destinado à implantação do programa entre os anos 2006 e 2008 (ver tabela seguinte) é assumido integralmente pela Venezuela. Com estes recursos cobrem-se todos os gastos de capacitação dos cursos.

Quadro IV.4. O ALBA e o Programa de Alfabetização "Eu Sim Posso" (continuação)

ANO	ORÇAMENTO	
	MOEDA NACIONAL (BOLIVIANOS)	EUROS
2006 (executado)	3.782.475 Bs	373.282 € ¹
2007 (executado)	17.115.115 Bs	1.563.389 € ²
2008 (em execução)	14.652.369 Bs	1.336.807 € ³

(1) (2) (3) Conversão da taxa de cambio vigente na datas 31/12/2006, 31/12/2007 e 9/07/2008, respectivamente

Fonte: Vice-Ministério de Inversão Pública e Financiamento Externo da Bolívia

Para finais de 2008, espera-se que a aplicação do Programa "Eu Sim Posso" tenha permitido alfabetizar (maioritariamente em espanhol, mas também em línguas quechua e aymara) a 823.256 bolivianos de 327 municípios. A finais de dezembro de 2007, tinham-se alfabetizado já a 601.650 pessoas de 107 municípios bolivianos. A meados de julho de 2008 estima-se que a população de 200 municípios encontre-se alfabetizada por completo e que faltem menos de 100.000 cidadãos para incorporar aos cursos. Estima-se, pois que a finais de dezembro do presente ano consiga-se declarar também a Bolívia território "Livre de Analfabetismo" (Granma, 9 de julho de 2008).

IDIOMA CAPACITAÇÃO	BENEFICIÁRIOS CAPACITAÇÕES			
	TOTAL GRADUADOS	ALUNOS DESMOBILIZADOS	DESMOBILIZADOS / GRADUADOS (%)	LOCALIDADES
Castelhano	601.650	24.204	4,02%	23.131
Aymara	22.101	nd	nd	778
Quechua	13.183	nd	nd	597

Fonte: Vice-Ministério de Inversão Pública e Financiamento Externo da Bolívia

Fonte: Entrevista com o Ministério da Educação da Bolívia

ÁREAS E PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO

O aproveitamento das vantagens existentes explica o perfil setorial da cooperação que se realiza no âmbito deste sistema. De fato, a maioria da cooperação relaciona-se com o âmbito energético (aproveitando assim o grande potencial da Venezuela), assim como no social (educação, saúde e esportes, nos quais Cuba mostra enormes vantagens).

Destacam os acordos energéticos destinados a garantir o fornecimento estável e a preços preferenciais do petróleo; os programas de alfabetização (Programa "Eu Sim Posso" do Quadro IV.4 e *Misiones Robinson*, entre outras); assim como os de saúde (Missão Milagre para as operações oftalmológicas a população de baixos recursos, por nomear alguns).

Conferência Ibero-Americana

SISTEMA DE COOPERAÇÃO

Já anteriormente à primeira Cúpula Ibero-Americana, celebrada em Guadalajara (México) em 1991, os países Ibéricos e Latino-Americanos colaboravam em diversos programas e projetos conjuntos. A continuidade anual das Cúpulas deu cobertura e impulso político a esta incipiente cooperação e o Convênio de Bariloche, aprovado em 1995 e ratificado pelos países Ibero-Americanos, estabeleceu o âmbito legal e definiu os princípios e aspectos básicos da chamada desde então Cooperação Ibero-Americana.

Com o passar dos anos e a criação da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) em 2005, esta cooperação evoluiu abrindo-se a novos setores, fortalecendo seus processos e promovendo a qualidade e o rigor de suas atuações.

Uma de suas singularidades é o requisito de que, para serem respaldados pela Cúpula, os Programas Ibero-Americanos devem contar com a participação de sete ou mais países (três ou mais, no caso das Iniciativas Ibero-Americanas), que contribuem com sua execução.

A gênese dos programas se produz:

- Em um país Ibero-Americano que oferece replicar em outros países um programa que teve bons resultados.
- A partir da colaboração de vários países em um setor concreto e da necessidade de formalizar-se esta colaboração e projetá-la de forma mais sistemática.
- Ou bem como parte dos acordos estabelecidos nas reuniões ministeriais setoriais que ocorrem no âmbito Ibero-Americano a cada um ou dois anos e que reúnem os ministros e ministras de áreas concretas.

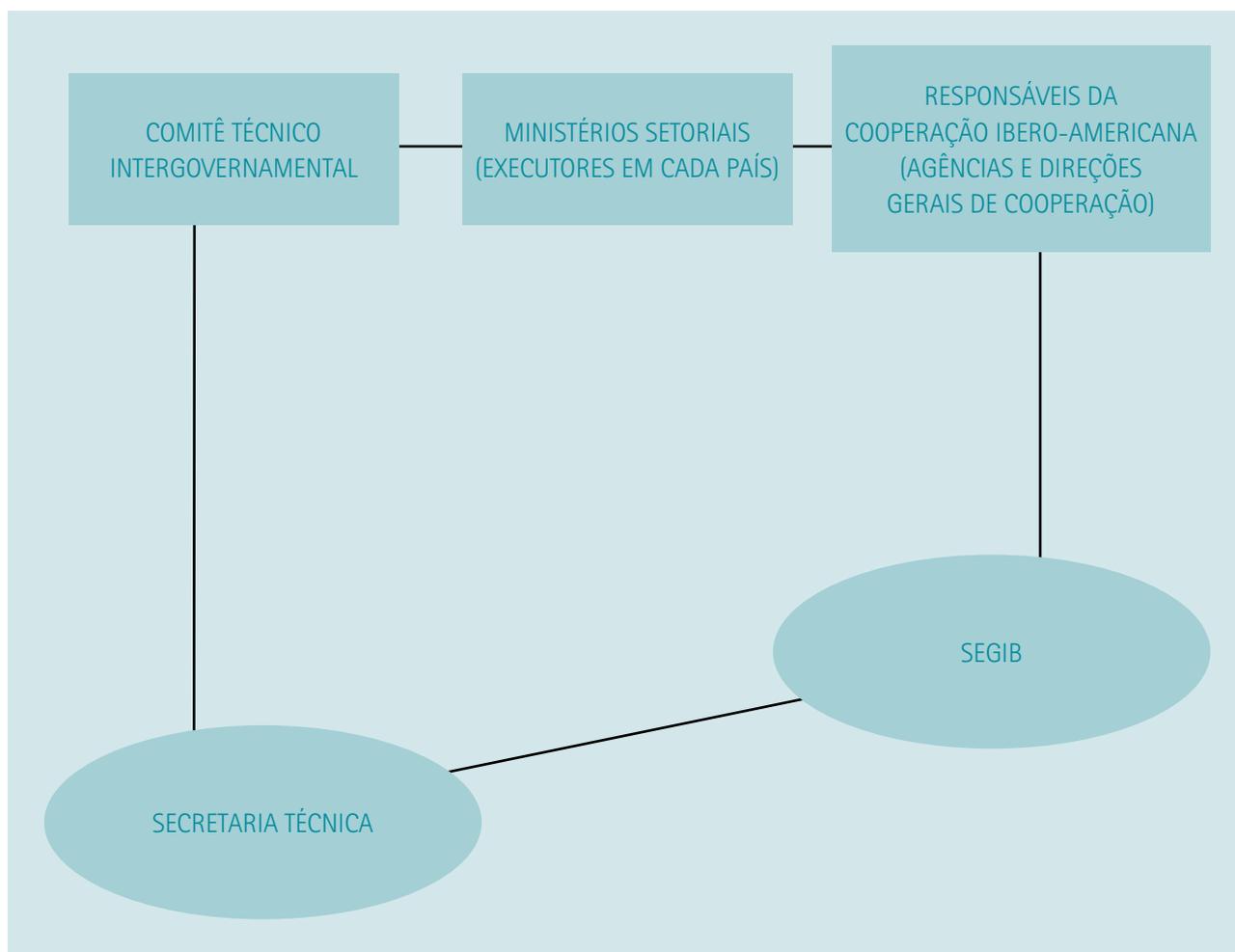
Do trabalho de outros organismos Ibero-Americanos como a OEI (Educação), a OISS (Segurança Social) e a OIJ (Juventude) emergem também propostas de programas que normalmente são apresentadas e respaldadas em seu caso, pela reunião ministerial correspondente.

Os proponentes são os encarregados de projetar e formular o novo Programa que, se cumpre com os requisitos estabelecidos no Manual Operativo da Cooperação Ibero-Americana, se apresenta aos 22 países membros para que considerem sua participação e, finalmente, sua aprovação.

São os próprios países Ibero-Americanos os que contribuem com os recursos econômicos, humanos e técnicos necessários para sua execução. Todos os países que participam devem contribuir, ainda que a contribuição seja diferente em função das capacidades de cada país. Tradicionalmente tem sido a Espanha a fonte principal, ainda que nunca única, de recursos econômicos. Contudo e de maneira crescente, outros países como Brasil, Chile, Colômbia, México ou Venezuela, estão assumindo compromissos notáveis e a liderança de alguns Programas Ibero-Americanos.

Para facilitar a gestão do Programa, cria-se uma pequena secretaria técnica que somente em casos excepcionais situa-se na SEGIB. O normal é que a secretaria seja autônoma, podendo estar situada também em um Ministério de um país impulsor do Programa ou em outro organismo ibero-americano. Em qualquer caso, esta secretaria técnica coordena e executa algumas atividades regionais do Programa. Entretanto, o grosso da execução é realizado pelos próprios governos, integrando as atividades do Programa na política pública setorial correspondente e com o apoio das estruturas comuns das que o Programa dispõe.

Esquema IV.1. Estrutura típica de um Programa Ibero-Americano



Fonte: SEGIB

O Esquema IV.1 mostra a estrutura típica de um Programa Ibero-Americano. No mesmo recolhe-se o Comitê Técnico ou Intergovernamental do Programa, órgão do governo do mesmo e no qual participam em pé de igualdade dois países ibero-americanos ativos nesse Programa. Também aparecem os Responsáveis da Cooperação, órgão formal da Conferência Ibero-Americana no qual participam os 22 países, representados pelos Diretores da Cooperação de cada um deles e que são responsáveis frente à Cúpula Ibero-Americana da qualidade e a correta execução dos Programas.

ÁREAS E SETORES DA COOPERAÇÃO

A Tabela IV.1 mostra os Programas, Iniciativas e Projetos adscritos atualmente vigentes nas áreas Social, Cultural e Econômica. A categoria de Projetos adscritos à Cúpula Ibero-Americana corresponde a atuações realizadas por organizações sociais, empresas e administrações descentralizadas. Os Programas e Iniciativas correspondem-se a atuações lideradas pelos governos, ainda que abertas à participação de outros atores.

Tabela IV.1. Programas, Iniciativas e Projetos adscritos à Cúpula Ibero-Americana. 2008

	ÁREA CULTURAL	ÁREA SOCIAL	ÁREA ECONÔMICA
PROGRAMAS IBERO-AMERICANOS	IBERMEDIA (cinema) IBERCENA (artes cênicas) RILVI (repertório do livro) PICBIP (bibliotecas públicas) ADAI (arquivos nacionais) RADI (arquivos diplomáticos)	IBERGOP (Escola Ibero-Americana de Governo e Políticas Públicas) TEIB (Televisão Educativa) FORMAÇÃO EM POLÍTICAS DE INFÂNCIA PLANO IBERO-AMERICANO DE ALFABETIZAÇÃO BANCOS DE LEITE HUMANO	IBERPME (pequena e média empresa) CYTED (ciência e tecnologia)
INICIATIVAS IBERO-AMERICANAS	IBERMUSEUS	BOLSA "PABLO NERUDA" APOIO AO CONVÊNIO DE SEGURANÇA SOCIAL FORMAÇÃO EM GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	CIBIT (formação em busca de patentes)
PROJETOS ADSCRITOS		UNIÃO IBERO-AMERICANA DE MUNICIPALISTAS (UIM) VIRTUAL EDUCA	IBEREMPRENDE (empreendimento juvenil) IBERQUALITAS (premio qualidade) CIDEU (desenvolvimento estratégico urbano)

Fonte: SEGIB

O orçamento executado pela Cooperação Ibero-Americana em 2007 foi de 18 milhões de dólares, o qual é só uma parte dos recursos que se movem ao redor dos Programas Ibero-Americanos. Existem outras ações executadas dentro dos países e como parte das agendas nacionais articuladas ao redor dos Programas.

No futuro, esta Cooperação aspira a manter a qualidade de suas atuações e a aprofundar seu caráter horizontal contribuindo a fortalecer as capacidades institucionais dos governos e as organizações dos países Ibero-Americanos.

Avanços e desafios da Cooperação Horizontal Regional na Ibero-América

A cooperação de caráter horizontal no âmbito dos sistemas de integração e concertação desenvolveu-se de maneira notável nos últimos anos. Com especificidades próprias de cada um dos sistemas, todos aumentaram sua capacidade para identificar necessidades comuns, formulá-las e negociá-las para alcançar seu financiamento combinando contribuições próprias com recursos externos da cooperação internacional.

Ainda que o financiamento provenha majoritariamente de fontes externas a cada sub-região, os programas e projetos de cooperação impulsionados no marco dos sistemas analisados permitiram não só abordar desafios comuns, como também compartilhar experiências e recursos técnicos, isso através do trabalho que conjuntamente empreenderam as instituições responsáveis em cada país no setor abordado por cada programa. Esta primeira análise realizada permitiu detectar várias das áreas e programas nos quais os países estão socializando estas experiências e transferindo assim suas capacidades àqueles países que, pertencendo ao mesmo marco regional, mostram um menor desenvolvimento setorial.

Compartilhar necessidades, prioridades e planos está permitindo avançar na coordenação e ordenamento da cooperação internacional que chega a estas sub-regiões e que, no caso da CAN e da América Central, ainda supõe um volume muito significativo de recursos.

Desta primeira análise emergem ademais alguns desafios nos quais se aprofundará em futuras edições deste Relatório:

- Dentro de cada sistema se poderá fortalecer de maneira mais explícita a *Cooperação Horizontal* entre os países, adotando mecanismos estáveis de colaboração entre países membros em cada programa que se aborde e independentemente de sua fonte de financiamento.
- As secretarias-gerais de cada sistema podem desenvolver uma maior capacidade de acompanhar estes processos de *Cooperação Horizontal*, não tanto desenvolvendo experiência e capacidade executora completa em cada setor e programa abordado, quanto na função de articular e promover a colaboração entre os países membros, fortalecendo também seu papel de seguimento, gestão administrativa e avaliação.
- Ainda que continue-se utilizando a cooperação internacional como fonte de recursos, é importante que os países membros, especialmente os de maior capacidade econômica, avancem na hora de contribuir com fundos próprios a estes programas de cooperação, não apenas em forma de contrapartida local ou de recursos técnicos, mas também ao orçamento central de cada um deles.
- Os sistemas de informação destes mecanismos de cooperação compartilham desafios similares aos dos países membros, deixando a desejar memórias simples e homogêneas dos programas que incluam seus resultados, assim como os recursos empregados, tanto da cooperação internacional como dos países participantes.

NOTAS

¹ A informação utilizada para elaborar este capítulo procede, principalmente, das Secretarias destes mesmos sistemas de acordos e integração regional.

CAPÍTULO V
*BOAS PRÁTICAS EM
COOPERAÇÃO HORIZONTAL E TRIANGULAR*

Para um Banco de Boas Práticas?

A melhora na efetividade das ações enquadradas no âmbito da cooperação entre países em desenvolvimento passa pela identificação daquelas experiências que respondam a um padrão de Boas Práticas. A constituição de um Banco que reúna este tipo de experiências constitui, pois, um passo importante para um cenário no qual o intercâmbio de cooperação entre estes países alcance os que seriam seus melhores resultados.

A construção de um Banco de Boas Práticas requer selecionar previamente os critérios que permitam qualificar uma experiência de cooperação como uma "boa prática", uma "melhor prática" ou uma "experiência bem sucedida", entre outras denominações. De fato não existe, até o momento, um consenso geral sobre quais devam ser estes critérios. O debate divide-se entre os que defendem que o que se deve ter em conta é avaliar qual impacto os projetos provocam; os que defendem que o elemento de valoração fundamental deva ser que tanto a gênese quanto a execução dos projetos respondam a uma determinada maneira de proceder; e os que preferem, finalmente, combinar ambas as opções.

Neste cenário alguns países ibero-americanos deram seus primeiros passos na direção de seu próprio Banco de Boas Práticas. É o caso da Colômbia e da Costa Rica, dois países que converteram sua experiência passada em uma ferramenta que lhes ajude a melhorar os resultados de sua cooperação futura (Quadro V.1 e Quadro V.2). Contudo, os passos que estes dois países têm dado não têm uma transcendência exclusivamente nacional. Muito pelo contrário, ambas as experiências são uma contribuição ao que, sem dúvida, é um dos desafios da cooperação na Ibero-América: a construção de um Banco regional de Boas Práticas.

Quadro V.1 A Colômbia e seu "Catálogo de Experiências Bem Sucedidas para a Cooperação Sul-Sul"

Já há alguns anos, a Direção de Cooperação Internacional de Ação Social da Colômbia edita anualmente seu "Catálogo de Experiências Bem Sucedidas para a Cooperação Sul-Sul". Tal catálogo reúne cerca de 400 experiências de cooperação executadas pela Colômbia e que, por diversos motivos, são consideradas bem sucedidas.

O objetivo desta compilação é que os possíveis sócios conheçam as fortalezas técnicas, experiências bem sucedidas e possibilidades de intercâmbio que a *Cooperação Horizontal Bilateral* colombiana oferece. Neste sentido, a Colômbia considera que este catálogo constitui um documento chave nas comissões mistas, reuniões bilaterais ou outros cenários nos quais programa-se a cooperação técnica com países de similar nível de desenvolvimento.

Para que o catálogo resulte em um instrumento realmente efetivo:

- As experiências de cooperação são classificadas segundo 18 áreas de atividade, entre as quais destacam-se as destinadas ao fortalecimento da administração geral e as relacionadas aos setores agropecuário, da educação, saúde e meio ambiente. Obtém-se assim um ótimo perfil das capacidades que a Colômbia conseguiu desenvolver setorialmente.

- Na informação publicada aparecem, ademais, dados da entidade colombiana que possui a experiência; uma descrição detalhada da oferta proposta em suas modalidades possíveis (estudos, especialistas, estágios, cursos ou oficinas, intercâmbio de experiências); assim como os resultados previstos. O acesso a esta informação facilita e agiliza a solicitação de cooperação do possível recebedor.

Fonte: Boletim de Cooperação Internacional (www.accionsocial.gov.co/documentos/Boletin-Sep-06)

Quadro V.2. A Costa Rica e seu "Programa de Transferência de Boas Práticas"

No ano de 2003 e com o objetivo de que os esforços que muitos países dedicam à Cooperação para o Desenvolvimento sejam aproveitados da maneira mais efetiva possível, a Direção de Cooperação Internacional do Ministério de Relações Exteriores e Culto da Costa Rica assumiu a responsabilidade de impulsionar e coordenar o Programa "Costa Rica -Transferência de suas Melhores Práticas". Respeitando com isso os princípios de solidariedade e horizontalidade sobre os quais tal Direção foi criada em 1995, o Programa impulsiona-se para que *"a transferência da oferta técnica (costarriquenha) de melhor qualidade, (...) contribua solidariamente para os esforços de desenvolvimento de outros países de dentro e de fora da região"* latino-americana. Segundo este objetivo e dada a experiência deste país, o Programa nutre-se de Boas Práticas realizadas sob a modalidade de Cooperação Triangular.

O programa configura-se à título de Banco de Boas Práticas sob um formato que, como no caso colombiano, permite aos países interessados conhecer com maiores detalhes os projetos dos quais possam participar, seja contribuindo com fundos ou como *sócio receptor*. Os critérios para que um projeto seja incluído no Programa e conseqüentemente apresentado ao resto de possíveis sócios referem-se à:

- Participação de uma instituição costarriquenha consolidada e de prestígio, cujo programa de cooperação esteja perfeitamente definido.
- Qualificação do projeto como identificável; assim como a perfeita definição de seus objetivos, resultados esperados e possível relação entre os custos a assumir e os benefícios a serem obtidos.

Atualmente participam deste Programa onze instituições nacionais. Todas estas concentram sua atividade naquelas áreas nas quais o país considera que sua experiência tenha sido positiva e deseja compartilhar com outras nações, com a colaboração de um terceiro sócio que possa prover a cooperação econômica. Estas áreas com especial potencial referem-se à educação; controle do meio ambiente; saúde; atividades da micro, pequena e média empresa; tecnologias da informação e desenvolvimento comunal.

Fonte: Direção de Cooperação Internacional do Ministério de Relações Exteriores e Culto da Costa Rica

O presente capítulo supõe um primeiro passo nesta direção. Assim, este capítulo apresenta alguns dos projetos de *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* e de *Cooperação Triangular* que os países ibero-americanos identificaram como *"experiências bem sucedidas"*. A descrição destes projetos, junto com o contraste dos critérios utilizados para sua escolha, contribuirá para avançar posições na construção da que, sem dúvida, será uma ferramenta útil para a melhora da efetividade da cooperação na Ibero-América.

Boas Práticas de *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral*

As Tabelas V.1 e V.2 reúnem alguns dos projetos que os países Ibero-Americanos têm assinalado como Boas Práticas da *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral*. A análise sobre o tipo de informação que os países têm dado ao referirem-se a cada um destes projetos permite obter algumas conclusões de caráter geral acerca de como e por quê uma experiência de cooperação passa a ser considerada sob esta denominação.

Assim e a grandes traços, uma primeira observação de tal informação permite afirmar que:

- A consideração de um projeto como Boa Prática deve proceder, preferentemente, dos *sócios receptores* e não dos *sócios ofertantes*.
- A valoração dos projetos deve tentar combinar dois tipos de critérios: os referentes ao impacto obtido; e os concernentes ao modo como procedeu-se tanto durante a gênese quanto durante o desenvolvimento da ação de cooperação.

O anterior, entretanto, admite algumas observações e ressalvas. Neste sentido e em termos do impacto provocado pelo projeto, quase todos os países coincidem em assinalar que o importante de um projeto é que consiga deixar instalada uma nova capacidade. É o caso, a título de ilustração e como observa-se na Tabela V.1, do fortalecimento e profissionalização das instituições públicas responsáveis pelo setor turístico na Guatemala, após aprender com a experiência mexicana; ou do acesso à alfabetização de parte da população da República Dominicana após a incorporação destes ao método de ensino promovido pela cooperação cubana.

A Colômbia vai um pouco mais além e desagrega os impactos provocados pelo projeto em função do nível da estrutura política e econômica ao qual afetem. Concretamente e como observa-se na Tabela V.2, este país diferencia o impacto provocado pelos projetos executados conforme afetem os níveis produtivo, institucional ou empresarial. Assim, por exemplo, ao detalhar os resultados derivados da execução do projeto brasileiro "Formulação do Programa Distrital de Reciclagem de Bogotá", a Colômbia distingue entre: a consolidação de um modelo de reciclagem de resíduos sólidos (nível produtivo); as capacitações dos técnicos de Bogotá implicados (nível institucional); e as novas relações que possam estabelecer-se entre os atores (públicos e privados) que participam do projeto (nível empresarial).

Tabela V.1. Boas Práticas de Cooperação Horizontal Bilateral, segundo sócio receptor

V.1. A. Boas Práticas com a Bolívia e Nicarágua como sócios receptores

		PROJETO 1: "PORTAL EDUCATIVO EDUCA BOLÍVIA"	PROJETO 2: "FORMULAÇÃO E AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS"
DESCRIÇÃO	Sócios	Chile (sócio ofertante) Bolívia (sócio receptor)	México (sócio ofertante) Nicarágua (sócio receptor)
	Em que consiste?	Implementar o Portal Educativo "EDUCA BOLÍVIA"; um portal destinado a dar serviço aos professores, estudantes e famílias dos escolares em todo o território boliviano	Estágio de três funcionários nicaraguenses no México sobre formulação e avaliação de programas e projetos sociais
	Área atividade	Educação	Fortalecimento institucional
VALORAÇÃO	Gêneses	O projeto origina-se na solicitação do Ministério da Educação e Cultura da Bolívia à cooperação chilena	Apresentado pelo Ministério do Trabalho (MITRAB) ao Ministério das Relações Exteriores da Nicarágua em 2006, para ser considerado na VII Comissão Mista entre o México e a Nicarágua, na qual se compromete à Cooperação Técnica-Científica do Biênio 2006-2008
	Resultados	Consegue-se criar um portal que inclui informações úteis e serviços para os três grupos antes destacados (estudos sobre pedagogia ou como tratar ou educar as crianças, entre outros). Acede-se através da web do Ministério (www.minedu.gov.bo). Graças ao projeto também obtém-se 40 computadores para escolas que não dispunham deles	Com a capacitação que receberam os funcionários, adquiriram-se conhecimentos teóricos e práticos de ferramentas, métodos e técnicas modernas para a elaboração e avaliação de projetos sociais que contribuam ao desenvolvimento institucional e ao mercado trqbalista do país. Por isso o Ministério do Trabalho poderá incorporar em suas políticas e programas elementos que melhorem a intermediação trabalhista, das relações trabalhistas e o programa de gênero que contribua ao impulso de igualdade de oportunidades

V.1. B. Boas Práticas com a Guatemala e a República Dominicana como sócios receptores

		PROJETO 1: "FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES RELACIONADAS COM A ATIVIDADE TURÍSTICA"	PROJETO 2: "PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO EU SIM POSSO"
DESCRIÇÃO	Sócios	México (sócio ofertante) Guatemala (sócio receptor)	Cuba (sócio ofertante) República Dominicana (sócio receptor)
	Em que consiste?	Capacitação e estágios para a adequação de normativas que regulam o funcionamento de atividades turísticas	O programa busca, em sua fase piloto, diminuir a taxa de analfabetismo de dois bairros marginais da Província de Santo Domingo Este (El Capotillo e Los Minas) e dois dos municípios mais pobres do país, El Seibo e Monte Plata, cujas taxas de analfabetismo são as mais altas do país (25,5% e 17,9%, respectivamente)
	Área atividade	Turismo	Educação
VALORAÇÃO	Resultados	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de uma Proposta de Regulamento de Marinhas Turísticas - Fortalecimento e desenvolvimento local em turismo. - Profissionalização da administração dos trabalhadores do Instituto guatemalteco de turismo 	Incorporação de parte da população a um processo de alfabetização, através de um método de ensino de provada eficácia. Contribuem ademais à definição de um modelo de multiplicação de conhecimentos

Fonte: Ministério de Educação e Cultura da Bolívia; Secretaria de Cooperação Externa do Ministério das Relações Exteriores da Nicarágua; Secretaria de Planejamento e Programação da Presidência (SEGEPLAN) da Guatemala (2008) e Secretaria de Estado de Economia, Planejamento e Desenvolvimento da República Dominicana

Tabela V.2. Boas Práticas de Cooperação Horizontal Bilateral, com a Colômbia como sócio receptor

		PROJETO 1: "SEGURANÇA ALIMENTÁRIA-PROHUERTA"	PROJETO 2: "FORMULAÇÃO DO PROGRAMA DISTRITAL DE RECICLAGEM DE BOGOTÁ"
DESCRIÇÃO	Sócios ofertante	Argentina	Brasil
	Em que consiste?	Transferência de experiências no âmbito da segurança alimentícia, produção de alimentos e desenvolvimento infantil em comunidades socialmente vulneráveis e deslocadas e/ou vulneradas pela violência	Formular um Programa Distrital de Reciclagem que permita que a cidade de Bogotá alcance uma reciclagem coordenada e organizada tanto em nível individual como em nível empresarial, por sua vez ajustado ao Programa Nacional de Reciclagem (PRN)
	Área atividade	Agricultura	Meio Ambiente
VALORAÇÃO	Gênese	Inicia-se como consequência da missão técnica de funcionários do ICBF –Instituto Colombiano de Bem-estar Familiar– e da RESA –Programa Rede de Segurança Alimentícia– da Agência Presidencial para a Ação Social e a Cooperação Internacional da Colômbia a Buenos Aires. Depois da visita a Colômbia solicita cooperação	Nasce à raiz da necessidade de proteger o meio ambiente, especialmente em uma cidade como Bogotá, com altos índices de contaminação. Na busca de uma solução para melhorar a qualidade ambiental e salvar o meio ambiente, encontrou-se a possibilidade de cooperar com o Brasil, com algumas boas experiências neste tema.
	Resultados	<p>EM NÍVEL PRODUTIVO:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Introdução de metodologia para a captação e/ou difusão dos temas vinculados à problemática alimentícia - Consolidação da proposta técnica e metodológica para aplicar ao Programa Rede de Segurança Alimentícia - Aquisição de conhecimentos modelo cooperativo para a produção de sementes e variedade, implementados nos modelos de auto-consumo <p>EM NÍVEL INSTITUCIONAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Implementação e manejo dos subsídios dos programas chefas e chefes como seu direcionamento ao programa FAMILIAS - Capacitação inicial de cinco técnicos colombianos e seis argentinos 	<p>EM NÍVEL PRODUTIVO:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Contratação da coleta de maneira coordenada e organizada - Consolidação de estratégias e modelos de reciclagem para alcançar um manejo eficiente com resíduos sólidos orgânicos e recicláveis - Melhora da mentalidade recicladora na população de Bogotá <p>EM NÍVEL INSTITUCIONAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Articulação de diferentes atores - Criação da Unidade Executiva de Serviços Públicos (UESP) do Programa Distrital de Reciclagem do Distrito Capital - Capacitação de 3 técnicos colombianos <p>EM NÍVEL EMPRESARIAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Envolvem-se recicladores em temas associativos e empresariais - Alcança-se a vinculação com o setor privado para a contratação da coleta de maneira coordenada e organizada

Fonte: Agência Presidencial para a Ação Social e a Cooperação Internacional da Colômbia

A avaliação dos resultados obtidos acompanha-se, às vezes, de outros elementos de valoração:

- **A sustentabilidade do resultado.** Muitos países insistem em assinalar que a instalação de uma capacidade deve ir acompanhada da dotação ao receptor daquelas ferramentas (técnicas, humanas e inclusive financeiras) que garantam sua continuidade no tempo.
- **A capacidade de réplica.** O fato de que um sócio receptor seja capaz, após a execução de um projeto, de replicá-lo como *ofertante* a outro novo *sócio receptor*, atuaria como aval para que, efetivamente, o projeto inicialmente executado responda a uma Boa Prática.
- **A apropriação do projeto.** Assumir responsabilidades compartilhadas na execução da cooperação tanto por parte do ofertante como do beneficiário; assim como a garantia de que este último exercerá uma autoridade efetiva sobre os resultados do projeto; são outros dos elementos que avalizariam a consideração de uma ação como "bem sucedida".

Finalmente, cabe fazer referência às questões de procedimento às quais os países aludem no momento de identificar uma Boa Prática. Conforme as respostas obtidas, os países referem-se, fundamentalmente, a aspectos relacionados à gênese do projeto: concretamente, a sua passagem por Comissões Mistas ou órgãos de negociação similares; e ao fato de que a solicitação emane do *sócio receptor*. É o caso do projeto "Formulação e avaliação de programas e projetos sociais" executado pelo México na Nicarágua e negociado em sua VII Comissão Mista bilateral; e da implantação do Portal Educativo "Educa-Bolívia", nascido da solicitação do Ministério de Educação e Cultura deste país andino a seu vizinho chileno.

Boas Práticas de *Cooperação Triangular*

As Tabelas V.3 e V.4 reúnem agora alguns dos projetos de *Cooperação Triangular* que têm sido considerados Boas Práticas por parte dos países ibero-americanos. Uma primeira observação do conteúdo dessas tabelas sugere que, neste caso, os países não estão incluindo em sua valorização as questões referentes ao desenvolvimento do projeto. De momento parece, pois, que sua escolha fundamenta-se unicamente nos resultados obtidos.

Por exemplo, Honduras seleciona como Boa Prática um projeto cubano com financiamento alemão. Segundo este país centro-americano, este projeto destaca-se por sua capacidade de ter melhorado as condições de saúde das populações das comunidades beneficiárias; uma melhora que se fez notar, muito especialmente, através da positiva evolução dos indicadores de saúde materno-infantil. O mesmo acontece com a valoração que El Salvador fez do projeto que o México executou (com financiamento japonês) no âmbito da prevenção de desastres. Segundo El Salvador, tal projeto conseguiu incrementar a capacidade técnica, profissional e logística do país em tudo o que se refere à construção de moradias que resistam melhor aos abalos próprios de um fenômeno sísmico.

Tabela V.3. Boas Práticas de Cooperação Triangular, segundo sócio receptor

V.3.A. Boa Prática com o Equador como sócio receptor

		"PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO PARA AS COOPERATIVAS DE PESCADORES ARTESANAIS DE ESMERALDAS"
DESCRIÇÃO	Sócios	Japão (<i>primeiro sócio ofertante</i>); Chile (<i>segundo sócio ofertante</i>); Equador (<i>sócio receptor</i>)
	Em que consiste?	Desenvolver capacidades técnicas nas cooperativas beneficiárias; alcançar seu fortalecimento organizacional; a geração de utilidades de negócios; e a sensibilização das normas de sustentabilidade ambiental
	Área atividade	Pesca
VALORAÇÃO	Resultados	<ul style="list-style-type: none"> - Incremento da sustentabilidade econômica das cooperativas - Fortalecimento de suas organizações - Incorporação das mulheres nas cooperativas - Geração de novos empregos - Melhora dos preços na comercialização de produtos - Sensibilização no uso racional dos recursos pesqueiros - Aplicação de tecnologias que incorporam valor ao produto

V.3.B. Boa Prática com Honduras e El Salvador como sócios receptores

		PROJETO 1: "MELHORA DA TECNOLOGIA PARA A CONSTRUÇÃO E DIFUSÃO DA MORADIA POPULAR SISMO - RESISTENTE"	PROJETO 2: "MODELO DE INTERVENÇÃO IMPLEMENTADA PARA A MELHORA DA SAÚDE DE COMUNIDADES HONDURENHAS"
DESCRIÇÃO	Sócios	Japão (<i>primeiro sócio ofertante</i>); México (<i>segundo sócio ofertante</i>); El Salvador (<i>sócio receptor</i>)	Alemanha (<i>primeiro sócio ofertante</i>); Cuba (<i>segundo sócio ofertante</i>); Honduras (<i>sócio Receptor</i>)
	Em que consiste?	Na criação de um centro de investigação responsável de gerar informação e proporcionar recomendações para reduzir a vulnerabilidade, e portanto o risco, das edificações frente a desastres. O objetivo consiste em mitigar os danos causados pelos terremotos à população de baixos recursos de El Salvador, e especificamente, melhorar a resistência das moradias populares ante os eventuais terremotos	Implementado em uma zona da Biosfera do Rio Plátano, pretende melhorar a saúde dessas populações e diminuir as mortes por doenças prevalentes nessas comunidades como tuberculose, malária, diarreias, desnutrição, anemias e o HIV/AIDS, assim como a alta mortalidade materno infantil
	Área atividade	Prevenção de desastres	Saúde
VALORAÇÃO	Resultados	<ul style="list-style-type: none"> - Transferência de conhecimentos e técnicas para a implementação de quatro sistemas de construção - Construção e equipamento de dois Laboratórios (um de Estruturas Grandes e outro de Mesa Inclínável) - Reformulação das normas e leis de construção em El Salvador - Criação de uma estratégia de difusão em rádio, televisão e meios impressos para que a população conheça os resultados do projeto - Constituição de um sistema efetivo de colaboração interinstitucional (dependências de governo, instituições acadêmicas e organizações não governamentais) 	O projeto conseguiu mudanças radicais na melhora da saúde destas comunidades com impacto e sustentabilidade

Fonte: Ministério das Relações Exteriores de El Salvador; Secretaria Técnica e de Cooperação Internacional de Honduras; Ministério das Relações Exteriores, Comércio e Integração do Equador

Tabela V.4. Boa Prática de Cooperação Triangular, com o Peru como sócio receptor

		PROJETO: "DESENVOLVIMENTO AQUÍCULTURA DA CONCHA DO ABANICO PARA OS PESCADORES ARTESANAIS DE CASMA"				
DESCRIÇÃO	Sócios	Japão (<i>primeiro sócio ofertante</i>); Chile (<i>segundo sócio ofertante</i>); Peru (<i>sócio receptor</i>)				
	Em que consiste?	Assistência técnica na área do Cultivo de Moluscos e do Fortalecimento Institucional. Seu objetivo principal é estabelecer a aquícultura como eixo da atividade econômica das comunidades receptoras (dito em outros termos, estabelecer um modelo de produção na pesca artesanal)				
	Área atividade	Pesca				
AVALIAÇÃO	Indicador	<i>Pertinência</i>	<i>Efetividade</i>	<i>Eficiência</i>	<i>Impacto</i>	<i>Sustentabilidade</i>
	Valoração	Alta	Alta	Alta	Alto	Média
	Justificação da valoração	Existem suficientes argumentos a favor do projeto: - A pesca é um setor prioritário para o Peru - Existe a necessidade de reconverter aos pescadores em aquícultores; contribuirão assim a frear o esgotamento dos recursos - A aquícultura é uma via na luta contra a pobreza	Estabeleceu-se um modelo econômico de aquícultura; um modelo que agora pode ser replicado em outras regiões	O traspasso de recursos (conhecimentos, destrezas, e capacidades) foi eficiente já que deu resultados. Conseguiu-se, por exemplo, melhorar resultados na comercialização dos produtos	Positivo sobre: -Pescadores -Mulheres -Associações de Pescadores Artesanais - Fundo Nacional de Desenvolvimento Pesqueiro (FONDEPES) Não se identificam impactos negativos	Capitalização humana e econômica insuficiente para passar a uma etapa de produção a escala superior (industrial). Necessidade de fortalecer capacidades de manejo industrial e acesso real ao crédito, entre outros

Fonte: Avaliação Final Projeto JCCP Peru "Desenvolvimento Aquícultura da Concha de Abanico para os Pescadores Artesanais de Casma", Santiago do Chile, 2007

Igual que na *Cooperação Horizontal Bilateral*, no âmbito da *Cooperação Triangular* também não existe, de momento, uma única maneira de entender como deve-se abordar a avaliação dos resultados. A variante mais estendida coincide com a utilizada pelo Japão, um dos atores mais ativos na promoção desta modalidade de cooperação. Assim, e sempre segundo a Agência de Cooperação Japonesa (JICA), para que uma experiência de *Cooperação Triangular* seja bem sucedida não basta que seus impactos positivos (incluindo os indiretos) sejam superiores aos negativos. Junto a isto, o projeto executado deve ser:

- **Pertinente**, entendendo que, de acordo com as necessidades existentes e os resultados que se possam obter, sua execução está justificada;
- **Efetivo**, na medida em que os resultados obtidos correspondem-se com os esperados;
- **Eficiente**, ao realizar-se sobre uma adequada relação entre os recursos que se invertem e os resultados que se obtêm;
- **Sustentável**, na medida em que sua continuidade a longo prazo é viável econômica, humana e financeiramente.

O projeto incluído na Tabela V.4 atende a estes critérios. Neste sentido, o projeto "Desenvolvimento Aqüicultura da *Concha de Abanico* para os Pescadores Artesanais de Casma" executado pelo Chile no Peru com financiamento japonês tem-se desenvolvido com êxito, pois, além de gerar impactos exclusivamente positivos, tem alcançado níveis altos de *pertinência, efetividade e eficiência*. O único aspecto a melhorar refere-se à sua sustentabilidade, considerada média, de acordo com uma capitalização humana e técnica valorada como insuficiente.

Avanços e desafios para um Banco Ibero-Americano de Boas Práticas

Segundo o exposto até aqui, ainda deve-se passar algum tempo antes de que a Ibero-América possa construir seu próprio Banco de Boas Práticas de *Cooperação Horizontal e Triangular*. O desenvolvimento deste capítulo, contudo, contribui com algumas chaves sobre a direção na qual esta construção pode ser realizada. Assim, e no âmbito dos debates abertos em torno aos Bancos de Boas Práticas, a Ibero-América inclina-se por:

- Uma seleção das "experiências mais bem sucedidas" baseada em uma valoração que combine dois tipos de critérios: o referente aos resultados obtidos, e o concernente aos procedimentos que afetam a gênese e execução da ação de cooperação.
- Uma valoração que emane, preferentemente, dos sócios receptores.

Com os avanços registrados nestes consensos aplanam-se o caminho para a consecução deste Banco regional. Ainda assim, permanece pendente o avanço na definição de muitas outras questões, entre as quais se encontram, por exemplo, a definição dos critérios sobre os quais deve ser efetuada a valoração dos resultados, assim como a seleção de seus indicadores. A progressiva superação destes desafios permanece, assim, para as futuras edições deste relatório.

CAPÍTULO VI
IBERO-AMÉRICA NA
AJUDA OFICIAL AO DESENVOLVIMENTO (AOD) MUNDIAL

Cooperação Internacional e Ajuda ao Desenvolvimento

Situar a Ibero-América e a Cooperação Sul-Sul no contexto da Cooperação Internacional requer também conhecer o que está acontecendo com a modalidade de cooperação que até agora prevalece: os fluxos de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD).

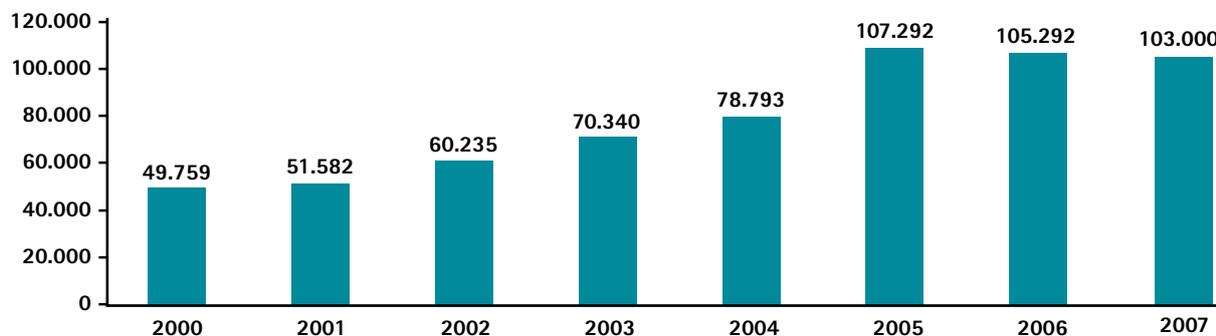
Este último capítulo aborda esta questão. Tomando como referência o período 2000-2007 (desde a adoção da Declaração do Milênio até o último ano para o qual existe algum dado agregado disponível), o presente capítulo realiza, em primeiro lugar, uma aproximação à evolução mais recente da AOD mundial e ao modo em que esta tem-se distribuído entre os países em desenvolvimento segundo seu nível de renda. Em seguida, e para situar a região no contexto internacional, analisa o que tem acontecido com os fluxos da AOD destinados aos países ibero-americanos (todos eles de Renda Média), que ainda classificam-se como receptores da Ajuda ao Desenvolvimento¹. Após analisar, além disso, a origem destes fundos e os países nos quais se concentram, estuda-se, finalmente, a evolução da AOD que flui dentro da própria comunidade ibero-americana: desde a Espanha e Portugal² até o restante dos países da região.

Evolução dos fluxos internacionais de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD)

Tal como observa-se no Gráfico VI.1, o compromisso assumido pelos principais doadores da AOD com sua adesão à Declaração do Milênio tem-se traduzido em um importante aumento dos fluxos destinados à cooperação internacional. Com efeito, em apenas sete anos a AOD mundial destinada ao conjunto dos países em desenvolvimento mais que duplicou: desde os 50.000 milhões de dólares do ano 2000 até os 103.000 de 2007.

Gráfico VI.1. Total AOD neta destinada a países em desenvolvimento. 2000-2007

Valor absoluto, em milhões de dólares americanos



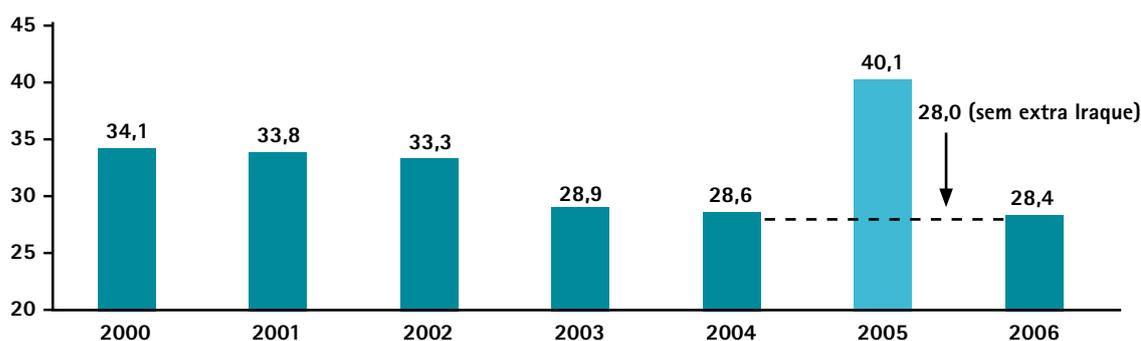
Nota: O dado 2007 é uma estimativa provisória do CAD. Fonte: SEGIB a partir de www.oecd.org/dac/stats/idsonline

Como pode se observar, durante os primeiros anos compreendidos entre 2000 e 2007, o incremento foi muito gradual. O salto produziu-se no ano de 2005, coincidindo com importantes perdões de dívida ao Iraque. A ajuda recebida por este país nesse ano (mais de 21.500 milhões de dólares) situou a AOD mundial a preços correntes em um máximo histórico, acima dos 107.000 milhões. Para os anos de 2006 e 2007 esta cifra reduziu-se ligeiramente, mas manteve-se em um nível notavelmente alto, acima dos 103.000 milhões de dólares.³

Por países,⁴ quando se tem em conta que, a partir do ano de 2006, o volume da AOD destinada ao Iraque começou a reduzir-se (até uns 8.000 milhões de dólares), a manutenção dos fluxos mundiais de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento do ano de 2006 (porém também de 2007) em níveis praticamente idênticos ao máximo histórico de 2005, converte-se em uma notícia muito positiva. Significa, dito em outros termos, que o valor ao qual ascendeu o perdão da dívida ao Iraque renovou-se como fluxo de Ajuda, desta vez a título de fundos destinados a outros países em desenvolvimento: de concretamente, aos de Renda Baixa e aos Menos Desenvolvidos.

Gráfico VI.2. Participação dos Países de Renda Média sobre a AOD líquida destinada aos países em desenvolvimento. 2000–2006

Participação, em percentagem

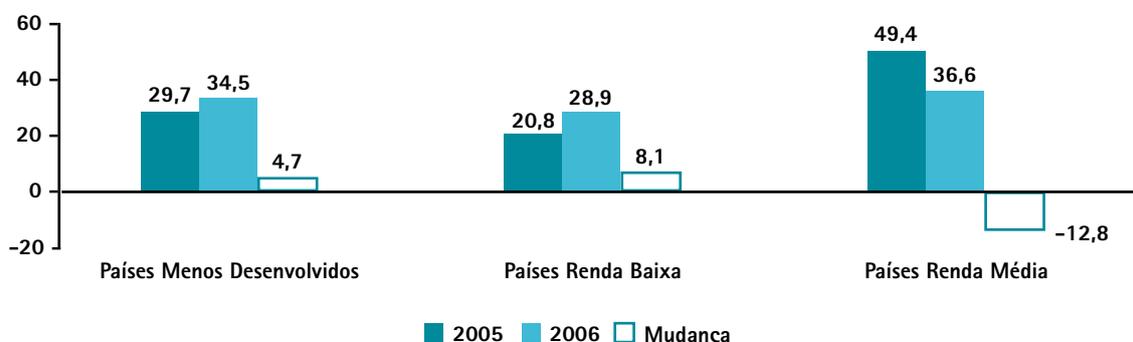


Nota: Inclui tanto os Países de Renda Média Baixa como os de Renda Média Alta

Fonte: SEGIB a partir de www.oecd.org/dac/stats/idsonline

Gráfico VI.3. Mudanças na distribuição da AOD líquida, segundo o nível de renda. 2005–2006

Participação, em percentagem; câmbio, em pontos percentuais



Nota: A distribuição foi estimada não sobre a AOD líquida total destinada aos países em desenvolvimento, mas sim sobre o total da AOD destinada aos Países Menos Desenvolvidos; os de Renda Baixa; e os de Renda Média.

Fonte: SEGIB a partir de www.oecd.org/dac/stats/idsonline

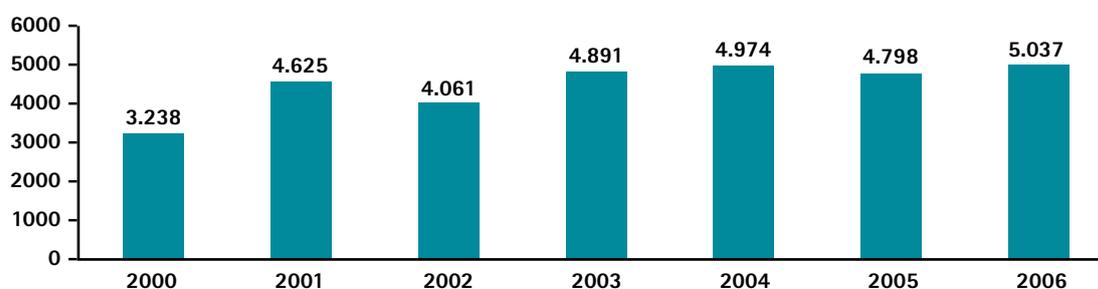
Os Gráficos VI.2 e VI.3 parecem ratificar esta idéia. Assim, se não tem-se em conta a distorção que gera nos dados a cifra extraordinariamente alta destinada ao Iraque em 2005 (Gráfico VI.2), no ano de 2006, os Países de Renda Média têm mantido sua participação sobre o total da AOD mundial praticamente estancada, em torno de 28% dos fluxos totais. Também, e tal como corresponde a um cenário marcado pelo cumprimento da Declaração do Milênio, quando somente considera-se o total da ajuda destinada a Países de Renda Média, de Renda Baixa e a Países Menos Desenvolvidos (Gráfico VI.3),⁵ constata-se que uma parte da AOD mundial tem se redistribuído conforme os objetivos da mencionada Declaração: desde os países de rendas médias até os países de rendas relativamente menores.

A Ibero-América e seu deslocamento como receptora da Ajuda ao Desenvolvimento

Tal como observa-se no Gráfico VI.4, e contrariamente ao que se poderia esperar no âmbito da Declaração do Milênio, entre os anos 2000 e 2006,⁶ a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) destinada à Ibero-América cresceu: desde os cerca de 3.250 milhões de dólares da primeira data até os pouco mais de 5.000 milhões da última. A trajetória, contudo, tem sido irregular: oscilações nos fluxos da AOD durante a etapa compreendida entre os anos de 2000 e de 2002; clara tendência ao estancamento no período 2003-2006.

Gráfico VI.4. AOD líquida total destinada a países Ibero-Americanos. 2000-2006

Valor absoluto, em milhões de dólares

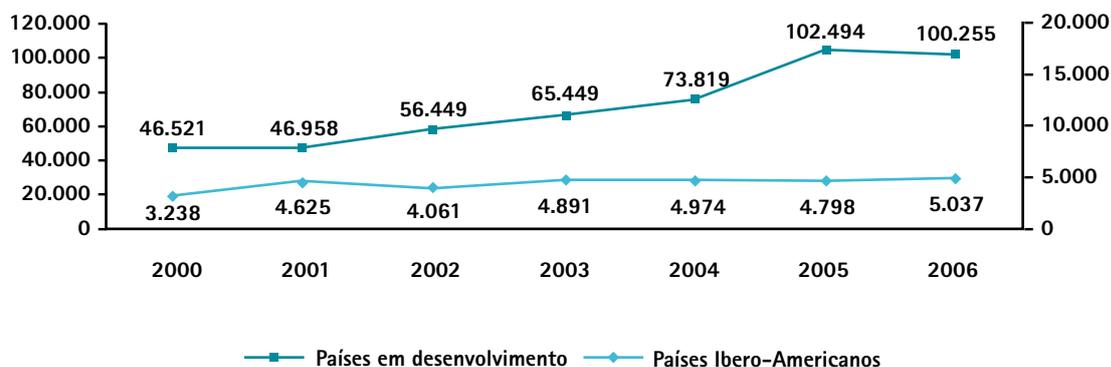


Fonte: SEGIB a partir de www.oecd.org/dac/stats/idsonline

Ainda assim, o ritmo de crescimento da ajuda destinada à Ibero-América tem sido significativamente inferior ao da destinada ao conjunto dos países em desenvolvimento (Gráfico VI.5). De fato, eliminando os dados referidos ao biênio 2000-2001 (nos quais os perdões de dívida explicam um comportamento da AOD à Ibero-América excepcional), a taxa de crescimento registrada na média pelo conjunto da AOD mundial (16%)⁷ é muito superior à registrada pela ajuda dirigida aos países da região (2,3%).

Gráfico VI.5. Comparação AOD neta destinada a países ibero-americanos e países em desenvolvimento. 2000-2006

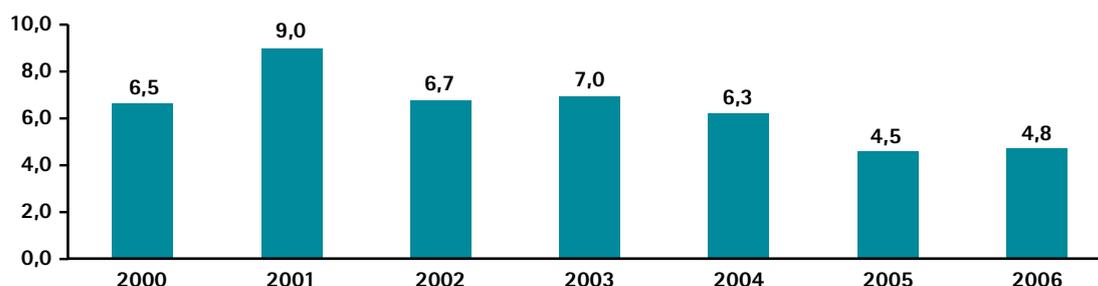
Valor absoluto, em milhões de dólares



Nota: Neste caso, o total destinado aos países em desenvolvimento lhes restou à parte destinada aos países ibero-americanos
 Fonte: SEGIB a partir de www.oecd.org/dac/stats/idsonline

Gráfico VI.6. Participação da Ibero-América como receptor da AOD neta mundial. 2000-2006

Participação, em percentagem



Fonte: SEGIB a partir de www.oecd.org/dac/stats/idsonline

Como consequência das diferenças registradas nas respectivas taxas de crescimento, Ibero-América perdeu participação como receptora de AOD mundial. Assim fica refletido no Gráfico VI.6 no qual se observa como a AOD destinada à Ibero-América reduziu seu peso relativo sobre o total da ajuda mundial: desde o 6-7% registrado normalmente entre os anos 2000 e 2003, até o menos de um 5% registrado tanto em 2005 como em 2006.

Destino e origem da Ajuda ao Desenvolvimento dirigida à Ibero-América

Como observa-se na Tabela VI.1, no ano de 2006, praticamente os 89% da Ajuda ao Desenvolvimento recebida pela Ibero-América concentrou-se nos Países de Renda Média Baixa, frente aos 11% dirigidos às nações classificadas como de Renda Média Alta. Em termos geográficos, isto significa que os fundos enviados à Ibero-América destinaram-se, preferentemente (quase a totalidade desses 89%) às regiões centro-americana e andina.

Concretamente, em 2006, a Colômbia situa-se como primeiro receptor da região. O volume da AOD recebido por este país beira os 1.000 milhões de dólares, uma cifra que por si só equivale à quinta parte do total da cooperação que chega à Ibero-América. Seguem-lhe, em ordem de importância relativa, três países que, conjuntamente, explicam mais de um terço do total dessa mesma AOD. Trata-se da Nicarágua, Honduras e Bolívia, países que em 2006 captaram, respectivamente, entre 600 e 750 milhões de dólares em ajuda ao desenvolvimento. Entretanto, Guatemala e Peru receberam cada um, fluxos da AOD próximos aos 500 milhões de dólares (uma soma equivalente, outra vez, à quinta parte do total da AOD regional). Finalmente, e sempre no âmbito centro-americano e andino, completam este grupo o Equador e El Salvador, países cujas ajudas recebidas oscilam entre os 150 e os 180 milhões de dólares.

Por sua parte, o México (País de Renda Média Alta) registra, dado seu nível relativo de rendas, um volume de ajuda excepcional, próximo aos 250 milhões de dólares; uma cifra que, na classificação final, o situa acima de seis países de menor renda relativa, incluído entre estes alguns dos pertencentes às regiões andina e centro-americana. O mesmo ocorre com a Argentina que, com seu registro de 114 milhões de dólares em caráter de ajuda para o ano de 2006, recebe mais fundos que o Brasil, Cuba, Paraguai e República Dominicana, todos eles países que, apesar de suas menores rendas relativas, recebem quantidades da AOD que não superam à registrada por esta nação do Cone Sul. Menção à parte merecem o Chile, Venezuela, Panamá, Costa Rica e Uruguai, cuja participação conjunta sobre o total dos fundos recebidos pela região não supera os 4,5%.

Estes resultados são coerentes com os obtidos quando observa-se (Gráfico VI.7) quais países têm contribuído em maior e em menor medida para o aumento da ajuda destinada à Ibero-América entre os anos de 2000 e 2006 (um incremento de uns 1.800 milhões de dólares, a diferença entre os 3.237 e 5.036 milhões registrados para cada uma dessas datas). Concretamente, a Colômbia explica, por si só, uns 45% desse incremento. Quando a Colômbia soma-se ao México, os dois países passam a explicar mais de 60% do aumento final. Entretanto, observa-se também como a contribuição do México junto à do conjunto dos principais receptores centro-americanos e andinos (Guatemala, Nicarágua e Honduras, por um lado; mais a Colômbia, Bolívia, Peru e Equador) teria bastado para explicar os 100% da mudança final.

Tabela VI.1. AOD líquida destinada aos países Ibero-Americanos, por nível de renda. 2000–2006

Valores absolutos, em milhões de dólares; participação, em porcentagem; mudança, em pontos percentuais

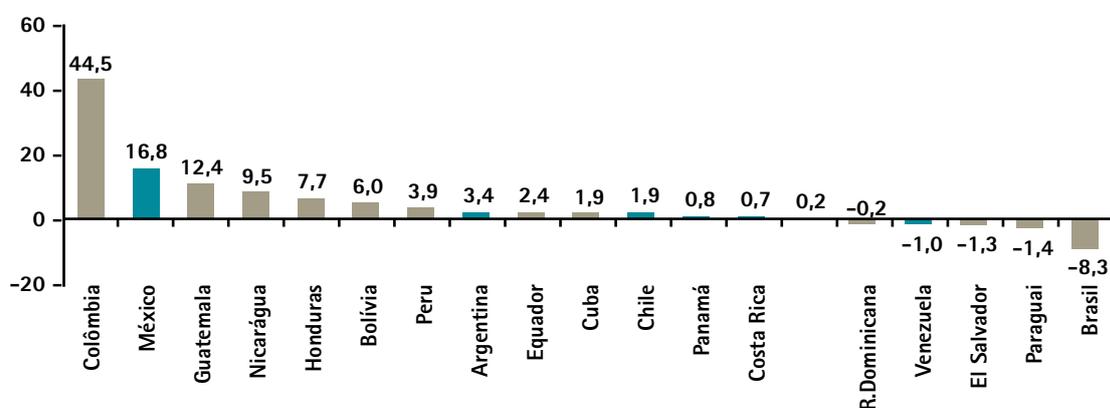
Ordem decrescente, segundo grupo de renda e dados 2006

	VALORES ABSOLUTOS		PARTICIPAÇÃO SOBRE O TOTAL		
	2006	2000	2006	2000	CAMBIO
PAÍSES RENDA MÉDIA-BAIXA					
COLÔMBIA	988,0	186,5	19,6	5,8	13,9
NICARÁGUA	732,7	561,2	14,5	17,3	-2,8
HONDURAS	587,4	449,0	11,7	13,9	-2,2
BOLÍVIA	580,7	472,0	11,5	14,6	-3,1
GUATEMALA	487,2	263,5	9,7	8,1	1,5
PERU	467,9	397,7	9,3	12,3	-3,0
EQUADOR	188,8	146,5	3,7	4,5	-0,8
EL SALVADOR	157,3	180,0	3,1	5,6	-2,4
BRASIL	82,4	232,3	1,6	7,2	-5,5
CUBA	78,3	44,0	1,6	1,4	0,2
PARAGUAI	56,1	81,6	1,1	2,5	-1,4
R. DOMINICANA	56,1	53,0	1,1	1,6	-0,5
SUBTOTAL (PRM-B)	4.459,7	3.070,2	88,5	94,8	-6,3
PAÍSES DE RENDA MÉDIA-ALTA					
MÉXICO	246,7	-55,5	4,9	-1,7	6,6
ARGENTINA	114,1	52,8	2,3	1,6	0,6
CHILE	83,0	48,9	1,6	1,5	0,1
VENEZUELA	58,3	76,4	1,2	2,4	-1,2
PANAMÁ	30,4	16,0	0,6	0,5	0,1
COSTA RICA	23,7	11,3	0,5	0,4	0,1
URUGUAI	20,8	17,4	0,4	0,5	-0,1
SUBTOTAL (PRM-A)	577,0	167,3	11,5	5,2	6,3
TOTAL	5.036,7	3.237,6	100,0	100,0	0,0

Fonte: SEGIB a partir de www.oecd.org/dac/stats/idsonline

Gráfico VI.7. Contribuição de cada país à mudança na AOD recebida pela região. 2000–2006

Contribuição, em porcentagem



Nota: As colunas marrons correspondem aos Países de Renda Média-Baixa; e, as azuis, aos de Renda Média-Alta

Fonte: SEGIB a partir de www.oecd.org/dac/stats/idsonline

Tabela VI.2. AOD líquida destinada aos países Ibero-Americanos, segundo doadores. 2000–2006

Valores absolutos, em milhões de dólares correntes; participação, em porcentagem; mudança, em pontos percentuais

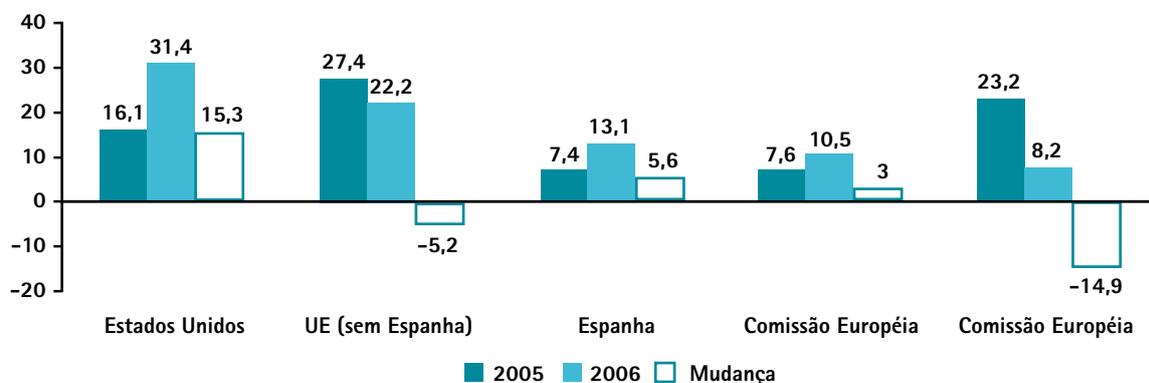
	VALORES ABSOLUTOS			PARTICIPAÇÃO SOBRE O TOTAL		
	2006	2000	MUDANÇA	2006	2000	MUDANÇA
BILATERAL						
ESTADOS UNIDOS	1.582	521	1.061	31,4	16,1	15,3
JAPÃO	415	750	-335	8,2	23,2	-14,9
ESPAÑA	658	241	417	13,1	7,4	5,6
PAÍSES DA UE, SEM A ESPANHA*	1.118	887	231	22,2	27,4	-5,2
OUTROS PAÍSES	300	189	111	6,0	5,8	0,1
TOTAL BILATERAL	4.073	2.588	1.485	80,9	79,9	0,9
MULTILATERAL						
COMISSÃO EUROPEIA	531	245	287	10,5	7,6	3,0
RESTO DE ORGANISMOS	433	405	27	8,6	12,5	-3,9
TOTAL MULTILATERAL	964	650	314	19,1	20,1	-0,9
TODOS OS DOADORES	5.037	3.238	1.799	100,0	100,0	0,0

* Refere-se exclusivamente aos países que sendo membros da UE são, por sua vez, membros do CAD. Concretamente: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Portugal, Reino Unido e Suécia

Fonte: SEGIB a partir de www.oecd.org/dac/stats/idsonline

Gráfico VI.8. Distribuição AOD líquida destinada aos Países Ibero-Americanos, segundo doador. 2000-2006

Participação, em porcentagem. Ordem decrescente, segundo dados do ano 2006



A ajuda bilateral procedente da União Europeia contempla a soma da AOD de todos os países da UE que, por sua vez, são membros do CAD. Para este cálculo específico, a Espanha fica excluída. Fonte: SEGIB a partir de www.oecd.org/dac/stats/idsonline

Finalmente, a Tabela VI.2 e o Gráfico VI.8 reúnem informação referente à origem dos fundos que a região recebe. Tal como observa-se nas mencionadas figuras, os 80% da AOD que se destinam à Ibero-América são de origem bilateral, frente a uns 20% procedentes de organismos multilaterais. Dentre os bilaterais destacam-se os Estados Unidos que, em apenas sete anos, multiplicaram por três a ajuda que destina aos países ibero-americanos. Neste sentido, os 1.580 milhões de dólares a que sobem os fundos que este país norte-americano mobilizou em 2006, explicam cerca de um terço do total recebido pela Ibero-América. A cifra finalmente alcançada lhe permitiu, além disso, consolidar-se como o primeiro doador bilateral. Segue em importância relativa, a Espanha, que em 2006 manteve-se como o segundo doador mais importante. Ambos deslocaram o Japão, um país que, após perder sua liderança (no ano 2000 respondia por cerca de 25% de toda a AOD destinada à Ibero-América), passou a ser o terceiro doador bilateral (uns 8,2% da AOD regional de 2006). Também, acima do Japão situa-se o principal doador multilateral, a Comissão Europeia, responsável por uma décima parte dos mais de 5.000 milhões de dólares que chegaram à região em 2006.

Evolução da AOD da Espanha e Portugal para o resto da Ibero-América

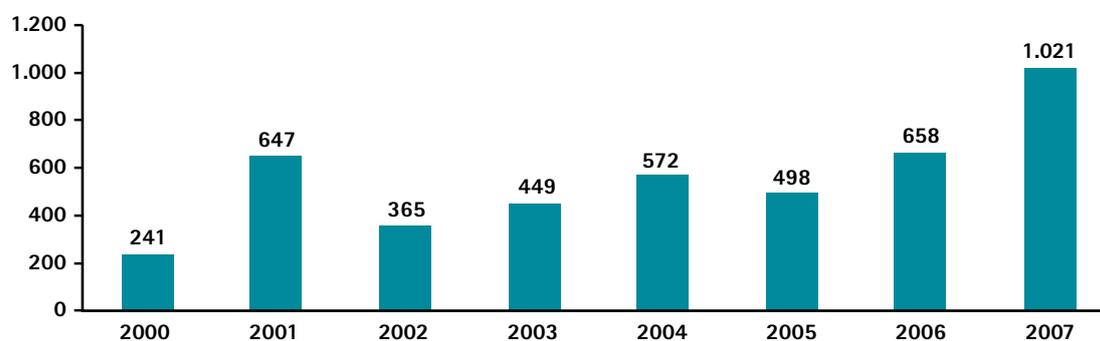
A estratégia de cooperação que a Espanha fixou para os oito anos que compreendem as duas últimas legislaturas (a transcorrida entre 2004-2008 e a recém-iniciada para 2008-2012), tem estado muito marcada por alcançar um objetivo: o aumento do peso da AOD espanhola sobre o Produto Nacional Bruto (PNB), desde os 0,24% de 2004 até os 0,5% e os 0,7% que se esperam alcançar para 2008 e 2012, respectivamente. Conforme este objetivo, o volume de ajuda que destina às nações em desenvolvimento situa-se, ano após ano, em máximos históricos. Em 2007 (último exercício para o qual existem cifras disponíveis), a AOD espanhola alcançou um máximo de mais de 5.155 milhões de dólares⁸ equivalentes a 0,42% de seu PNB.

O aumento do total dos fundos destinados à cooperação vem acompanhado de outros compromissos, como o de tentar fazer com que essa ajuda contribua para que os países mais desfavorecidos avancem na consecução dos Objetivos da Declaração do Milênio (ODM). Attingir tal meta explica, por um lado, que a Espanha canalize cada vez mais ajuda através dos organismos multilaterais (45% da AOD de 2007); e, por outro lado, o aumento das atribuições para com os Países Menos Avançados do continente africano (de maneira prioritária Angola, Cabo Verde, Mauritânia, Moçambique e Senegal), além do Haiti.

O anterior não impede, contudo e tal como observa-se nos Gráficos VI.9 e VI.10, que a Espanha siga mantendo os países membros da Conferência Ibero-Americana (todos com rendas médias) como principal destino de sua Ajuda ao Desenvolvimento. Efetivamente, entre os anos 2000 e 2007, a AOD espanhola para a região praticamente quadruplicou-se: desde os menos de 250 milhões de dólares da primeira data até os mais de 1.000 milhões da última. De fato, a cifra de 2007 representa um salto quantitativo inclusive no que tange ao ano de 2006, ao ser uns 50% superior à registrada no exercício precedente.⁹ Isto consolida a Ibero-América como principal região receptora da ajuda espanhola (36,2% da AOD total de 2007), acima de outras regiões preferenciais como são o Mediterrâneo e a África Subsaariana, regiões que, conjuntamente, não chegam ainda a alcançar 28% (DGPOLDE, 2008).

Gráfico VI.9. AOD líquida bilateral que a Espanha destina a outros países da Ibero-América. 2000-2007

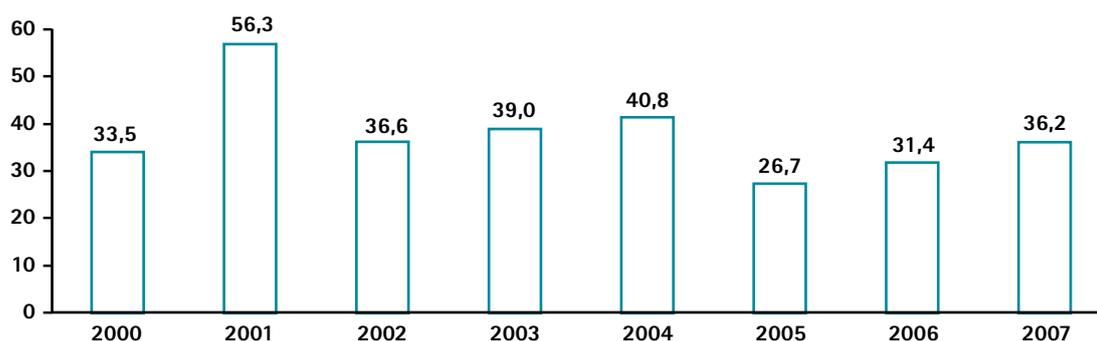
Valores absolutos, em milhões de dólares



Nota: O dato de 2007 obteve-se da AECID em Euros. A conversão a dólares efetuou-se aplicando a taxa de câmbio média do ano 2007 (1€ = 1,3705) proporcionada pelo Banco Central Europeu. Fonte: SEGIB a partir de www.oecd.org/dac/stats/idsonline e da Agência Espanhola para a Cooperação Internacional e o Desenvolvimento (AECID)

Gráfico VI.10. Porcentagem la AOD bilateral espanhola que se destina a Ibero-América. 2000-2007

Participação, em porcentagem



Nota: O dato de 2007 obteve-se a partir da AECID e DEGPOLDE (2007), em Euros. Fonte: SEGIB a partir de www.oecd.org/dac/stats/idsonline e da Agência Espanhola para a Cooperação Internacional e o Desenvolvimento (AECID)

Estes resultados (especialmente o aumento registrado no biênio 2006-2007) estão muito relacionados com o fato de que a Guatemala e Honduras foram dois dos principais Beneficiários desta ajuda. Efetivamente e tal e como observa-se na Tabela VI.3 e no Gráfico VI.11, no ano 2007 estes dois países registraram uma AOD que ascende a mais de 250 e 115 milhões de dólares, respectivamente. Sobre ambas as quantidades (equivalentes quase ao 55% do total da ajuda que a Espanha destinou este ano à região) influem os alívios no pagamento da dívida derivados de sua participação em dois tipos de

operações: no caso guatemalteco, em uma doação de caráter bilateral que explica o 71% do total da AOD espanhola a este país; no caso hondurenho, devido às ações marcadas na Iniciativa dirigida aos Países Pobres Fortemente Endividados (HIPC, por suas siglas em inglês), as quais explicam um terço da ajuda que a Espanha dirigiu a esta nação no ano 2007.

Por sua parte, outro 33% da AOD espanhola destinada a Ibero-América concentra-se em outras duas nações, Nicarágua e o Peru, cada uma das quais recebem um volume de ajuda que também supera os 100 milhões de dólares. O resto dessa ajuda dirige-se, como nos casos anteriores e igual ao que acontece com a AOD mundial, para os países das regiões centro-americanas e andina. Neste sentido, a Bolívia, Equador, Colômbia e El Salvador recebem fundos por valores que oscilam entre os 60 e os 80 milhões de dólares. Nenhum dos demais países, com independência de seu nível relativo de ingresso, recebe mais de 30 milhões.

Tabela VI.3. AOD líquida destinada pela Espanha aos países Ibero-Americanos. 2000-2007

Valores absolutos, em milhões de dólares; participação, em porcentagem; mudança, em pontos percentuais

Ordem decrescente, segundo grupo de renda e dados 2007

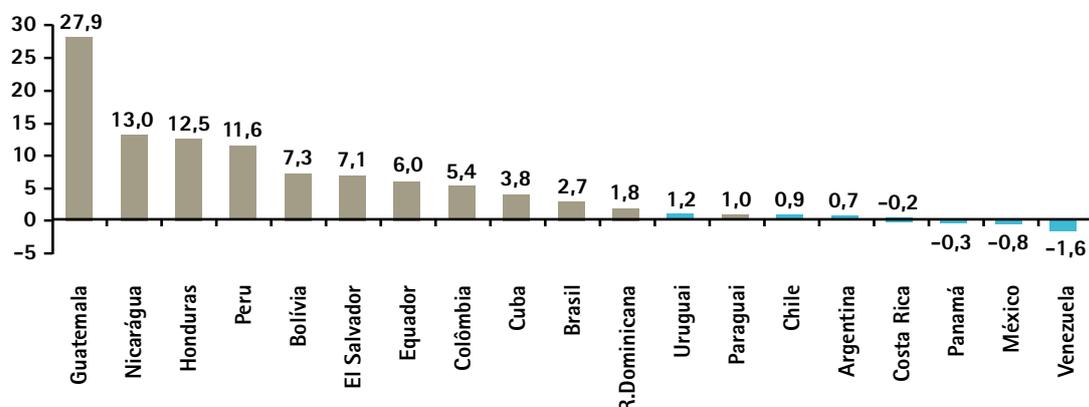
	VALORES ABSOLUTOS		PARTICIPAÇÃO SOBRE O TOTAL		
	2007	2000	2007	2000	CAMBIO
PAÍSES DE RENDA MÉDIA-BAIXA					
GUATEMALA	252,7	34,9	24,8	14,5	10,3
HONDURAS	117,5	19,7	11,5	8,2	3,4
NICARÁGUA	115,7	14,5	11,3	6,0	5,3
PERU	108,8	18,5	10,7	7,7	3,0
BOLÍVIA	79,6	22,4	7,8	9,3	-1,5
EQUADOR	70,3	23,2	6,9	9,6	-2,7
COLÔMBIA	64,3	22,4	6,3	9,3	-3,0
EL SALVADOR	60,7	5,6	5,9	2,3	3,6
BRASIL	31,8	10,6	3,1	4,4	-1,3
REPÚBLICA DOMINICANA	29,8	15,8	2,9	6,5	-3,6
CUBA	22,9	-6,5	2,2	-2,7	4,9
PARAGUAI	12,9	5,3	1,3	2,2	-0,9
SUBTOTAL (PRM-B)	967,0	186,4	94,7	77,3	17,4
PAÍSES DE RENDA MÉDIA-ALTA					
ARGENTINA	18,3	12,6	1,8	5,2	-3,4
VENEZUELA	15,8	28,2	1,5	11,7	-10,1
URUGUAI	12,3	2,8	1,2	1,2	0,0
PANAMÁ	10,3	13,0	1,0	5,4	-4,4
COSTA RICA	9,5	11,0	0,9	4,6	-3,6
CHILE	5,2	-1,6	0,5	-0,7	1,2
MÉXICO	-17,7	-11,4	-1,7	-4,7	3,0
SUBTOTAL (PRM-A)	53,7	54,7	5,3	22,7	-17,4
TOTAL	1020,7	241,1	100,0	100,0	0,0

Nota: O dado de 2007 obteve-se a partir da AECID, em Euros. A conversão a dólares efetuou-se aplicando a taxa de câmbio média do ano 2007 (1€= 1,3705) proporcionada pelo Banco Central Europeu. Os dados negativos registram retornos de créditos

Fonte: SEGIB a partir de www.oecd.org/dac/stats/idsonline e da Agência Espanhola para a Cooperação Internacional e o Desenvolvimento (AECID)

Gráfico VI.11. Contribuição de cada país à mudança registrada na AOD que Espanha destina à região. 2000–2007

Contribuição, em percentagem

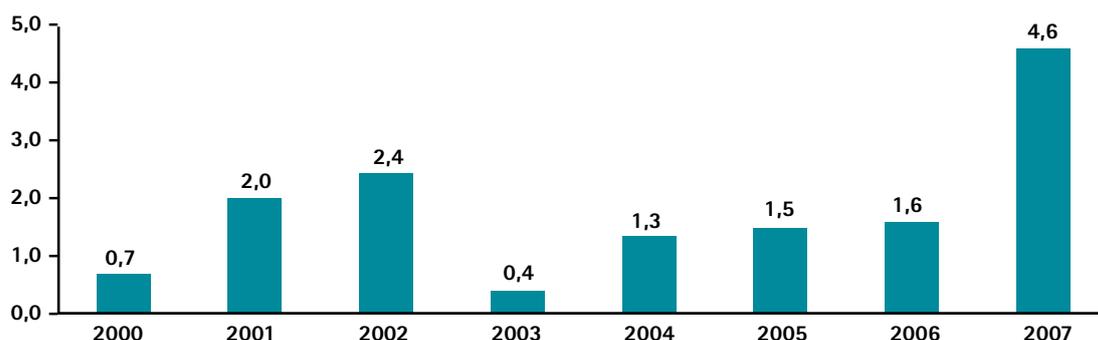


Nota: As colunas marrons correspondem aos Países de Renda Média-Baixa; e, as azuis, aos de Renda Média-Alta. Fonte: SEGIB a partir de www.oecd.org/dac/stats/idsonline

Finalmente, cabe destacar o que ocorre com a AOD que o outro doador tradicional ibero-americano, Portugal, destina à região ibero-americana. Neste sentido, as quantidades mobilizadas pela cooperação portuguesa são mais limitadas. No último ano, não obstante e tal como observa-se no Gráfico VI.12, o esforço realizado pelas autoridades de Portugal para incrementar os fluxos de ajuda a Ibero-América foram notáveis. Assim, entre 2006 e 2007, a AOD que este país destinou à Ibero-América triplicou-se: desde os 1,6 milhões de dólares do primeiro ano aos 4,6 milhões do último.

Gráfico VI.12. AOD bilateral líquida que Portugal destina a outros países da Ibero-América. 2000–2007

Em milhões de dólares americanos



Nota: O dado do ano 2007 procede da declaração do IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, em euros. A conversão a dólares efetuou-se aplicando a taxa de câmbio média do ano 2007 (1€= 1,3705) proporcionada pelo Banco Central Europeu. Fonte: SEGIB a partir de www.oecd.org/dac/stats/idsonline e IPAD

Por países, o 82% destes fundos continua tendo o Brasil como único destinatário. O 18% restante se distribui em proporções praticamente idênticas entre dois grupos de países: o primeiro integra a Venezuela, Argentina e Chile, três países de Renda Média Alta que absorvem, respectivamente, aproximadamente uns 3% do total da AOD que Portugal destina à Ibero-América; o segundo integra a Colômbia, Peru, El Salvador e Cuba, quatro nações de Renda Média Baixa às que a cooperação portuguesa designa quantias de ajuda que em nenhum caso superam os 100.000 dólares anuais.

NOTAS

¹ Como países ibero-americanos susceptíveis de receber AOD classificam-se: Bolívia, Brasil, Colômbia, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Paraguai, Peru e República Dominicana, como Países de Renda Média Baixa; e Argentina, Chile, Costa Rica, México, Panamá, Uruguai e Venezuela, como Países de Renda Média Alta.

² Para este ano não existem dados referentes ao terceiro possível doador, que é Andorra.

³ A cifra preliminar publicada pelo Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE para o ano de 2007, confirma certa tendência à redução quanto ao situar a AOD líquida mundial nos 103.000 milhões de dólares, frente aos 105.000 de 2006 e os 107.000 de 2005. A cifra de 2007 será ratificada em dezembro de 2008.

⁴ Os dados desagregados por países somente estão disponíveis até 2006.

⁵ Fica excluída para este cálculo, a AOD destinada a Países de Renda Alta e Países Não Classificados por Nível de Renda (um total de mais de 23.000 milhões de dólares, apenas em 2006).

⁶ Não existem dados desagregados por países para 2007.

⁷ Para este cálculo, os dados referentes aos países ibero-americanos foram eliminados. Evita-se, assim, que sua dinâmica de crescimento reflita-se também na do conjunto dos países em desenvolvimento (ver Gráfico VI.5).

⁸ 3.762 milhões de euros, convertidos em dólares à taxa de câmbio médio do ano de 2007, segundo o BCE.

⁹ Cabe assinalar, contudo, que parte deste incremento não é efetiva, mas sim deve-se ao fato de que os dados originais traduziram-se de euros para dólares. Neste sentido, parte do incremento pode ser explicada também pela depreciação que o dólar tem experimentado em relação ao euro entre os anos de 2006 e 2007.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

Abarca, Ethel (2001). "El nuevo rostro de la CTPD y las nuevas tendencias internacionales" na *Revista de Ciências Sociais* vol.IV nº94. Universidade da Costa Rica. San José, p.169-188

Boye, Otto (2002). "La CTPD y el actual contexto mundial" na *Revista Capítulo* nº 64. Janeiro-Abril. Sistema Econômico Latino-Americano (SELA), Caracas

Chaves y Lobo (2000). "El Pago de los Servicios Ambientales en Costa Rica. Informação geral". Preparado pelo Sistema Nacional de Áreas de Conversação (SINAC) da Costa Rica, 4pp

Comissão Econômica Para a América Latina (CEPAL) e Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) (2007). *Espaços ibero-americanos. Comércio e Inversão*. CEPAL e SEGIB, Santiago de Chile, 133 pp

Comitê de Alto Nível sobre a Cooperação Sul-Sul (2007). *Exame dos Relatórios do Administrador do PNUD*. 15º período da sessão do Comitê. Nova Iorque, 29 de maio a 1 de junho, 71 pp

Comitê de Alto Nível sobre a Cooperação Sul-Sul (2007). *Relatório do Comitê de Alto Nível sobre a Cooperação Sul-Sul*. 15º período da sessão do Comitê. Nova Iorque, 29 de maio a 1 de junho 19 pp

Das, De Silva, Zhou (2007). *Towards an inclusive Development paradigm –South South Development Cooperation*. Paper apresentado no Foro sobre Desenvolvimento Sul-Sul organizado pela Unidade Técnica de Cooperação do PNUD. 17 de outubro de 2007, 27pp

Direção Geral de Políticas para o Desenvolvimento (DGPOLDE) (2008). *Plano Anual de Cooperação Internacional 2008*. Secretaria de Estado para a Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores da Espanha, Madri, 153 pp

Direção Geral de Políticas para o Desenvolvimento (DGPOLDE) (2008). *Plano Anual de Cooperação Internacional 2007*. Secretaria de Estado para a Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores da Espanha, Madri, 115 pp

Freres, Christian (2008). "La Cooperación Triangular. La experiencia de la AECID en América Latina", exposição apresentada no Curso de Verão da Universidade Complutense de Madri. *Otra cooperación es posible? Cooperación Sul-Sul e Cooperación Triangular*. El Escorial, 24 de julho

Mayobre, Eduardo (2006). "El sueño de una compañía energética sudamericana: antecedentes y perspectivas políticas de Petroamérica" na *Revista Nueva Sociedad*, nº 204. Buenos Aires, p. 159-174

Manning, Richard (2006). "Will 'emerging donors' change the face of International Cooperation?" na *Development Policy Review* vol.4 nº24, p.371-385

Murphy, Sophia (2006). *Food and Agriculture: Who's in Charge?*. Institute for Agriculture & Trade Policy, 26 pp

Naslausky, Marco (2002). "Los nuevos paradigmas de la Cooperación Internacional" na *Revista Capítulos* nº64. janeiro-Abril. SELA, Caracas

Ruiz-Caro, Ariela (2006). "Cooperación e integración energética en América Latina y el Caribe" na *Série Recursos naturais e infla-estruturas*. CEPAL, Santiago do Chile, 70 pp

Secretaria de Planejamento e Programação da Presidência (SEGEPLAN) da Guatemala (2008). "Experiencias y Buenas Prácticas de la Cooperación Horizontal en Guatemala", exposição apresentada no Seminário para um Novo Paradigma da Cooperação Horizontal na Ibero-América, organizado pela SEGIB e o Ministério das Relações Exteriores da Colômbia. Cali, 28 e 29 de julho

Sistema Econômico Latino-Americano e do Caribe (SELA) (1996). *Cooperação Técnica e Econômica: uma vinculação indispensável para o desenvolvimento e a integração da América Latina*. Seminário incluído na Reunião de Diretores de Cooperação Internacional da América Latina e Caribe organizada pela SELA. Cidade do México, maio de 1996

United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) (2007). *Trade and Development Report*, 2007. United Nations, Nova Iorque e Genebra, 240 pp

Páginas digitais consultadas

Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA) - www.alternativabolivariana.org/

Assembleia-Geral das Nações Unidas - <http://www.un.org/spanish/aboutun/organs/ga>

CEPAL (Cooperação Sul-Sul) - <http://www.eclac.cl/cgi-bin/>

CEPAL (Estatísticas) - <http://www.eclac.org/estadisticas/bases/>

Comunidade Andina (CAN) - <http://www.comunidadandina.org/>

Grupo dos 77 - <http://www.g77.org/>

Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) - www.mercosur.org.uy

Movimiento dos Não Alinhados - <http://www.cubanoal.cu>

Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). International Development Statistics Online <http://www.oecd.org/dataoecd/idsoline>

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Relatórios sobre Desenvolvimento Humano. <http://hdr.undp.org/en/espanol/>

Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) - <http://www.segib.org>

Sistema de Indicadores Sócio-demográficos das Populações e Povos Indígenas da América Latina (SISPP). Divisão de População da CEPAL - <http://www.sisppi.org/redatam/PRYESP/SISPP/>

Sistema de Integração Centro-Americana (SICA) - <http://www.sica.int/>

Unidade Especial de Cooperação Sul-Sul das Nações Unidas. Dependência Especial do PNUD - <http://tcdc.undp.org/>

ANEXO

Tabela A.1. A Cooperação ao Desenvolvimento e seus distintos Setores de Atividade

DIMENSÃO COOPERAÇÃO	CRUPO CAD	SETOR	DESCRIÇÃO
SOCIAL	INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS	<i>Educação</i>	De básica a universitária. Ações relacionadas com políticas educativas, investigação, formação de professores, formação profissional...
		<i>Saúde</i>	Geral e básica. Política sanitária, serviços médicos, investigação médica, nutrição básica, infra-estrutura sanitária, educação sanitária, formação pessoal sanitário, atenção sanitária básica...
		<i>População e saúde reprodutiva</i>	Programas e política sobre população, atenção à saúde reprodutiva, planejamento familiar, luta contra ETS, formação específica...
		<i>Abastecimento e saneamento de água</i>	Política de recursos hídricos, subministro e potabilização, desenvolvimento bacias fluviais, formação...
		<i>Outros</i>	Serviços sociais, política de habitação...
ECONÔMICA	INFRAESTRUTURAS E SERVIÇOS ECONÔMICOS	<i>Energia</i>	Geração e subministro. Política energética, produção energética, distribuição de gás, centrais térmicas, hidroelétricas, energia solar, investigação energética...
		<i>Transporte e armazenamento</i>	Política de transporte, transporte por estradas, trem, marítimo fluvial, aéreo, armazenamento...
		<i>Comunicações</i>	Política de comunicação, telecomunicações, rádio, televisão, imprensa, tecnologia da informação e as comunicações...
		<i>Ciência e tecnologia</i>	Desenvolvimento científico e tecnológico, apoio à transferência de conhecimentos que reforcem o sistema científico, universalização do acesso à tecnologia...
		<i>Banco e finanças</i>	Política financeira, instituições monetárias, ensino serviços financeiros...
		<i>Emprego</i>	Política de emprego...
		<i>Empresas</i>	Serviços e instituições de apoio à empresa, desenvolvimento PME, privatizações, fortalecimento processos de competência...
	SETORES PRODUTIVOS	<i>Extrativas</i>	Exploração e extração de recursos minerais e energéticos. Planejamento e legislação mineira, geologia, carvão, petróleo, gás, minerais
		<i>Agricultura</i>	Política agrária, terras cultiváveis, reforma agrária, soberania alimentária, pecuária, desenvolvimento agrário alternativo, cooperativas agrícolas...
		<i>Silvicultura</i>	Política florestal, desenvolvimento florestal, investigação em silvicultura
		<i>Pesca</i>	Política pesqueira, serviços pesqueiros, investigação pesqueira...
		<i>Construção</i>	Política de construção
		<i>Indústria</i>	Política industrial, indústrias por setores...
		<i>Turismo</i>	Política turística...
OUTRA	MULTISETORIAL	<i>Governo e sociedade civil</i>	Planejamento econômico do desenvolvimento, gestão do setor público, fortalecimento institucional e/ou da sociedade civil, modernização do Estado, governabilidade, Direitos Humanos (extensão do direitos de primeira, segunda e terceira geração), luta contra a impunidade, desmobilização, retirada de minas antipessoal, processos de consolidação da paz após os conflitos (ONU), capacitação estatística ...
		<i>Cultura</i>	Cultura e ócio, bibliotecas, museus...
		<i>Meio ambiente</i>	Proteção do meio ambiente, políticas meio ambientais, biodiversidade, sanidade animal, investigação meio ambiental...
		<i>Gênero</i>	Programas e projetos que relacionem a mulher e o desenvolvimento, fomento e apoio a grupos e organizações de mulheres...
		<i>Outros</i>	Desenvolvimento rural e urbano, desenvolvimento alternativo não agrário, desenvolvimento comunal....
	AJUDA HUMANITÁRIA E DE EMERGÊNCIA	<i>Ajuda humanitária</i>	Ajuda alimentícia de emergência, ajudas de qualquer tipo frente a catástrofes e à reconstrução de infra-estruturas o restabelecimento de serviços essenciais para facilitar a volta a condições de vida normais.
		<i>Prevenção de desastres</i>	Apoio logístico à previsão de desastres que tenham sua origem em fenômenos sísmicos ou climatológicos (furacões, ciclões, chuvas torrenciais...)

Fonte: SEGIB a partir da classificação do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE (novembro de 2004)

Tabela A.2. Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) líquida mundial destinada à Ibero-América. 2000-2006

Valores absolutos, em milhões de dólares

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
PAÍSES DE RENDA MÉDIA-BAIXA (PRM-B)							
BOLÍVIA	472	734	680	929	770	632	581
BRASIL	232	229	202	194	157	196	82
COLÔMBIA	187	380	440	801	519	626	988
CUBA	44	54	61	75	97	89	78
EQUADOR	146	173	216	175	158	228	189
EL SALVADOR	180	237	233	192	217	200	157
GUATEMALA	263	226	248	247	220	254	487
HONDURAS	449	679	471	391	650	679	587
NICARÁGUA	561	930	517	833	1.235	740	733
PARAGUAI	82	61	57	51	22	51	56
PERU	398	449	489	497	473	477	468
R.DOMINICANA	56	107	145	69	85	77	53
SUBTOTAL (PRM-B)	3.070	4.259	3.758	4.453	4.603	4.247	4.460
PAÍSES DE RENDA MÉDIA-ALTA (PRM-A)							
ARGENTINA	53	146	82	106	93	97	114
CHILE	49	57	-8	79	57	152	83
COSTA RICA	11	2	5	28	15	30	24
MÉXICO	-56	73	133	99	116	189	247
PANAMÁ	16	28	22	29	24	20	30
URUGUAI	17	15	13	17	22	15	21
VENEZUELA	76	44	57	81	45	49	58
SUBTOTAL (PRM-A)	167	365	303	438	371	551	577
TOTAL	3.238	4.625	4.061	4.891	4.974	4.798	5.037

Fonte: SEGIB a partir de www.oecd.org/dac/stats/idsonline

Tabela A.3. Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) líquida destinada pela Espanha a Ibero-América. 2000-2007

Valores absolutos, em milhões de dólares

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
PAÍSES DE RENDA MÉDIA-BAIXA (PRM-B)								
BOLÍVIA	22	30	31	52	55	67	52	80
BRASIL	6	7	6	7	10	10	17	32
COLÔMBIA	13	25	32	14	10	31	69	64
CUBA	11	10	13	15	17	15	18	23
EQUADOR	23	19	43	25	31	48	38	70
EL SALVADOR	22	46	56	27	27	43	44	61
GUATEMALA	15	17	18	23	22	39	224	253
HONDURAS	35	33	36	58	54	95	44	117
NICARÁGUA	20	399	22	73	208	60	37	116
PARAGUAI	5	8	4	12	6	7	10	13
PERU	19	29	32	44	56	66	69	109
R. DOMINICANA	16	17	38	25	45	21	18	30
SUBTOTAL (PRM-B)	205	640	332	374	541	502	639	967
PAÍSES DE RENDA MEDIA-ALTA (PRM-A)								
ARGENTINA	-6	-4	10	41	33	12	14	18
CHILE	-2	-3	2	2	3	4	4	5
COSTA RICA	11	3	10	10	10	2	3	9
MÉXICO	-11	-9	-12	-27	-28	-24	-23	-18
PANAMÁ	13	7	6	8	7	4	6	10
URUGUAI	3	2	1	4	3	2	4	12
VENEZUELA	28	11	17	36	3	-5	10	16
SUBTOTAL (PRM-A)	36	8	33	75	30	-4	18	54
TOTAL A IBERO-AMÉRICA	241	647	365	449	572	498	658	1.021
TOTAL A PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	720	1.150	998	1.151	1.400	1.863	2.092	2.823

O dato de 2007 obteve-se de AECID em Euros. A conversão a dólares efetuou-se aplicando a taxa de câmbio médio do ano 2007 (1€=1,3705) proporcionada pelo Banco Central Europeu

Fonte: SEGIB a partir de www.oecd.org/dac/stats/idsonline e da Agência Espanhola para a Cooperação Internacional e o Desenvolvimento (AECID)



Secretaría General
Iberoamericana

Secretaria-Geral
Ibero-Americana

Organismo Internacional da Conferência Ibero-Americana

Com a colaboração da:



www.segib.org